

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Vitor William Marques**

**A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO POLÍTICO MIDIÁTICO NA FOLHA DE S.  
PAULO:**

**Uma análise dos seis escândalos políticos envolvendo ministros do primeiro  
mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014)**

**Bauru  
2015**

**Vitor William Marques**

**A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO POLÍTICO MIDIÁTICO NA FOLHA DE S.**

**PAULO:**

**Uma análise dos seis escândalos políticos envolvendo ministros do primeiro  
mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru / SP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Professor Doutor Maximiliano Martin Vicente.

**BAURU**

**2015**



Marques, Vitor William.  
A construção do escândalo político midiático  
na Folha de S. Paulo /  
Vitor William Marques, 2015  
129 f.

Orientador: Maximiliano Martin Vicente

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual  
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e  
Comunicação, Bauru, 2015

1. Jornalismo. 2. Notícia. 3. Escândalo Político Midiático.  
4. Campos Sociais. 5. Visibilidade  
I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura,  
Artes e Comunicação. II. Título.

Dedico este trabalho a Gael, meu filho.

## **Registro aqui meus mais sinceros agradecimentos**

A Deus, por ter me dado a oportunidade e o prazer da descoberta, do estudo e do conhecimento;

À minha mãe, Loide, e minha irmã, Mayara, por todo o apoio que sempre dedicaram à minha vida pessoal e acadêmica;

À minha esposa Erika, que é, indubitavelmente, co-autora deste trabalho, mesmo sem ter redigido qualquer linha;

Ao professor Maximiliano Martin Vicente, meu orientador, por compartilhar seu saber e por ter confiado na qualidade do meu trabalho, mesmo nos momentos em que eu mesmo não estive muito seguro;

À professora Maria Cristina Gobbi, cujos ensinamentos e conselhos extrapolam o ambiente da sala de aula e da universidade;

Ao professor Mauro de Souza Ventura, coordenador do curso de Pós Graduação, pela disposição em colaborar sempre;

Ao professor Danilo Rothberg, cujas provocações acadêmicas foram indispensáveis para moldar o enfoque desta pesquisa;

À professora Karina Janz Woitowicz, pela gentileza em aceitar o convite para compor a banca de defesa e colaborar para meu crescimento pessoal;

Aos funcionários da Seção Técnica de Pós-Graduação, em especial ao Silvio Decimone, pela prestatividade no atendimento;

Aos colegas do curso de Mestrado em Comunicação 2013, que tornaram estes anos muito mais leves e recompensadores.

## SÓ DE SACANAGEM

*Elisa Lucinda*

Meu coração está aos pulos!

Quantas vezes minha esperança será posta à prova?

Por quantas provas terá ela que passar? Tudo isso que está aí no ar, malas, cuecas que voam entupidas de dinheiro, do meu, do nosso dinheiro que reservamos duramente para educar os meninos mais pobres que nós, para cuidar gratuitamente da saúde deles e dos seus pais, esse dinheiro viaja na bagagem da impunidade e eu não posso mais.

Quantas vezes, meu amigo, meu rapaz, minha confiança vai ser posta à prova?

Quantas vezes minha esperança vai esperar no cais?

É certo que tempos difíceis existem para aperfeiçoar o aprendiz, mas não é certo que a mentira dos maus brasileiros venha quebrar no nosso nariz.

Meu coração está no escuro, a luz é simples, regada ao conselho simples de meu pai, minha mãe, minha avó e os justos que os precederam: "Não roubarás", "Devolva o lápis do coleguinha", "Esse apontador não é seu, minha filha". Ao invés disso, tanta coisa nojenta e torpe tenho tido que escutar.

Até habeas corpus preventivo, coisa da qual nunca tinha visto falar e sobre a qual minha pobre lógica ainda insiste: esse é o tipo de benefício que só ao culpado interessará.

Pois bem, se mexeram comigo, com a velha e fiel fé do meu povo sofrido, então agora eu vou sacanear: *mais honesta ainda vou ficar.*

Só de sacanagem! Dirão: "Deixa de ser boba, desde Cabral que aqui todo mundo rouba" e vou dizer: "Não importa, será esse o meu carnaval, vou confiar mais e outra vez. Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos, vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês. Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau."

Dirão: "É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal". Eu direi: Não admito, minha esperança é imortal. Eu repito, ouviram? Imortal!  
*Sei que não dá para mudar o começo mas, se a gente quiser, vai dar para mudar o final!*

MARQUES, Vitor William. **A construção do escândalo político midiático na Folha de S. Paulo**. Uma análise dos seis escândalos políticos envolvendo ministros do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, 2015.

## RESUMO

A presente dissertação analisa a construção do escândalo político midiático no discurso jornalístico da Folha de S. Paulo. A proposta é discutir a emergência e características do fenômeno a partir dos conceitos oriundos da teoria social do escândalo, proposta por John B. Thompson, em diálogo com a noção de campos sociais definida por Pierre Bourdieu.

São objeto de estudo os escândalos envolvendo seis ministros demitidos no primeiro ano do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011): Antonio Palocci (Ministério da Casa Civil), Alfredo Nascimento (Ministério dos Transportes), Wagner Rossi (Ministério da Agricultura), Pedro Novais (Ministério do Turismo), Orlando Silva (Ministério do Esporte) e Carlos Lupi (Ministério do Trabalho).

A análise dos objetos de pesquisa foi baseada na metodologia da Hermenêutica de Profundidade, conforme proposta por John B. Thompson na obra *Ideologia e Cultura Moderna*. Serviram como ponto de partida para o estudo as seguintes categorias de análise: Estrutura sequencial do escândalo, Origem das revelações, Prevalência do escândalo frente ao conteúdo da edição e Construção do perfil dos envolvidos no escândalo.

**Palavras-chave:** 1. Jornalismo. 2. Notícia. 3. Escândalo Político Midiático. 4. Campos Sociais. 5. Visibilidade

MARQUES, Vitor William. The construction of mediatic political scandal in Folha de S. Paulo. A analyze of the six scandals involving ministers from Dilma Rousseff government's first term (2011-2014). 2015. 129p. Dissertation (Master's degree in Communication). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, 2015.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the construction of mediatic political scandal in the journalistic discourse of Folha de S. Paulo newspaper. The aim is to discuss the emergence of the phenomenon and its features based on the concepts arised from the social theory of the scandal, proposed by John B. Thompson, in dialogue with the concept of *social fields* defined by Pierre Bourdieu.

The object of study is related to the six political scandals involving six ministers dismissed in the first year of the first term of President Dilma Rousseff's government (2011) : Antonio Palocci (Ministry of Civil House) , Alfredo Nascimento (Ministry of Transport) , Wagner Rossi (Ministry of Agriculture), Pedro Novais (Ministry of Tourism), Orlando Silva (Ministry of Sports) and Carlos Lupi (Ministry of Labour).

The analyze is based on the Depth Hermeneutics methodology proposed by John B. Thompson in the book *Ideology and Modern Culture* (1990). The study derives from four search categories: Scandal sequential structure, Source of the revelations, Prevalence of the scandal in the newspaper edition and Construction of the involved's profiles.

**Keywords:** 1. Journalism. 2. News. 3. Mediatic Political Scandal. 4. Social Fields. 5. Visibility



# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. Por uma teoria comunicacional do escândalo político</b>	<b>12</b>
1.1. O que não é escândalo político: gafes, acessos explosivos, desempenhos de efeito contrário e vazamentos.	18
1.2. Mas o que é, afinal, um escândalo político?	20
1.3. A estrutura sequencial dos escândalos políticos midiáticos	24
1.4. Natureza dos escândalos políticos midiáticos: escândalos sexuais, escândalos de poder e escândalos financeiros	26
1.5. O escândalo político segundo a teoria clássica do jornalismo	31
<b>2. Visibilidade midiática e a intersecção entre os campos da política e da mídia</b>	<b>36</b>
2.1. A noção de campo	36
2.2. Capital social e poder simbólico	39
2.3. Campo político e poder simbólico	40
2.4. Visibilidade midiática e poder político	45
<b>3. Contextualização da pesquisa: objeto, justificativa e metodologia</b>	<b>50</b>
3.1. Objeto	50
3.2. Justificativa	51
3.3. Metodologia	53
3.4. Breve descrição do objeto de pesquisa	54
3.4.1. <i>Primeiro escândalo: Palocci e o enriquecimento na Casa Civil</i> .....	54
3.4.2. <i>Segundo escândalo: Alfredo Nascimento e a corrupção nos Transportes</i> .....	56
3.4.3. <i>Terceiro escândalo: Wagner Rossi e a prevaricação na Agricultura</i> .....	58
3.4.4. <i>Quarto escândalo: Pedro Novais e os desvios no Turismo</i> .....	61
3.4.5. <i>Quinto escândalo: Orlando Silva e a propina no Esporte</i> .....	64
3.4.6. <i>Sexto escândalo: Carlos Lupi e a extorsão no Trabalho</i> .....	67
<b>4. Análise empírica – Tabulação de dados</b>	<b>70</b>
4.1. PRIMEIRA CATEGORIA DE ANÁLISE: estrutura seqüencial do escândalo	70
4.1.1. <i>Primeiro escândalo: Palocci e o enriquecimento na Casa Civil</i> .....	70
4.1.2. <i>Segundo escândalo: Alfredo Nascimento e a corrupção nos Transportes</i> .....	72
4.1.3. <i>Terceiro escândalo: Wagner Rossi e a prevaricação na Agricultura</i> .....	73
4.1.4. <i>Quarto escândalo: Pedro Novais e os desvios no Turismo</i> .....	74
4.1.5. <i>Quinto escândalo: Orlando Silva e a propina no Esporte</i> .....	75
4.1.6. <i>Sexto escândalo: Carlos Lupi e a extorsão no Trabalho</i> .....	76
4.2. SEGUNDA CATEGORIA DE ANÁLISE: origem das revelações	78
4.3. TERCEIRA CATEGORIA DE ANÁLISE: prevalência do escândalo na edição do jornal	87
4.4. QUARTA CATEGORIA DE ANÁLISE: construção de personagens	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>114</b>
<b>Livros, artigos e publicações científicas</b>	<b>114</b>
<b>Notícias de jornal</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

“A mentira tem pernas curtas, mas o escândalo tem asas”. A máxima, proferida pelo historiador britânico Thomas Fuller no século XVII, ecoa através dos séculos para chegar ao presente dia mais atual do que nunca, especialmente no que se refere aos escândalos políticos.

Não é de hoje, claro, que os deslizes dos detentores do poder despertam o interesse público. Já os *corantos* do século XVII, o mais longínquo antepassado dos jornais modernos, traziam em seu conteúdo relatos sobre episódios repreensíveis das cortes europeias, com seus monarcas e nobres. E, no contexto do século XXI, em que a velocidade na transmissão de informações é uma de suas características mais distintivas, não é de se admirar que as revelações de escândalos políticos tenham se tornado rotina no ofício de jornalistas e empresas de mídia.

Acusações de corrupção, desvios de verbas, cobrança e recebimento de propina e relatos de extorsão são uma triste constante no dia-a-dia de leitores e expectadores de jornais / telejornais / websites. O sistema político é fator determinante também: é nas chamadas democracias liberais, que têm como um dos pilares a liberdade de atuação e divulgação de informações por parte da imprensa, que as denúncias do submundo político vêm à tona (isto explica porque, geralmente, os regimes totalitários são menos suscetíveis a escândalos, por não existir a possibilidade de serem noticiados sem sofrerem algum tipo de censura).

O presente trabalho apresenta o desafio de discutir este fenômeno que é, a um só tempo, tão corriqueiro e tão complexo. A proposta é analisar os escândalos políticos midiáticos a partir da perspectiva de uma *teoria social do escândalo*, buscando estabelecer o que poderia ser chamada de uma *teoria comunicacional* do mesmo.

Note-se que isso requer o distanciamento das duas principais correntes que abordam o assunto: de um lado, a corrente “denuncista”, que tende a analisar o ofício da imprensa do ponto de vista puramente ideológico e movido por interesses próprios; de outro, a corrente “deslumbrada”, que considera a atuação da imprensa como o último bastião de defesa da moralidade no setor público.

Poder-se-ia dizer que são dois, portanto, os objetivos deste estudo: em primeiro lugar, discutir, do ponto de vista teórico, a emergência do escândalo político midiático como fenômeno social; e, em segundo plano, numa perspectiva mais prática, apontar elementos estruturantes da construção do escândalo enquanto produto midiático.

A discussão é estruturada em cinco capítulos. No primeiro deles, recorreremos à obra de John B. Thompson e outros teóricos na tentativa de propor uma definição de escândalo político midiático que evidencie suas características e o diferencie de outros fenômenos midiáticos envolvendo o mundo da política. Neste mesmo capítulo é proposta uma breve revisão dos chamados “valores notícia”, um dos conceitos oriundos da teoria clássica do jornalismo que procura oferecer uma explicação à existência do escândalo político enquanto produto midiático, para argumentar que, embora esta visão não tenha perdido sua solidez e importância, ela hoje não é suficiente para justificar o escândalo político midiático tal qual se apresenta.

É no segundo capítulo que propomos uma visão sobre a emergência e preponderância dos fenômenos nos veículos de imprensa atuais, sob a perspectiva da teoria social do escândalo proposta por Thompson. Integrará o debate, de forma destacada, a visão de campos sociais preconizada por Pierre Bourdieu. O terceiro capítulo apresenta a contextualização da pesquisa, em que são descritos o objeto de pesquisa e registradas as justificativas para o trabalho, bem como sua metodologia.

Os capítulos seguintes representam a aplicação prática dos conceitos teóricos levantados. No capítulo quatro são elencados os dados tabulados a partir da análise dos seis escândalos políticos midiáticos que marcaram o primeiro ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011). Naquele ano, entre maio e dezembro, seis episódios em sequência envolvendo suspeitas de irregularidades atingiram o alto escalão do governo, e resultaram na queda de seis ministros: Antonio Palocci (Ministério da Casa Civil), Alfredo Nascimento (Ministério dos Transportes), Wagner Rossi (Ministério da Agricultura), Pedro Novais (Ministério do Turismo), Orlando Silva (Ministério do Esporte) e Carlos Lupi (Ministério do Trabalho).

A investigação consiste em analisar a construção dos escândalos na Folha de S. Paulo, entre as edições de 15 de maio e 05 de dezembro, com base em quatro categorias pré-definidas (“estrutura sequencial do escândalo”, “origem das revelações”, , “prevalência do escândalo” e “construção de perfil dos envolvidos”).

Nas considerações finais, recorreremos ao cruzamento dos conceitos teóricos com os dados obtidos a partir da análise para sintetizar o resultado da pesquisa.

## 1. Por uma teoria comunicacional do escândalo político

Um minuto após as nove horas da noite teve início a transmissão ao vivo pelo rádio e pela televisão. Naquele 08 de agosto, em 1971, Richard Nixon se dirigia pela última vez aos cidadãos americanos de dentro do salão oval da Casa Branca. Nixon segurava um calhamaço de folhas em suas mãos, contendo o discurso de 15 minutos que punha fim ao período de cinco anos e meio durante os quais ocupara o posto de mandatário de uma das duas nações mais poderosas do mundo naquele momento: ele renunciava ao cargo de Presidente dos Estados Unidos para fugir de um processo de impeachment iminente. Richard Nixon era arrastado pelo turbilhão do maior escândalo político midiático da história: o Watergate.

Em sua fala final, o presidente Nixon afirma abertamente:

“Em todas as decisões que eu tomei em minha vida pública, eu sempre tentei fazer o que era melhor para a Nação. Através do longo e difícil período do Watergate, eu senti que era meu dever perseverar, fazer todos os esforços possíveis para completar o mandato para o qual vocês me elegeram. [Entretanto], pelas conversas que tive com congressistas e outros líderes, eu concluí que, por causa da questão do Watergate, eu posso não ter o apoio do Congresso que eu considero necessário para amparar as árduas decisões e executar as atribuições deste posto da forma que o interesse da Nação requereria”<sup>1 2</sup> (tradução livre)

As origens do escândalo que trouxe Nixon remontam à noite do dia 16 de junho de 1972, quando cinco homens foram presos ao tentar invadir o quartel-general do Partido Democrata norte americano, munidos de equipamentos para gravar conversas. Naquele momento, não estava claro quem era responsável pela tentativa frustrada de espionar o Comitê Democrático Nacional, que ficava sediado em um hotel e complexo de apartamentos em Washington conhecido como Watergate.

Na manhã seguinte, os jornais – entre eles o The Washington Post – noticiaram brevemente o ocorrido, mas foi somente quando os homens foram apresentados perante o juiz, no próprio dia 17, que um fato chamou a atenção do repórter Bob Woodward, do TWP:

---

1 “In all the decisions I have made in my public life, I have always tried to do what was best for the Nation. Throughout the long and difficult period of Watergate, I have felt it was my duty to persevere, to make every possible effort to complete the term of office to which you elected me. [However] From the discussions I have had with Congressional and other leaders, I have concluded that because of the Watergate matter I might not have the support of the Congress that I would consider necessary to back the very difficult decisions and carry out the duties of this office in the way the interests of the Nation would require”

2 President Nixon’s resignation speech, disponível em  
<[http://www.pbs.org/newshour/spc/character/links/nixon\\_speech.html](http://www.pbs.org/newshour/spc/character/links/nixon_speech.html)>

um dos detidos apresentou-se como James McCord, um consultor de segurança aposentado pela CIA. Em um trabalho de investigação, Woodward, juntamente com o colega Carl Bernstein, descobriram que McCord constava como coordenador de segurança na folha de pagamento do CRP (*Committee for the Re-Election of the President*), um comitê criado em 1971 para trabalhar na reeleição do presidente Nixon.

Começaram então a fervilhar nos jornais descobertas que sugeriam o envolvimento de altos funcionários do governo federal na ação, mas nenhuma evidência foi conclusiva. A Casa Branca desde o início negou qualquer participação no ato, que qualificou como “uma tentativa de arrombamento de terceira classe”. O caso rapidamente perdeu importância e Richard Nixon foi reeleito em novembro de 1972 com uma ampla maioria de votos.

A situação viria a mudar radicalmente em janeiro do ano seguinte, quando teve início o julgamento dos acusados pela tentativa de invasão. Todos os réus foram considerados culpados e logo surgiram especulações de que os condenados estavam, na verdade, protegendo os mandantes do crime. A suspeita ganhou força quando o juiz John Sirica leu, no tribunal, uma carta que recebera de James McCord em que este afirmava que os réus haviam sido coagidos para permanecer em silêncio e assumir a culpa, que testemunhas haviam cometido perjúrio durante as audiências e que havia outras pessoas implicadas no golpe. A partir deste momento, o Watergate assumiu os contornos de um gigantesco escândalo político midiático, com cobertura intensiva dos meios impressos e da televisão, que levaria ao desdobramento do caso.

Bob Woodward e Carl Bernstein tiveram papel fundamental neste contexto, num dos mais célebres trabalhos de jornalismo investigativo da história da profissão. Os dois repórteres descobriram um funcionário de alta patente no FBI que se dispôs a colaborar com a investigação, desde que preservado seu anonimato. “Deep Throat” (Garganta Profunda), codinome pelo qual a fonte ficou conhecida, confirmava ou negava informações levantadas pelos jornalistas, bem como referendava ou desacreditava outras fontes consultadas.

Em meio a este caldeirão, o Senado americano instaurava uma comissão presidida pelo Senador Sam Ervin para investigar o caso. As audiências do Senado foram transmitidas pela televisão, de maio até o verão de 1973. Em junho daquele ano, o depoimento de um ex-assessor jurídico da Casa Branca, Jhon Dean, pela primeira vez envolve o presidente Richard Nixon no escândalo. A pergunta do Senador Howard Baker a Dean, “O que o presidente sabia e quando ele ficou sabendo?” reverberaria pela imprensa nos meses que se seguiram.

Outra testemunha-chave, cujo depoimento pavimentou o caminho para a queda de Nixon foi Alexander Butterfield, um antigo assistente de pessoal do presidente. Butterfield foi

quem revelou que Nixon havia instalado um sistema secreto de gravação de áudio no salão oval da Casa Branca e que, portanto, todas as conversas no gabinete presidencial eram gravadas.

Esta revelação fez com que, imediatamente, tanto a comissão do Senado quanto o promotor encarregado do caso passassem a pressionar Nixon para que entregasse as fitas com as gravações. As solicitações foram reiteradamente recusadas pelo presidente, inclusive com manobras para minar as exigências, a exemplo da demissão do promotor Archibald Cox. Tais atitudes abalaram a imagem do presidente diante do público, e foi somente quando as movimentações no Congresso pelo impeachment começaram que Nixon voltou atrás e decidiu entregar as fitas solicitadas.

De outubro de 1973 à primavera de 1974, os americanos acompanharam pela imprensa uma verdadeira queda de braço entre Nixon e os investigadores; mais e mais fitas eram exigidas e cada vez mais o governante se valia de subterfúgios e manobras legais para evitar a entrega dos arquivos de áudio. Gradualmente, a posição de Nixon se enfraquecia diante do eleitorado e do Congresso.

O golpe final se abateu sobre Nixon em 24 de julho de 1974, quando a Suprema Corte determinou que fosse entregue a fita contendo a gravação do dia 23 de junho de 1972. No áudio, o presidente podia ser ouvido confabulando com seu chefe de pessoal, Robert Haldeman, uma estratégia para obstruir a investigação do FBI sobre a invasão do Comitê Democrático. Na gravação, Nixon concorda com a sugestão de Haldeman de que se pedisse ao diretor adjunto da CIA, Vernon Walters, para ordenar a interrupção da investigação pela polícia federal.

Os assessores da Casa Branca insistiram para que o presidente renunciasse imediatamente para tentar evitar a divulgação do conteúdo da fita. Ao invés disso, Nixon optou por entregar a fita acompanhada de uma carta de escusas, em que ele assumira que alguns trechos da gravação “estavam em desacordo com algumas de minhas declarações anteriores”. Nixon não recebeu a solidariedade que esperava e, vendo ruir sua base de sustentação, renunciou ao mandato antes de ser cassado.

O que mais chocou o público americano no escândalo do Watergate foi a revelação de um submundo existente nos círculos políticos que nada deixava a desejar aos filmes de gangsteres.

Um escândalo político da magnitude do Watergate, projetado pela mídia, levou Richard Nixon a se tornar o único dos 44 presidentes dos Estados Unidos a renunciar e o

colocaram ao lado de George Bush na posição de líder mais impopular da história daquele país.

No contexto brasileiro, os escândalos políticos mediados pela imprensa têm sido uma constante nas últimas décadas, embora nem sempre tenha sido assim. Recapitulando a relação dos veículos de mídia brasileiros com os escândalos políticos, Guareschi (2002, p. 15) relembra que a década de 1950 foi marcada por uma série de revelações desonrosas para o governo, sendo a mais importante delas a que levou Getúlio Vargas ao suicídio, após uma série de denúncias de corrupção e abuso de poder.

Entre as décadas de 1960 e 1970, entretanto, houve um súbito esvaziamento de escândalos midiáticos, justamente no período em que o país esteve sob o domínio de um regime autoritário. Os poucos veículos – em geral publicações marginais – que ousaram denunciar más condutas no governo sentiram a força da máquina da repressão militar.

Somente após o processo de redemocratização, mais precisamente a partir da década de 1990, é que o escândalo político volta a ter espaço no noticiário. Nesta década, o então presidente Fernando Collor deixa o poder após uma série de denúncias que despertaram a insatisfação popular. Seguem-se a este, casos como o de PC Farias, os Anões do Orçamento e o memorável caso de desvio de recursos comandados pelo juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau.

Mas do ponto de vista estritamente midiático (quer dizer, sem nenhuma valoração relativa à gravidade dos ilícitos), o maior escândalo político do país até o momento é, sem dúvida, o esquema que foi batizado pela mídia de Mensalão<sup>3</sup>. O caso ganha destaque não apenas pela participação direta de veículos de comunicação na revelação do esquema – à semelhança do que ocorreu no Watergate – mas, principalmente, pela cobertura ostensiva da mídia, num cenário de florescimento dos meios online e redes sociais.

A longa sucessão de fatos que compõem o escândalo do Mensalão tem início em 14 de maio de 2005, com a divulgação pela revista *Veja*, de um vídeo que mostrava o então chefe do Departamento de Contratação dos Correios, Maurício Marinho, negociando propina para favorecer um suposto empresário em contratações da empresa pública.

Rapidamente a revelação da conduta antiética de Marinho respingou sobre a cúpula do PTB, partido que à época escolhia os dirigentes dos Correios, como moeda de troca à

---

<sup>3</sup> Enquanto este trabalho se desenvolveu, houve a eclosão do chamado “escândalo da Petrobrás”, que aparenta ser um episódio de dimensões similares ou ainda maiores que as do Mensalão. Entretanto, o caso da Petrobrás não integra a discussão por ainda estar se desdobrando na mídia, não permitindo o distanciamento necessário para sua exata avaliação.

permanência na base aliada do governo. As investigações que se seguiram logo envolveram o deputado Roberto Jefferson, então presidente do PTB.

Acuado, Jefferson concede, em 06 de junho, uma entrevista exclusiva ao jornal Folha de S. Paulo que viria a ferir de morte o alto escalão do PT, partido do então presidente Luis Inácio Lula da Silva e de seus principais aliados. Segundo Jefferson revelou à Folha, o Partido dos Trabalhadores pagava mensalmente a quantia de R\$ 30 mil a parlamentares da base aliada para garantir apoio aos projetos do governo, numa clara lógica de compra de votos, da qual o próprio denunciante era beneficiário. A expressão “mensalão”, utilizada por Jefferson para se referir ao pagamento de suborno, foi adotada pela Folha para se referir ao caso e rapidamente se disseminou pela imprensa.

A primeira figura importante a sentir o impacto do escândalo foi o então Ministro da Casa Civil, José Dirceu, acusado por Jefferson de ser o mentor intelectual do esquema. Embora Dirceu tenha contado, a princípio, com o apoio do presidente Lula, logo sua situação no governo se tornaria insustentável e, já em junho do mesmo ano, o ministro renunciaria. No decorrer do processo judicial que se seguiu, José Dirceu seria ainda condenado e preso. Em setembro de 2005, Roberto Jefferson é cassado na Câmara dos Deputados, e o delator perde seus direitos políticos por 8 anos.

Na efervescência dos acontecimentos, com um profundo trabalho de investigação levada a cabo pelo Ministério Público, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso e, claro, pela mídia, novas facetas do escândalo começam a emergir. A Polícia Federal descobre que o publicitário Marcos Valério atuava como operador do Mensalão, utilizando sua agência DNA Propaganda como receptora e distribuidora do dinheiro aos parlamentares. Mais tarde ficaria claro que a principal fonte de recursos para alimentar o esquema vinha do Banco Opportunity, de Daniel Dantas, que no período era o gestor da Brasil Telecom, controladora da Telemig e da Brasil Telecom.

Durante a crise ainda eclodiram outros fatos relacionados ao Mensalão: o escândalo dos fundos de pensão do Banco do Brasil; o esquema do Plano Safra Legal e a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa que, tendo sido ordenado pelo então ministro da Fazenda, Antonio Pallocci, levou à sua queda.

Além de Dirceu e de Pallocci, ainda foram arrastados na esteira do escândalo integrantes do alto escalão do PT tais como João Paulo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados), Luiz Gushiken (Ministro das Comunicações) e Anderson Adauto (Ministro dos Transportes).

Em 11 de abril de 2006, o Procurador Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, apresentou ao STF denúncia envolvendo quarenta acusados de crimes como formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta e evasão de divisas; aceita a denúncia, os quarenta acusados passaram a ser réus da Ação Penal 470.

Nos anos que se seguiram, e ainda na presente data, o Mensalão é noticiado e discutido nos principais veículos da mídia e ganha fôlego a cada novo desdobramento. O discurso que marca a revelação dos fatos, isto é, a construção midiática do escândalo político foi um fator determinante para gravar o Mensalão de forma indelével no imaginário do público / povo.

A esta altura é necessário esclarecer que a referência a uma construção do escândalo político não guarda qualquer ranço acusatório de confabulação ou golpismo por parte dos veículos de imprensa. A proposta desta reflexão é justamente superar a visão dualista, reducionista e maniqueísta que põe a mídia, ora como vilã execrável, movida à sede de dinheiro e posições ideológicas escusas, e ora como salvaguarda de uma verdade universal ou Bem comum, na acepção da filosofia clássica.

Antes, a construção do escândalo político midiático faz referência – tal qual se procurará comprovar – a um fenômeno que é inerente a uma sociedade altamente midiaticizada, a tal ponto que um fato só passa a existir efetivamente na medida em que é projetado pela mídia. Esta realidade potencializada atinge tal grau de aderência e produção de efeitos que se torna mais real do que a realidade pré-existente, isto é, o hiper-real (BAUDRILLARD, 1981, p. 07). Por esta lógica, o escândalo político midiático só é escândalo porque é midiático e, se assim não o fosse, sequer seria escândalo.

Mas para estudar tal fenômeno em toda sua complexidade, seria necessário recorrer a uma teoria comunicacional do escândalo que apresentasse os contornos e lançasse as bases para discussão do tema; ocorre que, na literatura específica do campo de comunicação, tal teoria ainda está em processo de construção. Dessa forma, diante da necessidade imperiosa da área em compreender o assunto, é necessário recorrer aos conceitos de outras disciplinas para fundamentar a pesquisa. Este trabalho se propõe a realizar esta tarefa recorrendo à teoria social do escândalo, tal qual definida por THOMPSON (2002), à luz da teoria clássica do jornalismo.

A primeira pergunta que se apresenta ao pesquisador é, portanto, “O que é escândalo político?”. Na busca pela resposta, isto é, por um conceito, é necessário discutir, antes, os fenômenos midiáticos que não são escândalos políticos.

### **1.1. O que não é escândalo político: gafes, acessos explosivos, desempenhos de efeito contrário e vazamentos.**

A visibilidade, elemento fundamental da relação entre política e mídia (ver capítulo 2), é uma afiada faca de dois gumes: se por um lado serve aos agentes políticos como efetiva ferramenta de divulgação de imagens e ideias, por outro, coloca estes mesmos agentes sob uma espécie de constante vigilância, de forma que qualquer ação ou palavra ganha projeção em magnitude e dinâmica que resiste às tentativas de controle e previsão.

Justamente por este fato, THOMPSON (2012, p. 184) diz que, pela característica própria da mídia, “(...) as mensagens produzidas por líderes políticos podem ser recebidas e entendidas de maneira que não se podem monitorar ou controlar diretamente. Daí que a visibilidade criada pela mídia pode se tornar um novo tipo de fragilidade”.

O autor elenca quatro ocorrências que decorrem de uma administração de visibilidade deficitária: as gafes, os acessos explosivos, os desempenhos de efeitos contrários e os vazamentos. Neste trecho, procuramos definir cada uma das ocorrências e exemplificá-las com episódios envolvendo a política brasileira.

A gafe é uma fonte de constrangimento para o político e, via de regra, o deslize retumba na imprensa, causando no público reações que vão da chacota à indignação. Para THOMPSON (2012, p. 185), a gafe traduz “(...) o fracasso do indivíduo em controlar o próprio comportamento” nas ocasiões em que “(...) os líderes não estão em comando da situação em que se encontram ou da matéria que estão tratando” (p. 186).

Em 1998, quando ainda era Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso se envolveu em uma polêmica ao utilizar o termo “vagabundos” durante uma palestra no Rio de Janeiro, referindo-se aos aposentados com menos de 50 anos. FHC declarou: “Fiz a reforma da Previdência para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos em um país de pobres e miseráveis”. A fala do ex-presidente desagradou a oposição e membros da base aliada, além de causar reação popular. O chefe do executivo acabou indo ao público para explicar-se, mas o termo ofensivo perpetuou-se na memória coletiva.

Já o também ex-presidente Lula, famoso por improvisar em seus discursos, nem sempre de forma bem sucedida, declarou durante um ato oficial em uma refinaria de petróleo no Maranhão, em 2010: “A mulher não deve ser submissa ao homem por causa de um prato de comida. A mulher tem que ser submissa a um parceiro porque ela gosta dele e quer viver

junto com ele”. A frase foi considerada machista e gerou indignação, sobretudo dos setores ligados à equidade de gêneros e emancipação feminina.

Já os acessos explosivos, embora também denotem a falta de domínio do indivíduo, não estão relacionados a comportamentos ou expressões, mas sim à emoções e sentimentos. Nervosismo, agressividade, emotividade (em determinadas circunstâncias) e mesmo euforia podem minar a credibilidade de um líder político e desaboná-lo diante do público. Mesmo não sendo tão comuns quanto as gafes, os acessos explosivos ocupam seu lugar na mídia.

Um destes exemplos ocorreu em 1994, quando Orestes Quércia, então candidato à Presidência da República pelo PMDB, compareceu a uma sabatina do programa Roda Viva, da TV Cultura. Durante a entrevista, o jornalista Rui Xavier, de O Estado de S. Paulo, questionou Quércia sobre as acusações de enriquecimento rápido que pululavam na imprensa.

Diante da pergunta, o candidato perdeu a compostura e, num acesso de ira, passou a ofender o entrevistador. Durante o seu destempero, Quércia referiu-se ao entrevistador com as palavras “mentiroso” (dezesseis vezes), “caluniador” (quinze vezes), “safado” (seis vezes), “canalha” (seis vezes), “malandro” (duas vezes), além de ter dito para Rui Xavier “calar a boca” por duas vezes. Embora não seja possível precisar a influência do episódio sobre a campanha do presidencial, o fato é que Quércia foi o 4º colocado nas eleições daquele ano, superado mesmo pelo candidato Enéas Carneiro, do nanico PRONA, e nunca mais foi eleito para qualquer cargo que se candidatou depois disso.

O desempenho de efeito contrário pode ser compreendido como a distorção no efeito desejado pelo emissor da mensagem. Para Thompson (2012), no desempenho de efeito contrário os problemas não advêm da incompetência ou descontrole do político, mas sim “(...) de uma apressada avaliação de como suas ações poderiam ser recebidas e entendidas pelas pessoas que as veem ou as ouvem” (p. 187). Como os receptores estão afastados no espaço e no tempo, geralmente o político não tem um feedback imediato ou a oportunidade de ajustar a mensagem.

Em 2006, durante uma votação na Câmara para definir a cassação do mandato do então deputado federal João Magno, do PT, a deputada federal Ângela Guadagnin, do mesmo partido, atraiu para si a atenção da imprensa. Após o resultado da votação, que absolveu Magno da acusação de crime eleitoral, Ângela dançou no plenário, em comemoração à vitória do amigo. O que para a deputada representava apenas uma demonstração de alegria ganhou destaque na mídia sob os rótulos de “dança da impunidade” e “dança da pizza”. O episódio manchou a reputação da parlamentar, que quase enfrentou um processo por quebra de decoro,

e não conseguiu a reeleição. Em discurso no Conselho de Ética da Câmara, chegou a afirmar: “Vinte segundos da minha vida apagaram mais de trinta anos de vida política”.

A última figura no rol definido por Thompson é considerada a mais grave, pelo potencial que apresenta em gerar escândalos políticos. O vazamento é a revelação intencional e repentina ao domínio público de uma informação sigilosa. O indivíduo que expõe a informação sabe que o ato atingirá negativamente a outros e tem consciência de que assume um grande risco de retaliação. Para o alvo das revelações, a “informação ou conduta é geralmente tal que, ao se tornar visível desta maneira, compromete ou prejudica potencialmente a imagem que o indivíduo deseja projetar, ou alguma ação que ele tenciona seguir” (p. 188).

Em 01 de setembro de 2013, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu reportagem denunciando um esquema de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, que tinha como alvo a comunicação pessoal da presidente Dilma Rousseff e seus principais assessores, além de empresas brasileiras. A revelação foi feita pelo ex-analista de segurança da NSA, Edward Snowden, que entregou ao jornalista Glenn Greenward uma série de documentos sigilosos que comprovavam a espionagem contra a presidente Dilma e empresas nacionais.

A revelação de Snowden, embora não tenha culminado em um escândalo político, causou estremecimentos nas relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. A presidente chegou a cancelar visita oficial que feria ao país como forma de retaliação e demonstração de insatisfação com a condução do caso por Barack Obama.

### **1.2. Mas o que é, afinal, um escândalo político?**

Historicamente, o termo “escândalo” está intimamente ligado à ideia de deslize moral, sob o pano de fundo – embora não necessariamente – de um código de conduta de cunho religioso. Para Thompson (2002, p. 40), a definição prática de escândalo “(...) se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. O autor explana cinco características que se aplicam ao significado corrente de escândalo, sintetizados no quadro abaixo:

### Quadro nº 01 – Características do escândalo

Nº	Característica
01	Sua ocorrência ou existência implica a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais.
02	Sua existência envolve um elemento de segredo ou ocultação, mas eles são conhecidos ou firmemente cridos como existente por outros indivíduos que não os envolvidos (“não-participantes”).
03	Alguns não-participantes desaprovam as ações ou acontecimentos e podem sentir-se ofendidos pela transgressão.
04	Alguns não-participantes expressam sua desaprovação denunciando publicamente as ações ou acontecimentos.
05	A revelação e condenação das ações e acontecimentos podem prejudicar a reputação dos indivíduos responsáveis por eles (embora isso nem sempre aconteça)

Fonte: adaptado pelo autor a partir da obra de Thompson (2002, p.40)

Do ponto de vista desta análise, a única falha entre as características elencadas por Thompson é o fato de o autor sempre associar a revelação da transgressão, isto é, a denúncia ao um não-participante do fato.

Ora, em alguns episódios de escândalo (sobretudo os de caráter político, como se verá a seguir), não raro a denúncia surge justamente de um dos participantes do ato transgressor, embora sua motivação geralmente não seja tão nobre quanto o dever de consciência. Como já discutido no Mensalão, por exemplo, por vezes a delação parte de envolvidos nos escândalos que se recusam a sofrer sozinhos as consequências das más ações praticadas por grupos maiores. Feita esta ressalva, entendemos que a conceituação de Thompson se aplica de maneira integral ao objeto de estudo desta dissertação.

O escândalo tem, portanto, como elementos-chave a transgressão, a ocultação, a revelação e a desaprovação pública, o que demonstra que o escândalo é um fenômeno eminentemente social. De fato, durante séculos da história humana, o impacto de tais revelações esteve circunscrito a grupos relativamente pequenos, compostos por aqueles que participavam ou se encontravam muito próximos (no espaço e no tempo) do acontecimento; o que ocorriam eram “escândalos localizados” (THOMPSON, 2002, p.91).

Esta dinâmica é rompida com o florescimento dos meios de comunicação, sobretudo no século XVI, em que relatos dos acontecimentos nos veículos de imprensa se prestam, por um lado, como suporte para a disseminação da informação e, por outro, como registro material do fato.

Por conseguinte, o escândalo transborda as barreiras espaço-temporais do acontecimento e passa a configurar-se como “escândalo midiático”, que alcançará seu apogeu com o desenvolvimento da mídia audiovisual no final do século XX, coincidindo com o momento em que ocorre a “instalação do Brasil em uma situação de Idade Mídia” (RUBIM, 2004, p. 07). A partir da daí, a notícia sobre a revelação torna-se não mais uma parte exterior do escândalo, mas funde-se a ele. Thompson afirma:

Escândalos midiáticos são acontecimentos que se estendem muito além das ações ou transgressões originais que os constituem. Poderíamos descrever esses escândalos como eventos midiáticos, porque eles são eventos que são constituídos em parte pelas formas midiáticas de comunicação. A apresentação através da mídia, o comentário da mídia, não são características secundárias ou acidentais dessas formas de escândalo: elas são parte constitutivas deles. (THOMPSON, 2002, p. 91).

A comparação entre os escândalos localizados e escândalos midiáticos revela quatro distinções principais relativas: 1 – à forma de revelação; 2 – ao modo de desaprovação; 3 – à base de evidência; e 4 – ao referencial espaço-temporal.

**Forma de revelação:** nos escândalos localizados, a forma de revelação do fato é inteiramente baseada na interação face-a-face. A conversa é a principal forma de disseminação do conhecimento sobre o acontecimento. Já no escândalo midiático, a revelação parte de um indivíduo e é exposta de forma aberta a uma pluralidade de pessoas situadas em um contexto diferente. A revelação pela mídia certamente pautará conversas face-a-face sobre o assunto, mas sempre de maneira secundária ao discurso da mídia.

**Modo de desaprovação:** nos escândalos localizados, mais uma vez a principal forma de demonstração de desaprovação é o discurso falado em interações face-a-face. As manifestações de indignação podem ocorrer em confronto direto, em pequenas reuniões ou encontros públicos. Para os escândalos midiáticos, a demonstração de desprezo é traduzida pela repetição de manchetes, pela veiculação de opiniões negativas sobre a pessoa ou acontecimento e pela humilhação do indivíduo por críticas e caricaturas.

**Base de evidência:** como salientado anteriormente, a notícia sobre o escândalo num meio de comunicação possui uma elevada carga de fixação. A partir do momento em que passa a compor o discurso midiático, automaticamente o fato se torna documentado, e este

registro tem o efeito de perpetuar o conteúdo simbólico através do tempo, podendo ser resgatado e reproduzido a qualquer momento. Nos escândalos localizados, em que a transmissão da história depende da oralidade, a memória do fato tende a ser mais precária e se perder com o tempo.

**Referencial espaço-temporal:** dado seu caráter local e, em grande medida, pessoal, o escândalo localizado é restrito a uma comunidade ou grupo, no qual o acontecimento se desenrola. O escândalo midiático, por sua vez, tem uma abrangência virtualmente ilimitada no espaço e no tempo, num fluxo de comunicação que, com os novos meios, tornou-se praticamente instantâneo.

Na seara dos escândalos midiáticos, sem dúvida o campo mais fértil é o da política. Seja pelo apelo pessoal a que seus agentes recorrem para angariar a confiança do público ou seja pelo impacto que suas ações representam para a vida da população em geral, a realidade é que o escândalo político é uma matéria-prima abundante, sempre trabalhada pela mídia e sempre consumida pelo público.

O escândalo político midiático apresenta os quatro elementos fundamentais do escândalo (a transgressão, a ocultação, a revelação e a desaprovação) e, obviamente, envolve ou atinge agentes e instituições políticas como protagonistas ou cúmplices de deslizes morais (ver naturezas dos escândalos políticos, mais à frente neste capítulo).

É importante esclarecer que o próprio Thompson não utiliza a denominação “escândalo político midiático”, referindo-se ora a “escândalo político” e ora a “escândalo midiático”. Entretanto, a construção de sua argumentação permite a utilização da expressão que, a nosso ver, traduz melhor o objeto de estudo deste trabalho. Lima (2006) também recorre ao termo “escândalo político midiático”, e define:

Escândalo político midiático, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequencia de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e a mídia. (LIMA, 2006, p. 13).

Em sua definição do assunto, Thompson complementa a visão de Lima, ao discutir a abordagem de Markovits e Silverstein (1998, p. 06), segundo os quais o caráter político do escândalo não está relacionado ao status dos indivíduos envolvidos, mas sim à natureza da transgressão: para os autores, o escândalo político envolve sempre “uma violação do processo

devido”. A noção de processo devido faz referência “às regras e procedimentos legalmente obrigatórios que governam o exercício do poder político” (THOMPSON, 2002, p. 124).

Outra característica marcante do escândalo político midiático é a maciça presença, nestes casos, das chamadas “transgressões de segunda ordem”, um conceito fundamental para a análise que se pretende realizar aqui.

A transgressão de segunda ordem pode ser compreendida como as ações tomadas pelo protagonista de um escândalo político com intuito de negar, desconstruir ou esconder o ilícito inicial. Nesta empreitada, o indivíduo geralmente recorre a subterfúgios, mentiras e manipulações para esconder seu deslize inicial, num ciclo que acrescenta cada vez mais combustível à fogueira do escândalo e que, quando descoberto, gerará indignação ainda maior que a ofensa original.

A mídia desempenha papel fundamental na investigação das transgressões de segunda ordem, na medida em que seus registros dificultam a distorção dos fatos pelos acusados que, não raro, caem em contradição em suas afirmações.

Thompson (2002) afirma que as transgressões de segunda ordem se tornaram tão importantes na dinâmica social do escândalo por revelarem “a violação de códigos de comportamento considerados como ‘constitutivos’ das formas particulares de vida”. Em termos simples, do ponto de vista midiático, um erro revelado seria “perdoável”, mas a clemência desaparece no momento em que se constata que, ao invés de confessar o delito, o indivíduo procurou escondê-lo, já que a tentativa de ocultação traduziria uma indesculpável falha de caráter.

### **1.3. A estrutura sequencial dos escândalos políticos midiáticos**

Do ponto de vista da técnica, a cobertura da mídia sobre o escândalo é marcada por uma retroalimentação narrativa, já que a história do fato será constantemente contada e recontada, sempre que possível, acrescentando novos dados ao caso. Embora um escândalo possa arrastar-se na imprensa por dias, meses ou mesmo anos, ele não pode durar indefinidamente, sob pena de definhando gradualmente e perder o interesse do público.

Por esta perspectiva, o escândalo precisa ser construído de forma que o público tenha uma vaga percepção de começo, meio e fim, ainda que, na realidade, esta delimitação não seja possível, dado que o desdobramento dos fatos depende de atores externos ao campo (caso de revelações analisadas pelo Poder Judiciário, por exemplo). Para superar esta

dificuldade, os veículos de mídia submetem os escândalos políticos a uma estrutura sequencial mais ou menos definida, marcada por um início, um apogeu e um arrefecimento. O mesmo escândalo pode ressurgir posteriormente, mas sempre com a sensação de que se está diante de uma nova etapa do mesmo caso.

A título de exemplo pode ser citado o próprio caso do Mensalão, relatado no início deste capítulo. O período entre 2005 e 2006 pode ser encarado, do ponto de vista da imprensa, como a primeira etapa do escândalo, que tem início com o depoimento de Roberto Jefferson e desfecho com a denúncia dos acusados ao Supremo Tribunal Federal. A cobertura permanece latente, ocupando pouco espaço, até que ressurge com força total em 2014 por ocasião do julgamento da ação penal 470 no STF. Nesta segunda etapa, o início da narrativa é o julgamento e o desfecho, as prisões e solturas determinadas pela corte.

Estudando a estrutura sequencial dos escândalos políticos, Thompson (2002) identifica as quatro fases que podem ser averiguadas em praticamente todos os casos: a primeira fase é chamada de pré-escândalo; a segunda é o escândalo propriamente dito; a terceira, a fase do clímax e, em quarto lugar, as consequências.

Na fase pré-escândalo, a transgressão que dará origem à comoção já ocorreu, embora ainda não seja de conhecimento público, já que esta etapa é anterior à revelação. No pré-escândalo estão sendo lançadas as bases para o escândalo: geralmente há investigações policiais ou jornalísticas em curso, pistas estão sendo descobertas e informações relevantes para o fato podem já estar em circulação na mídia. Outra característica relevante da fase é a circulação, em grupos restritos, de fofocas e boatos que, por falta de provas, não chegam a tornarem-se afirmações declaradas.

A fase do escândalo propriamente dito começa com a revelação pública do ilícito, “que coloca em ação o processo de afirmações e contra-afirmações que constitui o escândalo midiático” (THOMPSON, 2002, p. 104). Nesta etapa, a principal característica é a efervescência de informações que se apresentam e sucedem, a princípio de forma não muito linear, mas que adquirem sentido na medida em que o caso se desdobra. O papel dos meios é fundamental nesta etapa, pois o discurso da imprensa direciona seus holofotes sobre os indivíduos e instituições envolvidos, impedindo que o processo de investigação pare. Nesta fase também se acirra a concorrência entre as empresas da mídia, numa disputa frenética por melhores fontes e informações mais contundentes e acuradas (o “furo”).

É nesta segunda fase que as transgressões de segunda ordem florescem. Os indivíduos no centro do escândalo procuram estratégias para desvencilhar-se das denúncias e da ameaça de danos à sua imagem. Não raro, estabelece-se um confronto entre mídia e acusados, num

embate que envolve ameaças de processos judiciais, desqualificação dos veículos de imprensa e pressão cada vez maior sobre os envolvidos, buscando uma confissão do acusado de um lado e, de outro, o silêncio da mídia.

É na terceira fase, o clímax, que o escândalo apresentará seu desenlace. É a fase que determina se o caso entrará para a história ou cairá no esquecimento. A fase “(...) culminante pode levar a uma confissão da culpa, uma renúncia, uma demissão e/ou à instauração de um processo criminal, mas pode também resultar no desaparecimento das acusações contra o(s) indivíduo(s) em questão e à dissipação do escândalo” (p. 105).

A fase das consequências tem início quando toda a dramaticidade do escândalo já perdeu força. É, sobretudo, uma etapa de cunho analítico, em que se desenvolve uma reflexão sobre o caso e seus impactos.

A maior parte destes comentários têm lugar na própria mídia que, cedendo ao tipo de auto referência muitas vezes característica do campo da mídia, tende a devotar boa porção de seu tempo e atenção aos acontecimentos que as organizações da mídia ajudaram a produzir. (THOMPSON, 2002, p.106).

É bastante comum nesta fase que se desenvolvam ações estruturais com a finalidade de inibir as condições políticas, econômicas e sociais que permitiram o cometimento e ocultação da transgressão (alterações legislativas, formações de órgãos de controle e auditoria, etc.).

Neste ponto, a obra de Thompson ignora o que parece ser uma tendência especialmente na mídia brasileira: além de haver uma estrutura sequencial dentro de escândalo político midiático, parece haver também uma sistematização entre escândalos independentes. Isso significa dizer que, na ocorrência de mais de um escândalo num mesmo intervalo de tempo, a cobertura da imprensa tenderá a organizar a informação, privilegiando ora um caso e, quando do arrefecimento deste, dando ênfase a outro, numa dinâmica que cria uma percepção vaga de sequência entre episódios que são concomitantes.

#### **1.4. *Natureza dos escândalos políticos midiáticos: escândalos sexuais, escândalos de poder e escândalos financeiros***

Embora sejam muitos os fatores que possam desencadear um escândalo político midiático, Thompson (2002) propõe a categorização destes episódios em três naturezas distintas, que serão corroboradas também pelo estudo de Paixão (2010) no contexto da

sociedade portuguesa. Para estes autores, os escândalos políticos midiáticos se distinguem em escândalos sexuais, escândalos de poder e escândalos financeiros.

O primeiro grupo compreende os casos em que os agentes políticos têm revelados detalhes ou ações de sua vida pessoal que parecem incompatíveis com a rigidez moral que seus postos supostamente requerem. Na história da imprensa, muitos são os casos em que políticos tiveram suas carreiras arruinadas ou seriamente abaladas por práticas como a homossexualidade (em contextos temporais e sociais específicos), a manutenção de relacionamentos extraconjugais e o envolvimento com a prostituição. O impacto de tais revelações para a posição política dos envolvidos varia muito, a depender principalmente do contexto social em que ele ocorre.

Nos dias atuais, em que a liberalização sexual contesta a maioria das normas morais nesta área, pode parecer surpreendente que tais comportamentos ainda possam afetar os rumos da política. Mas Thompson (2002, p. 159) esclarece que a aparente contradição pode ser explicada pelo fato de que os escândalos sexuais envolvem mais do que o sexo em si. O autor aponta a presença de três elementos-chave que transformam o deslize em escândalo: a hipocrisia, os conflitos de interesse e as transgressões de segunda ordem.

A hipocrisia está relacionada ao fato de que a atitude libidinosa muitas vezes está em franco desacordo com as posições morais ou ideológicas defendidas pelo político ou seu partido. É o caso de indivíduos que se declaram defensores públicos da “família”, dos “valores tradicionais” e acabam sendo flagrado em adultério.

Os conflitos de interesse dizem respeito à crença de que determinados relacionamentos podem comprometer a imparcialidade ou capacidade de julgamento do líder político. Já as transgressões de segunda ordem corroem a reputação, na medida em que, nestes casos, o político é desmascarado após recorrer a mentiras e outros desvios para ocultar suas aventuras sexuais.

De forma geral, os escândalos sexuais são muito mais frequentes e mais devastadores no contexto político dos Estados Unidos e da Europa, enquanto as culturas latino-americanas parecem mais tolerantes com as indiscrições de seus líderes. O caso mais célebre de um escândalo político midiático de natureza sexual foi o *affair* entre o ex-presidente americano Bill Clinton e Monica Lewinsky, então estagiária da Casa Branca. A relação entre os dois estendeu-se de forma intermitente por dezoito meses entre 1995 e 1996. A maioria dos encontros amorosos ocorreu no Salão Oval, o gabinete do presidente, e envolveram agrados afetuosos, sexo oral e troca de presentes.

A história viria a público a 21 de janeiro de 1998, quando o Washington Post noticiou que Clinton estava sendo investigado pela Justiça por supostamente ter forçado Lewinsky a mentir em uma audiência ocorrida no início do mês; na ocasião, ela negara ter mantido relações sexuais com o presidente.

No mesmo dia da revelação, Clinton recorreu à televisão aberta para desmentir as acusações; nova negação seria feita em rede nacional em 26 de janeiro quando, ao lado de sua esposa Hillary, o presidente categoricamente afirmou, com o dedo em riste: “Quero que você me escute, eu vou dizer de novo: eu não tive relações sexuais com essa mulher, senhorita Lewinsky”.

Mas uma sucessão de novas provas, entre elas um vestido da estagiária manchado com sêmen, acabou por ruir a estratégia de defesa do presidente. Após confessar o caso em um processo judicial, Clinton declara, a 17 de agosto, que tivera uma “relação inapropriada” com Monica Lewinsky: “Foi um erro sério de julgamento e uma falha pessoal de minha parte pela qual eu sou única e completamente responsável. Eu enganei pessoas, incluindo minha mulher. Eu lamento profundamente”. No processo de impeachment que se seguiu, Clinton foi absolvido e cumpriu seu mandato até o fim.

No Brasil, escândalos de natureza sexual são geralmente menos contundentes, mas ainda assim, podem ser relatados casos deste tipo que tiveram repercussão na imprensa nacional

Em 19 de setembro de 1990, a então Ministra da Fazenda do governo Collor, Zélia Cardoso de Mello, foi flagrada dançando o bolero “*Bésame Mucho*” de rosto colado com o também Ministro Bernardo Cabral. Logo seria revelado o romance entre os dois, que floresceu na Esplanada dos Ministérios, a despeito de Cabral ser casado. O ministro deixou o governo um mês após o escândalo, e a amante, após ter sua credibilidade abalada, escreveu suas memórias sobre o caso num livro intitulado “Zélia, uma paixão”.

Os escândalos de poder são aqueles que se definem pelo mau uso ou abuso do poder político, isto é, transgressões ou tentativas de transgressões de regras, leis e procedimentos que são estabelecidos justamente para disciplinar o exercício do poder político. Para Thompson (2002), os escândalos de poder

(...) são a forma mais pura de escândalo político, no sentido de que as regras e convenções cuja transgressão se coloca no coração do escândalo político, são as regras e convenções que governam a forma de poder, isto é, o poder político – que é constitutivo do campo político. (THOMPSON, 2002, p.239).

A transgressão nos escândalos de poder pode ser referente ao processo de aquisição do poder (tais como fraudes eleitorais, golpes e sabotagens) ou aos procedimentos que regulam o desempenho deste poder (caso dos escândalos envolvendo redes de influência ou utilização da máquina pública para consecução de objetivos particulares).

Em muitos escândalos de poder podem ser vislumbradas transgressões de segunda ordem. Muitas vezes, tais escândalos apresentam relações com questões financeiras (ver escândalos financeiros, a seguir), mas, nesta forma de revelação, o objetivo central não é o enriquecimento, mas o abuso do poder exercido.

Os escândalos de poder são mais retumbantes nas democracias liberais do que nas outras formas de governo. Isso se deve ao fato de que a marca fundamental da democracia liberal é a precedência da lei sobre o indivíduo ou a posição; assim, o escândalo político de poder atenta diretamente contra as bases do sistema político instituído.

O Watergate, já tratado no início deste capítulo, pode ser considerado como o exemplo mais acabado de um escândalo de poder. Ao ordenar a invasão do Comitê Democrático Nacional, Richard Nixon não tinha outra intenção que não fosse obter ilegalmente informações da campanha presidencial dos Democratas e, assim, gerir estratégias mais eficientes para garantir sua reeleição, isto é, a manutenção de seu poder.

A questão financeira viria a surgir no desenrolar do escândalo (com gravações que revelavam o presidente afirmando que conseguiria o dinheiro necessário para abafar as denúncias), mas como um fator secundário. O que impera no Watergate é o procedimento de um mandatário atuando, de forma oculta, ao arrepio da lei.

No Brasil, os escândalos de poder estão relacionados, sobretudo, ao tráfico de influências. São comuns denúncias na imprensa contra líderes políticos que se valem de suas posições públicas para satisfação de objetivos pessoais. Em 2008, uma série de denúncias nos principais jornais do país jogou luz sobre a prática comum de nepotismo no Congresso Nacional. A contratação de familiares de políticos para ocuparem cargos comissionados vai na contramão do Princípio da Impessoalidade da administração pública, preconizado pelo caput do artigo 37 da Constituição Federal.

Mesmo com a recomendação expressa da Carta Magna, veículos como Folha de S. Paulo e Veja denunciaram o loteamento de funções técnicas e de confiança nas duas Casas por parentes de parlamentares. O escândalo tomou tal proporção que chegou a colocar em movimento da máquina do Supremo Tribunal Federal: a 21 de agosto de 2008, o STF aprovou a Súmula Vinculante nº 13 que veda terminantemente a contratação de parentes em

até terceiro grau para funções comissionadas, incluindo o “ajuste mediante designações recíprocas” (quando um parlamentar contrata o parente de outro e vice-versa).

As revelações envolvendo transgressões na aquisição e utilização de dinheiro e outros recursos econômicos são, sem dúvida, as mais frequentes na mídia brasileira. Os escândalos políticos midiáticos de natureza financeira “realçam a interligação ilícita entre dinheiro e poder” e levando à constatação de que “regras e procedimentos para o exercício do poder político possam ficar comprometidas pela influência de poderes econômicos ocultos” (THOMPSON, 2002, p. 198).

O escândalo financeiro pode ter diversas origens, a saber: o suborno passivo ou ativo, fraudes, apropriações indevidas de valores, abuso de informação para obtenção de vantagens pecuniárias, corrupção, apropriação de fundos de campanhas, etc.

Mas a existência de tais fatos não significa, necessariamente, que sua revelação dará origem a um escândalo político. O mesmo autor salienta que uma das pré-condições para que haja um escândalo é a indignação de não-participantes no ilícito.

Assim, em comunidades, setores ou mesmo países em que a obtenção de vantagens financeiras vedadas por lei é considerada “natural”, episódios como os citados apresentam muito pouco potencial para ser tornar uma comoção midiática.

Um escândalo político-financeiro somente irá ocorrer se as infrações a ele referentes forem publicamente reveladas e somente se elas forem consideradas em um contexto específico como suficientemente sérias para provocar uma resposta pública de desaprovação (THOMPSON, 2002, p. 198).

No Brasil, desde a redemocratização e conseqüente liberalização da atuação da mídia, muitos foram os casos marcantes envolvendo escândalos políticos de cunho financeiro, o que contribui para a péssima imagem dos políticos profissionais no país<sup>4</sup>.

Um dos casos de destaque ocorreu em 1993, quando foi descoberto um esquema operado no Congresso Nacional desde o fim da década de 1980 que tinha como objetivo desviar recursos de emendas parlamentares através de entidades sociais fantasmas ou com a cumplicidade de empreiteiras. O caso veio à tona quando um assessor da Comissão de Orçamento foi preso, acusado de planejar o assassinato da própria esposa. Acusado pela pressão que o caso gerou, José Carlos Alves dos Santos delatou o esquema de desvio, que era comandado pelo então deputado baiano João Alves, do PFL.

---

<sup>4</sup> Em pesquisa realizada em 2009 pela consultoria alemã GfK Verein, os políticos foram considerados pelos entrevistados os profissionais menos confiáveis no país.

Ao ser questionado pelo rápido enriquecimento, João Alves proferiu a hoje célebre explicação de que havia ganhado todo o dinheiro na loteria, sendo contemplado 53 vezes nos concursos de prognósticos daquele ano, apenas. Como o caso envolvia somente parlamentares de pouca expressividade do Congresso – os chamados membros do baixo clero – o escândalo recebeu a alcunha de “Anões do Orçamento” e é considerado o primeiro episódio pós redemocratização em que membros do legislativo foram investigados por colegas da casa, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Os trabalhos da CPI do Orçamento culminaram na queda do então presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, do PMDB, dos deputados Genebaldo Corrêa, também do PMDB, e João Alves, do PFL, e mais sete parlamentares, entre os que foram cassados e os que preferiram renunciar.

É nesta última categoria também que se enquadram os escândalos políticos que são objeto deste estudo.

### **1.5. O escândalo político segundo a teoria clássica do jornalismo**

A compreensão da emergência do escândalo político como produto midiático requer necessariamente discuti-lo à luz das teorias clássicas da comunicação, especialmente no que se refere aos “critérios de noticiabilidade”, isto é, à noção de que existem inúmeras informações com potencial noticioso no mundo real e que precisam ser selecionadas para se tornarem notícias propriamente ditas.

Desta forma, há critérios para definir o que é escolhido e o que fica de fora no momento de transformar fatos ou acontecimentos produto jornalístico. É o que WOLF (2002, p. 196) defende ao afirmar que

Pode-se dizer também que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos da informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.

O autor português foi um dos estudiosos a demonstrar de forma mais contundente que os valores-notícia são elementos presentes em todo o processo produtivo do jornalismo, desde a seleção dos eventos até a elaboração da notícia e sua veiculação. Wolf propõe a distinção dos valores notícias em duas macrocategorias: os *critérios de seleção* e os *critérios de construção*.

O primeiro grupo faz referência aos valores que serão considerados no momento de definir aquilo que será divulgado e o que será descartado pelo jornal. O autor propõe a subdivisão deste critério em dois: os critérios substantivos, entendidos como a valoração concreta do acontecimento em termos de interesse público e importância; e os critérios contextuais, isto é, os fatores relativos à produção da notícia que podem afetar sua seleção ou não (por exemplo, as limitações logísticas do profissional para estar presente no local em que o fato se desenvolve, a participação de anunciantes do jornal em fatos desabonadores, etc.).

Já os critérios de construção dizem respeito à forma como as notícias são trabalhadas e preparadas para veiculação. São estes valores que indicam o enfoque da notícia, os dados que devem ser priorizados, omitidos ou ressaltados.

Traquina (2013, p. 76 - 90) se apropria da distinção feita por Wolf para elencar o que considera os critérios de noticiabilidade mais comuns na prática jornalística atual. As ideias do autor foram sintetizadas na tabela abaixo:

#### **Quadro nº 02 – Os valores notícia**

<b>VALORES NOTÍCIA SEGUNDO TRAQUINA (2013, p. 76 - 90)</b>		
<b>VALORES NOTÍCIA DE SELEÇÃO</b>		
<b>Critérios Substantivos</b>		
<b>Critério</b>	<b>Conceito</b>	<b>Impacto</b>
<b>Notoriedade</b>	A celebridade ou importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento	Quanto mais notável o ator envolvido no acontecimento, mas chance este tem de se tornar notícia
<b>Proximidade</b>	Proximidade entre o acontecimento e o público, tanto em termos geográficos quanto culturais	Quanto mais próximo geográfica ou culturalmente o acontecimento, maior a chance de ser noticiado
<b>Relevância</b>	Potencial que o fato tem de impactar a vida das pessoas	Quanto maior a chance de causar efeito na vida das pessoas, maior a probabilidade de o fato ser selecionado
<b>Novidade</b>	Elementos novos que o fato ou acontecimento apresenta	Quanto maior a novidade envolvida no fato, tanto mais chance há de se tornar notícia

<b>Tempo</b>	Refere-se à atualidade do fato ou à celebração de uma data histórica	Quanto mais atual o fato ou quando relacionado a um acontecimento passado, maior a chance de ser veiculado
<b>Notabilidade</b>	Qualidade de ser tangível, ser visível (quantidade de pessoas envolvidas, a presença de "grandes nomes", o insólito, o excesso, a inversão da normalidade, etc.)	Quanto mais palpável um acontecimento ou fato, maior a chance de ser selecionado
<b>Inesperado</b>	Aquilo que irrompe e surpreende a comunidade jornalística	Quanto mais inesperado ou surpreendente um fato, maior o potencial de se tornar notícia
<b>Conflito</b>	A controvérsia, a presença de violência física ou simbólica	A presença do elevado tom de conflito leva a fato a ser tornar mais interessante do ponto de vista editorial
<b>Infração</b>	Violação ou transgressão de regras	Quanto maior o grau de infração presente no fato, tanto mais possibilidade existe de ser noticiado
<b>Critérios Contextuais</b>		
<b>Critério</b>	<b>Conceito</b>	<b>Impacto</b>
<b>Disponibilidade</b>	Facilidade com que é possível fazer a cobertura do acontecimento	Quanto mais disponível um assunto, maior a probabilidade de receber atenção do jornal
<b>Equilíbrio</b>	Quantidade de notícias sobre este acontecimento ou assunto que já existe ou existiu há relativamente pouco tempo no produto informativo	Um tema pode perder espaço na cobertura por ser repetitivo, não contribuir para a renovação do conteúdo
<b>Visualidade</b>	A presença de elementos visuais (filme ou fotografia) que deem suporte à notícia	Quanto mais elementos visuais disponíveis em uma cobertura, maior a chance de ele ser selecionado
<b>Concorrência</b>	A busca pelo "furo" ou exclusividade	Um assunto tem tanto mais possibilidade de ser noticiado quanto mais presente potencial de destacar o veículo em relação aos concorrentes

<b>Dia noticioso</b>	Quantidade e qualidade das notícias disponíveis em um determinado dia	Assuntos considerados normalmente de pouco interesse podem ser veiculados devido à ausência de outros temas de maior relevância
<b>VALORES NOTÍCIA DE CONSTRUÇÃO</b>		
<b>Simplificação</b>	Quanto mais o acontecimento é desprovido de ambiguidade e de complexidade, mais possibilidades tem a notícia de ser notada e compreendida	A notícia é construída preferencialmente de forma simples, reduzindo-se ambiguidades e recorrendo a estereótipos e clichês
<b>Amplificação</b>	Quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, quer seja pela amplificação do ato, do interveniente ou das supostas consequências do ato	A notícia é produzida na maior amplitude possível
<b>Relevância</b>	Quanto mais sentido é atribuído à notícia, mais possibilidade há de esta ser notada	A notícia é produzida atribuindo-se o máximo de sentido ao acontecimento a que se faz referência
<b>Personalização</b>	Quanto mais personalizado é o acontecimento, mais chance tem a notícia de ser notada	A notícia é construída acentuando-se o fator pessoa
<b>Dramatização</b>	O reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, da natureza conflitual	A notícia é construída valorizando-se o aspecto dramático do acontecimento
<b>Consonância</b>	Quanto mais a notícia insere o acontecimento numa narrativa já estabelecida, mais tem chance de ser notada	A notícia é construída preferencialmente num contexto já amplamente explorado

Partindo da sistematização proposta por Traquina, é possível afirmar que o escândalo político midiático é figura corrente no discurso jornalístico porque o fato que o embasa satisfaz, por si mesmo, vários valores notícia.

Do ponto de vista dos *critérios de seleção substantivos*, destacam-se valores como: **notoriedade**, já que, por definição, o escândalo envolve pelo menos um ator que ocupa uma posição política de destaque, portanto, alguém de grande importância hierárquica; **relevância**, pois o fato em si geralmente tem poder de impactar a vida de pessoas, principalmente aqueles relacionados à má utilização de dinheiro público; **conflito**, pois o

escândalo político rende grande quantidade de notícias relacionadas ao duelo de forças que se desenvolvem nos bastidores do mundo político; e **infração**, pois via-de-regra, o escândalo parte de uma revelação relacionada à transgressão de regras legais ou morais que regulam o exercício do poder ou a conduta esperada de um líder político. No que tange aos *critérios de contextualização*, o que mais parece se destacar nesta análise é o valor **concorrência**, já que a prática jornalística comercial ainda se baseia na corrida pelo “furo”, e o escândalo político tem potencial de conferir esta distinção ao veículo.

Há que se considerar também a importância dos *valores notícia de construção* nesta discussão: é de suma importância para esta análise, que se propõe reconhecer o escândalo político midiático enquanto narrativa, considerar valores como a **personalização** e a **dramatização** no desenvolvimento da cobertura noticiosa do episódio, como recursos empregados pela imprensa para manter em andamento o enredo narrado.

Entretanto, os conceitos retomados neste trecho, embora sejam de fundamental importância para a pesquisa no campo da Comunicação e contribuam de forma concreta para a compreensão da definição de notícia, parecem, a esta altura, insuficientes para explicar, sozinhos, a emergência dos escândalos políticos midiáticos tal qual se apresentam na imprensa e os efeitos que produzem no mundo real. Para tentar aprofundar as idéias sobre este assunto, propomos avançar para além da teoria clássica aqui exposta e procurar compreender o fenômeno a partir da discussão dos campos sociais de Bourdieu, conforme o capítulo que se segue.

## **2. Visibilidade midiática e a intersecção entre os campos da política e da mídia**

Conforme visto no capítulo anterior, o escândalo político tal qual se apresenta atualmente é indissociável da atuação da mídia, resultando nos chamados “escândalos políticos midiáticos”. A proposta do presente capítulo é investigar as razões pelas quais os escândalos se tornaram prevalentes nos dias atuais, por meio de denúncias constantes e investigações levadas a cabo por veículos da imprensa, numa dinâmica que gera a sensação de ter-se tornado a mídia uma parte indissociável da vida política.

Várias razões podem ser apontadas para explicar este fenômeno. Conforme aponta Thompson (2000), o fato de os escândalos políticos venderem jornais e o próprio ethos profissional dos jornalistas que se propuseram a ser fiscais do poder são elementos fundamentais neste contexto.

Entretanto, o argumento central deste capítulo é que considerar apenas os dois fatores apontados no parágrafo acima não são suficientes para explicar a emergência dos escândalos políticos, podendo, ao contrário, enredar a análise da situação numa teia de maniqueísmos simplistas, baseados em conspirações ideológicas e ambições econômicas.

Do ponto de vista teórico, parece mais plausível a explicação de que os escândalos políticos midiáticos surgem na intersecção entre os campos sociais da mídia e da política, justamente no ponto em que os dois campos se interceptam e se sobrepõem: o ponto em que reside a visibilidade. Para que se seja possível desenvolver o argumento aqui exposto, é necessário, em primeiro lugar, recorrer aos conceitos teóricos da obra de Pierre Bourdieu para, na sequência, discutir a própria noção de visibilidade, seus impactos sobre a política e sua participação no surgimento do escândalo.

### **2.1. A noção de campo**

Um dos grandes nomes da sociologia francesa, Pierre Bourdieu tornou-se um pensador consagrado mundialmente por causa dos conceitos advindos de sua obra, que se dedicam tanto a clarificar a dinâmica social em voga, quanto a sistematizar um método de pesquisa que dê conta de um objeto fluído e complexo como as relações sociais.

Para estas linhas, faz-se mister retomar um conceito fundamental originado de seus escritos: a noção de “campo”. Relendo a obra de Karl Marx, Pierre Bourdieu avança no sentido de reconhecer uma luta social que se desenrola historicamente, mas – diferente do sociólogo alemão – não vê esta disputa apenas em termos econômicos.

Para Bourdieu, a competição no seio da sociedade moderna não se restringe à luta entre classes sociais em desigualdade econômica, mas entre agentes num embate contínuo pelo estabelecimento de hegemonia, isto é, a capacidade de ditar as práticas sociais legítimas em seu meio.

O campo, desta forma, deve ser compreendido primeiramente como um espaço social estruturado de posições definidas, que são ocupadas por indivíduos e instituições em disputa, numa teia de relações objetivas e subjetivas cuja finalidade é o estabelecimento de uma visão de mundo.

Bourdieu (2002, p. 30) propõe a classificação dos indivíduos e instituições de determinado campo em “dominantes” ou “pretendentes”. Por este prisma, os agentes que ocupam o centro do campo, isto é, as posições hierárquicas superiores seriam considerados os “dominantes”, ao passo que aqueles agentes buscando sua colocação nestas instâncias seriam considerados “pretendentes”.

Essa diferenciação torna claro que há um embate constante de forças dentro do mundo social, entre aqueles que desejam manter sua posição privilegiada – o que implica na manutenção das regras vigentes no campo – e aqueles que desejam a alteração das estruturas e lutam para a deformação das práticas em voga. Ou, como diz o autor, “Todo campo (...) é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças.” (BOURDIEU, 2004, p. 12).

As ações tomadas pelos agentes nesta tendência de manutenção ou alteração da estrutura serão definidas pelo grau de força de cada agente em oposição direta ao grau de força dos agentes com os quais disputam e a posição de cada um dentro do campo. Nas palavras de Bourdieu,

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. (...) Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. (BOURDIEU, 2004, p. 13-14).

O mundo social, a partir desta visão, é representado por um espaço social – abstrato - com várias dimensões que está assentado em princípios de diferenciação. Estes princípios são

“constituídos pelo conjunto de propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo.” (BOURDIEU, 2000, p. 133).

Em um trabalho de aglutinação dos conceitos dispostos de forma esparsa nas obras de Bourdieu, Martino (2003, p. 33) elenca o que considera “três leis gerais” que se aplicam a qualquer campo.

A primeira delas, para o autor, é o “reconhecimento de um objeto de luta comum”, isto é, a existência de um objetivo único que mobilize os agentes do campo em sua direção. No campo da Política, por exemplo, este objeto poderia ser descrito como a obtenção do poder; já no campo da mídia, poder-se-ia afirmar que o que se disputa é a consagração dos agentes como interpretes da realidade, de fiel tradutor dos fatos que ocorrem no cotidiano e que estão além do conhecimento das pessoas comuns.

Estabelecida a meta, é necessário, em segundo lugar, “que haja pessoas para jogar o jogo, ou seja, atores que denotem conhecimento das regras do jogo”. São as relações objetivas entre esses “jogadores” que definirão a estrutura do campo em cada momento.

E justamente esta estrutura - que tende à continuidade, mas que conserva em seu interior o potencial para mudança - determinará a capacidade dos jogadores de definir estratégias visando à manutenção do *status quo* ou a alteração das regras vigentes “em relação de sua situação relacional no momento específico” (MARTINO, 2003, p. 33).

A terceira lei diz respeito à unidade de todos os agentes contra qualquer interferência que tenha o intuito de denunciar os reais interesses em jogo. Esta reação se manifesta contra aqueles que “pretendem penetrar o espaço, desrespeitando as mesmas regras, impondo novos objetos de luta, ou buscando deslegitimar comportamentos definidos pelos contendores como legítimos”.

Em uma perspectiva mais ampla, nota-se que os diferentes campos existentes no mundo social não são isolados uns dos outros, mas, ao contrário, exercem influência entre si, levando a mecanismos de interferência e hierarquização entre eles, dependendo da autonomia relativa de cada campo.

Martino (2003, p. 34) defende que a autonomia relativa de um determinado campo depende do reconhecimento dos indivíduos e instituições que o compõem, dos procedimentos estimulados e proibidos e das atividades desenvolvidas em seu meio.

Quanto maior o grau de consagração atingido pelos agentes do campo e maior legitimidade reconhecida em suas ações, tanto mais destaque este terá no mundo social. Diz o autor que os campos “são relativamente ligados. Existem conexões sociais entre todos, com

maior ou menor grau de aproximação entre eles, dispondo-os em uma hierarquia definidora do prestígio decorrente da vinculação a qualquer um deles”.

Esta lógica explica porque instituições de grande porte teriam a tendência de estabelecer ou reafirmar a intersecção entre diferentes campos, a fim de aumentar o seu prestígio em vários setores do mundo social.

Já para Bourdieu (2004), o ponto chave na apreensão da autonomia de um campo é a observação de sua forma de lidar com interferências de fora de suas “fronteiras”. Para o autor, quanto mais autônomo for o campo, maior será sua capacidade de refratar demandas e pressões externas. Em síntese:

Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indiciador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente. (BOURDIEU, 2004, p. 12).

## **2.2. Capital social e poder simbólico**

A esta altura, em que já se desvenda a estrutura do campo organizada entre dominantes e pretendentes, convém discutir o fenômeno que ditará a posição de cada agente entre os pares: a acumulação de capital social.

A ideia de capital social na obra de Bourdieu faz referência à existência de recursos – reais ou potenciais – que um indivíduo ou instituição detém no mundo social e que estão “ligados à posse de um conjunto durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento” (MARTINO, 2003, p. 73).

Segundo o autor, a posse do capital social é condição *si ne qua non* para que um agente seja integrado a um determinado grupo, que está unido por afinidade de objetivos, mas também por relações que sejam duradouras e reciprocamente úteis. Para ele, essas relações “(...) não podem ser reduzidas aos critérios de proximidade no espaço – seja físico, econômico ou social -, pois são fundadas sobre trocas ao mesmo tempo materiais e simbólicas” (MARTINO, 2003, P. 73).

É o montante acumulado de capital social reconhecido pelo grupo que definirá a posição do indivíduo ou instituição dentro do campo. Quanto maior o capital simbólico acumulado, tanto mais ao centro se encontrará o agente e maior será sua capacidade de estabelecer a hegemonia dentro do campo. Do mesmo modo, quanto menos capital acumulado possuir um agente, tanto mais à margem do grupo ele estará.

Este desequilíbrio de propriedades simbólicas é que desencadeará a luta interna do campo, na medida em que o agente não dominante – ou pretendente – se esforçará, por um lado, para obter uma maior parcela do capital social existente, e por outro gerirá estratégias para deformar os paradigmas em voga, a fim de estabelecer outras manifestações simbólicas – sempre a seu favor – que se tornem dignas de reconhecimento.

Outro nome para o capital social, o conceito de “distinção” foi amplamente discutido por Pierre Bourdieu. Referindo-se a este termo especificamente, o autor ressalta que, no interior do campo, a propriedade do capital simbólico pelos dominantes tende a ser percebida como natural pelo grupo, já que as categorias de percepção são apropriadas e internalizadas pelos agentes. A distinção, portanto,

(...) não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura de sua distribuição, que dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. As distinções, enquanto transfigurações simbólicas das diferenças de fato, e mais geralmente, os níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são produto da aplicação de esquemas de construção que, como por exemplo, os pares de adjetivos empregados para enunciar a maior parte dos juízos sociais, são produto da incorporação das estruturas a que eles se aplicam; e o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objetivas e das estruturas incorporadas. (BOURDIEU, p. 145)

Na sequência deste raciocínio, a acumulação do capital social leva o seu detentor à propriedade do poder simbólico, discutido adiante neste capítulo.

### **2.3. Campo político e poder simbólico**

Miguel e Biroli (2010, p. 695) definem a política como um campo social hierarquizado em que o que está em disputa é a capacidade de influência dos agentes, mais do que sua posição propriamente dita. Assim, a luta do campo político passa obtenção de cargos políticos, mas não se confunde com ela. Isto porque dois atores ocupando um mesmo cargo, ainda assim estarão em disputa entre si pelo reconhecimento dos demais agentes, considerando que a “(...) concorrência entre os agentes no campo político é uma concorrência pelo direito de falar em nome dos outros”.

Da mesma forma, Thompson (2000, p. 13), define campo político como um espaço social em que agentes e instituições disputam a aquisição e o exercício do poder político, assim entendido como o poder “interessado na coordenação de indivíduos e na regulação de seus padrões de interação”. Embora regulação e controle possam ser encontrados em praticamente todos os campos sociais, o autor esclarece que é no campo político em que estas atividades alcançam sua forma mais pura, através do Estado.

Para que o Estado se estabeleça como tal é necessário que haja o reconhecimento da autoridade, isto é, a capacidade de o Estado ditar as regras e comportamentos, bem como impor o cumprimento da ordem estabelecida. A obediência por parte dos indivíduos é garantida por duas outras formas de poder: o poder coercitivo e o poder simbólico.

O poder coercitivo, conforme demonstrado por Max Weber, está relacionado ao fato de ser possível ao Estado recorrer ao uso efetivo ou potencial da força física para exercer o poder político contra ameaças provenientes do exterior, bem como contra tumultos ou desobediência no âmbito interno.

Mas o uso constante e intensivo da coerção revela-se insustentável nas sociedades modernas para estabelecer a autoridade, sendo reservada a situações pontuais. No cotidiano, recorre-se a uma forma mais sutil e menos clara de estabelecer a ordem: a “instauração de formas simbólicas que tem por objetivo cultivar e sustentar a crença na legitimidade do poder político. Em um sentido fundamental, portanto, o poder político depende do uso do poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade” (THOMPSON, 2000, p. 131).

Em sua definição de poder simbólico, Bourdieu (2000) enxerga uma forma invisível dominação, que só pode ser exercida na medida em que haja uma cumplicidade tácita entre aqueles que não desejam saber que se submetem a ela e aqueles que não querem saber que a exercem.

Bourdieu propõe duas sínteses ao tratar do assunto:

Na primeira, o autor afirma que o poder simbólico “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica” (p. 09), isto é, o poder de estabelecer o sentido imediato do mundo. Esta afirmação está ligada à ideia preconizada por Durkheim de “conformismo lógico”, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa que torna possível a concordância entre as inteligências” (p. 08).

Os símbolos têm, portanto, papel fundamental na integração social: como a forma básica do conhecimento e da comunicação, eles são mecanismo de consenso e reprodução da ordem social vigente. Desta forma, quem domine a produção e veiculação de valores simbólicos seria capaz de ditar a dinâmica de funcionamento de sua própria esfera social.

A segunda síntese de Bourdieu faz referência à comunicação humana. Para o autor, todas as comunicações são relações de poder “que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que (...) podem permitir acumular poder simbólico.” (p. 13).

As definições propostas por Bourdieu e apresentadas até aqui são de fundamental importância para a compreensão da existência e funcionamento dos campos sociais; mas a proposta do autor é delinear de forma abstrata os contornos da luta pelo poder que se estabelece na sociedade, em conceitos que se pretendem universais.

Entretanto, para a discussão que se desenvolve neste trabalho, é necessário que o tema seja trazido a um nível concreto, donde recorreremos à visão exposta por Thompson. A junção entre a teoria pura de Bourdieu e a aplicação prática de Thompson oferece um panorama teórico para o estudo do escândalo político.

Thompson (2000, p. 131), por exemplo, empresta o conceito de poder simbólico de Bourdieu, mas propõe uma definição diferente em muitos aspectos. Para o autor inglês, este poder é referente à capacidade de influenciar comportamentos, atitudes e crenças, bem como alterar o curso de determinados acontecimentos, e através da produção e circulação de bens simbólicos seria mesmo possível criar acontecimentos. Ou, nas palavras do próprio autor:

Ao exercer poder simbólico, os indivíduos se fundamentam em vários tipos de recursos que eu descreveria vagamente como os meios de informação e comunicação. Esses recursos incluem os meios técnicos de fixação e transmissão; as habilidades, competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e de conteúdo simbólico (que Bourdieu denomina de capital cultural); e a acumulação do prestígio, reconhecimento e respeito atribuída a certos produtores ou instituições (capital simbólico) (THOMPSON, 2000, p.132)

Neste ponto, pode-se frisar que o poder simbólico é um elemento essencial ao exercício do poder político e, conseqüentemente, do campo político. Todos os atores do campo que desejem exercer poder político devem se valer do poder simbólico para reforçar sua posição e suas ações, alimentando a crença na legitimidade deste sistema.

Embora o campo político possa ser apontado em diversas formas de regime de Estado, é no contexto das democracias liberais que o domínio do poder simbólico se torna mais necessário para o exercício do poder político (enquanto que nos regimes totalitários, por exemplo, haja uma prevalência do poder coercitivo). Entende-se por democracia liberal o sistema de governo que apresente, concomitantemente, instâncias de representação dos cidadãos (parlamento, por exemplo), a coexistência de dois ou mais partidos políticos em disputa e a existência de eleições regulares para escolha dos representantes.

Para Thompson (2000), as democracias liberais são regidas por uma “dupla e distinta lógica” (p. 133). Nesta forma de regime, por um lado, é possível divisar um subcampo dentro do campo político, em que se desenrola a atividade política profissional, com seus embates cotidianos, a formação de alianças e coalizões, a definição de estratégias, os votos de lealdade e os rompimentos de relações. Neste subcampo atuam os operadores da política (políticos profissionais, assessores, etc.), numa lógica que não é transparente vista de seu exterior.

De outro lado, divisa-se a relação que se forma entre os políticos profissionais, os representantes eleitos, e o cidadão comum, isto é, o povo, de quem os políticos dependem para manter sua posição (voto) e a quem, em última instância, devem prestar contas.

Nesta segunda lógica, o poder simbólico é fundamental, já que para garantir o apoio do povo, os políticos “(...) devem procurar persuadir; devem cultivar a crença na legitimidade da política, mobilizar compromissos, estabelecer e renovar elos de confiança” (THOMPSON, 2002, 73). A fim de atingir este objetivo, os agentes do campo político precisam se valer da sua reputação, um dos principais aspectos do poder simbólico e elemento fundamental para aquisição do poder político.

Nas disputas correntes dentro do campo político, a construção e manutenção da boa reputação por um agente é condição indispensável para sua própria existência. Da mesma forma, a destruição da reputação de adversários é uma das estratégias mais efetivas para alteração de posições dentro do campo.

Discorrendo sobre este tema, o mesmo autor (THOMPSON, 2000, p. 296 a 300) defende a existência de dois tipos de reputação: a reputação por competência, em que o indivíduo é reconhecido por suas habilidades específicas em determinada área, e a reputação de caráter, relacionada ao reconhecimento atribuído a alguém em termos de probidade, confiabilidade, etc, sendo este último tipo o mais importante para a argumentação aqui desenvolvida. A reputação possui quatro características próprias, conforme se segue:

A primeira característica da reputação é que esta exige um longo período de tempo para ser obtida. Neste tempo, o indivíduo deve envidar esforços para ações que granjeiem o reconhecimento de outros. A segunda característica da reputação é o fato de ela ser intrinsecamente contestável e contestada. Tratando-se de uma avaliação subjetiva de alguém pelos seus pares, sempre há espaço para relativização da consideração que se é atribuída aos critérios nos quais a reputação se baseia. A terceira característica se baseia na afirmação de que, ao contrário de outros capitais (como o econômico), a reputação não se esgota com o uso. De fato, a reputação de um agente produtor pode mesmo agregar valor ao produto. Mas, embora a reputação não seja um recurso limitado pelo bom uso, ela pode esgotar-se

rapidamente pelo mau uso. Por fim, a reputação é um recurso que, se abalado, demonstrará muita dificuldade para ser restabelecido. Entanto o recurso econômico, uma vez perdido, pode ser recuperado, a mácula sobre a reputação de alguém pode jamais desaparecer.

A oposição mais importante a se ter em mente neste momento é que, enquanto a reputação é um componente fundamental do poder simbólico e, por consequência, do exercício do poder políticos, os escândalos políticos são “esvaziadores potenciais de reputação” (p. 301).

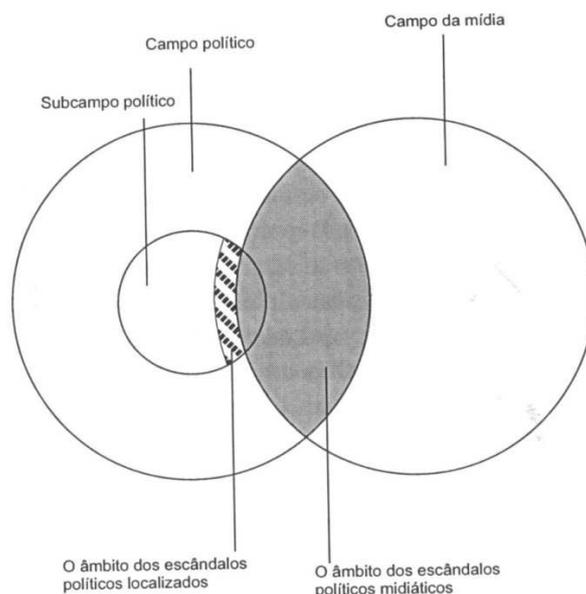
Neste ponto, convém retomar a pergunta inicial deste capítulo: sendo os campos da mídia e da política separados e independentes entre si, o que explica a aparente interferência representada pelas constantes divulgação de escândalos políticos pela mídia?

O primeiro ponto de contato entre os campos da mídia e política é a ideia de “opinião”. Tanto o subcampo da política profissional quanto os agentes e instituições da mídia estão interessados em monitorar a opinião do público em relação a políticas específicas, bem como em relação a figuras públicas. Mas a principal razão para que o campo da política sofra interferência do campo da mídia é o fato de, como visto, os agentes e instituições do campo político necessitarem de visibilidade para alcançar o poder simbólico, traduzido pela reputação. Ora, a visibilidade não é senão a própria matéria prima do campo mídia, que tem como função precípua tornar visíveis acontecimentos e pessoas (o que configura, no subcampo da imprensa, o conceito de notícia).

Políticos na busca pelo poder simbólico precisam recorrer aos canais da mídia para amplificação de sua imagem e das ideias (símbolos), a fim de alcançar o maior número possível de eleitores. Por outro lado, ao fazerem isto, estão expostos ao escrutínio de suas ações e mesmo seu caráter pela mídia. Pode-se dizer, em síntese, que a visibilidade é o elemento que sobrepõe os campos da política e da mídia, numa relação que é, a um só tempo, simbiótica e combativa.

A este respeito, Thompson (2000, p. 137) afirma que “a maioria dos escândalos políticos, nas sociedades democráticas liberais de hoje, são escândalos políticos midiáticos: eles surgem no âmbito onde o campo e o subcampo político se sobrepõe com a mídia”. A figura abaixo representa, de forma esquemática, a intersecção entre os dois campos:

### Quadro nº 3 - Intersecção entre o campo da política e da mídia



Fonte: THOMPSON, 2000, p. 164.

Nas linhas seguintes, será abordado de forma mais aprofundada a questão da visibilidade e as transformações que esta sofreu com a emergência dos novos processos midiáticos.

#### **2.4. Visibilidade midiática e poder político**

Do ponto de vista histórico, a passagem entre as chamadas Idade Média e Idade Moderna foi marcada – e, pode-se dizer, precipitada – por uma série de transformações sociais e políticas que alteraram a estrutura da sociedade ocidental. Dentre estas transformações, sobressaem-se a emergência dos Estados Nacionais em substituição ao modelo feudal, a progressiva passagem da economia localizada de subsistência para o mercantilismo, com as grandes navegações e o desenvolvimento do comércio, e o surgimento das cidades, com a conseqüente migração de contingentes populacionais das zonas rurais para as zonas urbanas.

THOMPSON (2000), entretanto, argumenta que a historiografia oficial peca ao excluir, ou ao menos reduzir a um segundo plano, a transformação do que se poderia chamar de esfera cultural (p. 62). Para o autor, a emergência de novas formas de produção e difusão de informações, que tem como marco a invenção da imprensa em 1440 por Johann Gutenberg, representa o aspecto mais importante da ruptura com a era medieval, muito mais

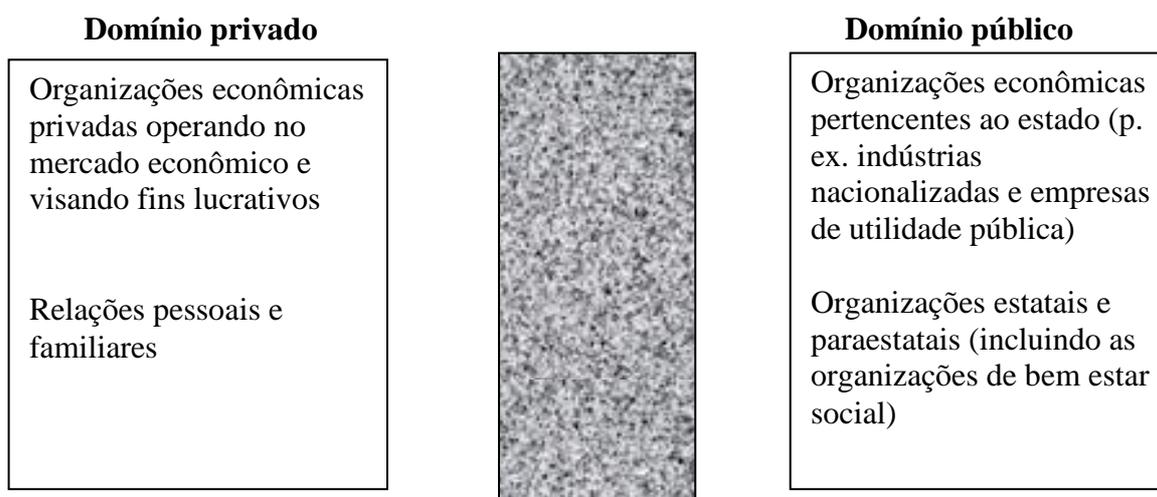
do que os acontecimentos nas esferas política e econômica, embora seu impacto se estenda a todas essas áreas.

Na perspectiva da política, tema central desta discussão, o surgimento da mídia – representada, nos primórdios da modernidade pela circulação de livros e, já no início do século XVI pela circulação dos corantos (os primeiros jornais regulares) – teve como principal consequência a alteração das noções de “público” e “privado”.

Discutindo estes conceitos em outra obra, o próprio Thompson (2012, p. 162 a 167) apresenta as mudanças ocorridas na dicotomia *público versus privado* em dois sentidos básicos.

No primeiro sentido da dicotomia, a percepção de público passou a ser cada vez mais associada à esfera relativa ao poder político exercido pelo Estado, enquanto que o privado passou a relacionar-se com a atividade econômica e com o âmbito das relações interpessoais que não se vinculam diretamente à regulação do Estado. De acordo com o autor, o público “(...) começou a significar atividade ou autoridade relativa ao estado e dele derivada”, enquanto que o privado passou a “(...) incluir a sociedade civil neste sentido, como também a esfera das relações pessoais centradas principalmente, embora não exclusivamente, na família”. O quadro abaixo sintetiza esta visão:

#### **Quadro nº 4 - Domínios público e privado nas sociedades ocidentais contemporâneas**



Fonte: THOMPSON, 2012, p. 164

A esta altura, convém ressaltar que a definição acima, conforme reconhecido pelo próprio autor, não pode ser considerada de forma taxativa, pela própria dinâmica social: no

decorrer dos séculos, cada vez mais a sociedade civil tem atuado no sentido de apresentar constrições ao poder do estado, enquanto este revela-se intervencionista em vários momentos, regulando a economia e promulgando leis que afetam as instituições da sociedade civil.

O segundo sentido da dicotomia diz respeito à interpretação de público como aquilo que é “acessível” ou “aberto”, enquanto o privado está relacionado àquilo que é “escondido” ou “restrito”: “Neste sentido, a dicotomia tem a ver com publicidade versus privacidade, com abertura versus segredo, com visibilidade versus invisibilidade” (p. 165).

A relação entre este segundo sentido da dicotomia e as formas de governo sofreram grande alteração no decorrer da história, do ponto de vista da visibilidade. Lembra o autor que, na Grécia Clássica, o exercício do poder político era visível: todos aqueles reunidos nas assembleias possuíam virtualmente a mesma possibilidade de ver, ouvir e ser ouvido. A simultaneidade espaço-temporal permitia que os agentes políticos debatessem e chegassem a consensos de forma acessível a todos os participantes. Embora o modelo democrático grego tenha sido inerentemente excludente, alijando mulheres, escravos e estrangeiros do poder de escolha, o desenrolar da política era eminentemente visível para todos os admitidos na esfera pública.

O mesmo não pode ser dito dos estados monárquicos da Idade Moderna na Europa. Neste contexto, o exercício do poder político ocorria sempre em grupos fechados, restritos aos integrantes da corte e completamente apartado do conhecimento da população. Assim, a visibilidade era quase inexistente, estando presente apenas nas raras aparições do mandatário em público, sempre cercadas de pompa e formalidade, com a finalidade de reafirmar o caráter místico do poder do monarca. “Publicidade dizia respeito não ao exercício do poder, mas à sua exaltação” (p. 166).

O fim das monarquias absolutistas e a transição das formas de governo para as democracias liberais teve como consequência uma exigência maior de visibilidade com relação aos agentes políticos e aos atos por eles praticados. O concomitante desenvolvimento técnico dos meios de comunicação teve um papel fundamental neste processo, na medida em que permitem o acesso a informação por indivíduos que não partilham o mesmo local e momento em que a informação é produzida.

“Quase-interação midiática” é o termo empregado por Thompson (2000, p. 64) para se referir à forma de interação da mídia “(...) que é dirigida a uma gama indefinida de receptores em potencial”. De fato, os atores políticos passaram a lidar com a realidade que as suas palavras, gestos e ações fogem à esfera de seu controle, expandindo-se e perpetuando-se no

tempo e espaço. A quase-interação midiática, explica Thompson, teve um forte impacto no que se entendia até então como publicidade, e conseqüentemente, visibilidade.

Enquanto na Era Medieval imperava uma forma de publicidade tradicional de co-presença, marcada pela troca imediata de forma simbólicas, pela interação face a face e o caráter dialógico das deliberações, com o advento dos meios de comunicação, emerge uma forma de publicidade midiática, em que a partilha de um local comum deixa de ser pré-requisito para o acesso a determinadas informações. As ações e acontecimentos são registrados e transmitidos a outros que não estiveram presentes no local e tempo do ocorrido.

O desenvolvimento dos meios eletrônicos inaugura uma nova era em termos de visibilidade. “Os meios eletrônicos possibilitavam a transmissão da informação e do conteúdo simbólico a grandes distâncias e com pouca ou nenhuma demora” (THOMPSON, 2000, p. 67), num processo que Thompson denomina de “simultaneidade desespacializada”. O rádio e a televisão permitiram aos agentes políticos reproduzirem, em alguma medida, a interação simbólica característica da interação face a face. A voz do líder político podia ser ouvida por milhares a um só tempo e sua imagem deixou de ser uma impressão estanque para revelar nuances, gestual e expressões. Os meios eletrônicos permitiram aos políticos profissionais desenvolverem uma forma distinta de intimidade com os cidadãos, revelando ao público muitas vezes aspectos pessoais de sua vida privada, no que o autor denomina de “sociedade de automanifestação”.

Discutindo o mesmo tema, Miguel e Biroli (2010, p. 696) ressaltam que a visibilidade midiática é determinante para as oportunidades que se apresentam aos agentes do campo político, tendo impacto sobre o que se entende por carreira neste campo. A imagem construída pelo agente no contexto da mídia será fundamental para definir a valoração do político pelos cidadãos comuns e assegurar ou alterar sua posição mesmo dentro do partido político do qual faz parte. Afirmam os autores que, por este fato, “a gestão da imagem pública, que é sobretudo a gestão da visibilidade pessoal na mídia, é uma preocupação central e permanente dos atores políticos e não se limita aos períodos de competição eleitoral”.

Também Rubim (2004) reconhece na visibilidade midiática “uma das marcas mais eloquentes da mutação política e de sua adequação a uma situação de Idade Mídia” (p. 19). O autor endossa a ideia de que no contexto contemporâneo a noção de existência é relativizada: não basta uma existência física e presencial do agente político em um local concreto, mas é necessário que se ganhe a existência “em uma dimensão pública essencial da contemporaneidade: a rede de espaços midiáticos”. Ele afirma:

(...) o primeiro desafio de qualquer ator político, seja ele individual ou coletivo, na atualidade passa a ser a aquisição de uma existência pública, que o inscreva efetiva e legitimamente no cenário político, propiciando condições mínimas para uma efetiva competição política e eleitoral. A visibilidade dos atores, portanto, passa a ser um desafio político-midiático primordial. (RUBIM, 2004, p. 20)

Novas formas de visibilidade exigiram, portanto, novas estratégias para alcançar o público, fortemente centradas na imagem pessoal e na já mencionada reputação. A fim de granjear o apoio de eleitores e de seus pares, os políticos profissionais precisaram estabelecer, ao menos em âmbito midiático, maior proximidade com os cidadãos, tentando garantir presença nos veículos da mídia e procurando transmitir em si mesmos os elementos simbólicos associados à figura do bom governante. Ocorre que, nesta lógica, a vida do político passa a estar exposta ao conhecimento do público e à sanha investigativa dos operadores da mídia. A este respeito, Thompson afirma que

A visibilidade midiática foi um presente àqueles que estavam acostumados a usar os meios de comunicação para moldar sua imagem ou favorecer seus objetivos. Mas sendo que a mídia tornou visíveis inteiras arenas de ação que estavam antes escondidas do olhar, e sendo que ela criou um campo complexo de fluxos das imagens e informação que eram difíceis de controlar, a visibilidade midiática transformou-se também em uma armadilha. (THOMPSON, 2000, p. 70)

Embora a visibilidade midiática tenha trazido a política, com seus agentes e ações, sob um grande holofote, esta mesma visibilidade não foi suficiente para garantir a transparência dos processos políticos. É nesta penumbra, entre o que é claro e turvo, conhecido e desconhecido, visível e invisível, que surgem as fagulhas do escândalo que, uma vez trazidos brevemente à luz, explodem em grandes incêndios midiáticos.

### 3. Contextualização da pesquisa: objeto, justificativa e metodologia

#### 3.1. Objeto

A proposta do trabalho que aqui se apresenta é estudar os elementos estruturantes do escândalo político midiático enquanto processo e produto comunicacional resultando de um contexto social marcado pela intersecção entre os campos sociais – na acepção de Pierre Bourdieu – da mídia e da política.

Para embasar a análise foram selecionados como objeto de estudo os seis escândalos políticos midiáticos veiculados pela Folha de S. Paulo que levaram à demissão de seis ministros no primeiro ano do governo Dilma Rousseff, a saber: Antonio Palocci (Ministério da Casa Civil), Alfredo Nascimento (Ministério dos Transportes), Wagner Rossi (Ministério da Agricultura), Pedro Novais (Ministério do Turismo), Orlando Silva (Ministério do Esporte) e Carlos Lupi (Ministério do Trabalho). As notícias relativas aos escândalos se estenderam entre 15 de maio e 05 de dezembro de 2011. O presente recorte resultou no levantamento de um total de 428 matérias, assim distribuídas:

<b>Escândalo</b>	<b>Período</b>	<b>Total de matérias</b>
<b>Antonio Palocci<sup>5</sup></b>	15/05/2011 a 08/06/2011	147
<b>Alfredo Nascimento</b>	03/07/2011 a 07/07/2011	24
<b>Wagner Rossi</b>	31/07/2011 a 18/08/2011	33
<b>Pedro Novais</b>	10/08/2011 a 15/09/2011	77
<b>Orlando Silva</b>	16/10/2011 a 27/10/2011	72
<b>Carlos Lupi</b>	06/11/2011 a 05/12/2011	75
<b>Total</b>	<b>15/05/2011 a 05/12/2011</b>	<b>428</b>

Dilma Rousseff foi eleita presidente do Brasil em 31 de outubro de 2010, tendo sido empossada no cargo em janeiro do ano seguinte. Ela foi a primeira mulher na história do País a ocupar tal posição.

A candidatura de Dilma foi lançada como proposta de continuidade ao governo do Partido dos Trabalhadores, que já comandava o Executivo há oito anos consecutivos, contados em dois mandatos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003 - 2010). Dilma

---

<sup>5</sup> Importante destacar que a Folha dedicou muito mais espaço à cobertura do Caso Palocci do que aos demais episódios, provavelmente pelo fato de o escândalo ter surgido a partir de investigações do próprio veículo. Pela série de reportagens que levou à queda do ministro, a Folha recebeu o prêmio Esso de Jornalismo em 2011.

ocupara, no governo Lula, o posto de Ministra Chefe da Casa Civil a partir da queda de José Dirceu, em 2005, na esteira do escândalo do Mensalão.

Durante a campanha eleitoral, Lula figurou como o mais comprometido cabo eleitoral de Dilma, contribuindo para sua eleição com mais de 50 milhões de votos, derrotando em segundo turno o candidato José Serra, do PSDB. Até assumir a Presidência da República, Dilma jamais havia ocupado um cargo eletivo.

Neste contexto, Dilma é empossada como chefe de estado e governo por uma coalizão que envolveu partidos como PT, PMDB, PRB, PTB e PCdoB, entre outros, e que garantiram à Dilma ampla maioria no Congresso Nacional. Este mesmo cenário foi fundamental na definição da composição da Esplanada dos Ministérios, já que foi necessário garantir no primeiro escalão do governo a representação da base aliada que iria sustentar os projetos do governo.

Antonio Palocci, que já havia atuado como Ministro da Fazenda por quase três anos no primeiro mandato do Presidente Lula (2003 - 2005) e que deixara o cargo após ordenar a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa no caso do Mensalão, retorna ao primeiro escalão do governo, desta vez como Ministro Chefe da Casa Civil de Dilma, posição em que seria surpreendido pela reportagem da Folha de S. Paulo que inaugura os escândalos estudados nesta obra.

O mandato de Dilma Rousseff se estendeu de 2011 a 2014, ano em que a presidente foi reeleita em segundo turno para um novo governo de quatro anos. No primeiro mandato, a condução do país foi executada por 37 ministros nomeados ou mantidos do governo anterior pela presidente Dilma. O primeiro termo é considerado um período de continuidade em relação às políticas praticadas pelo antecessor Luis Inácio Lula da Silva, calcada nos programas de transferência de renda (a exemplo do Bolsa Família) e incentivo ao desenvolvimento econômico (com o Programa de Aceleração do Crescimento). O período também foi marcado pelas manifestações de junho de 2013, em que jovens organizados por vários movimentos sociais ocuparam as ruas das principais cidades brasileiras em protesto contra a corrupção.

### **3.2. Justificativa**

O presente estudo é relevante no sentido de trazer ao debate sobre o escândalo político no campo da comunicação uma forma de visão alternativa, que supere os maniqueísmos e simplificações que muitas vezes dominam tais discussões.

O escândalo político midiático enquanto fenômeno comunicacional precisa estar constantemente sob averiguação da academia, dada a capacidade que tal processo tem de produzir efeitos em diversas esferas da vida social. Nos escândalos que compõem o objeto de pesquisa do presente estudo, por exemplo, as revelações efetuadas pela imprensa culminaram na demissão de seis ministros do alto escalão do governo, embora, em alguns dos casos, a comoção midiática não tenha encontrado eco nas instâncias legais de investigação.

Desta forma, mesmo que circunscrito apenas ao círculo da mídia, o escândalo tem um grande potencial de gerar mobilização e, portanto, precisa ser compreendido por parte de profissionais e acadêmicos da área.

Para esta verificação, optou-se por estudar a construção do escândalo político midiático na versão impressa da Folha de S. Paulo, nas edições compreendidas entre 15 de maio e 05 de dezembro de 2011, embora, inicialmente, a pesquisa pudesse ser aplicada sobre qualquer suporte. A opção adotada se justifica pelo fato de que a versão impressa apresenta menos fluidez em termos de veiculação, se comparada a notícias televisivas, radiofônicas ou digitais. Como a proposta é estudar o escândalo enquanto processo (portanto com início, meio e fim), o suporte impresso foi o que apresentou melhor capacidade de fixação de dados numa lógica linear.

Da mesma forma, o processo de construção do escândalo político midiático poderia ser estudado em qualquer veículo da grande imprensa. No caso do presente estudo, a opção foi pela Folha de S. Paulo por ser esta, reconhecidamente, o maior jornal diário do país em circulação, alcançando a tiragem média diária de 301.299 exemplares, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC). Este número denota a posição de destaque que a Folha ocupa no cenário das comunicações no Brasil, sendo um dos veículos de maior influência na imprensa, ao lado de publicações como O Globo, Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo.

O critério para escolher a Folha como objeto de estudo em detrimento dos outros grandes jornais foi o fato de ter sido esta a publicação que inaugurou o rol de escândalos do primeiro ano do governo Dilma Rousseff. De fato, foi a Folha quem apurou e divulgou o enriquecimento do então ministro Antonio Palocci, deflagrando a seqüência de episódios aqui estudados.

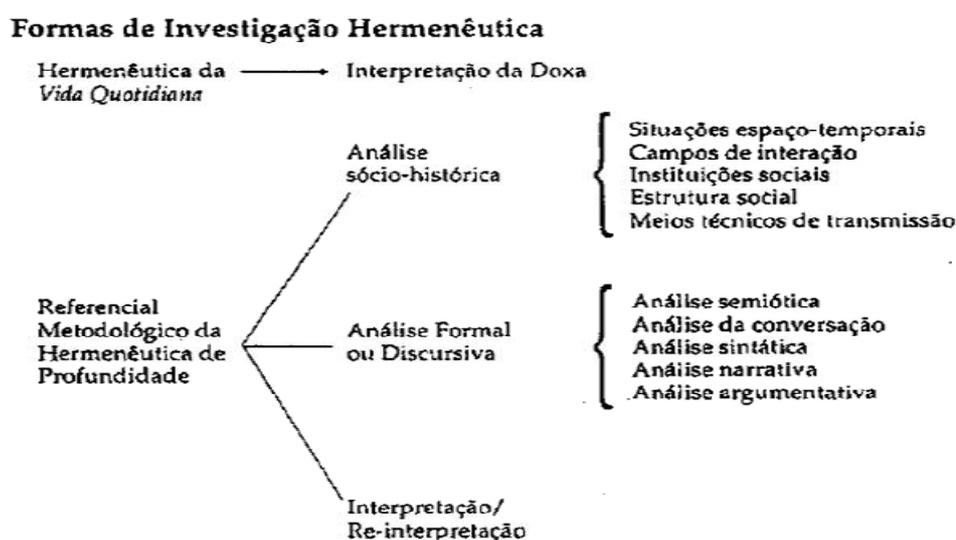
Da mesma forma, o escândalo escolhido para análise poderia ser quaisquer dentre os muitos escândalos que se apresentam diariamente. Foi definida a utilização dos escândalos políticos envolvendo os seis ministros do primeiro ano do primeiro mandato da presidente Dilma dado o caráter sequencial entre eles, que ocorreram de forma mais ou menos

sucessivas entre maio e dezembro de 2011. Isto permitiu ampliar a amostra de escândalos estudados, sem, contudo, sobrecarregar o recorte material da pesquisa.

### 3.3. Metodologia

Optou-se por utilizar neste trabalho a metodologia definida por Thompson (1990, p. 362), chamada Hermenêutica de Profundidade, que pode ser sintetizada pela figura abaixo:

#### Quadro nº 05 – Síntese da Hermenêutica de Profundidade



A fim de satisfazer as condições exigidas pela Hermenêutica de Profundidade, os seguintes métodos foram adotados:

- **Para a análise sócio histórica:** a primeira etapa da metodologia será cumprida por meio de revisão bibliográfica de obras da área de Comunicação e Sociologia. Além disso, haverá espaço na pesquisa dedicado à descrição das instituições sociais envolvidas (sobretudo a Presidência da República e o jornal Folha de S. Paulo, objeto deste estudo).
- **Para a análise formal ou discursiva:** nesta etapa, o método adotado foi a Análise de Conteúdo, definindo-se quatro categorias pré-definidas de análise para estudo do objeto de pesquisa, a saber: *a estrutura seqüencial do escândalo*, *origens dos escândalos*, *a prevalência dos escândalos em relação ao conteúdo geral da edição* e *a construção do perfil dos personagens*. A amostra (428 matérias) foi integralmente lida

e catalogada e os dados daí extraídos, bem como o detalhamento dos métodos utilizados estão descritos pormenorizadamente em cada categoria presente no capítulo 4.

- **Para a interpretação / reinterpretação:** a fase de interpretação do pesquisador será sintetizada por meio das conclusões obtidas e descritas no capítulo 5 do trabalho.

### **3.4. Breve descrição do objeto de pesquisa**

Para fins estritamente didáticos, optou-se por fazer uma reconstituição de cada um dos seis escândalos políticos midiáticos que compõem a amostra desta pesquisa, a fim de permitir que o leitor tenha uma compreensão básica do desenrolar dos episódios tratados. Note-se que esta etapa constitui um resumo de uma sequência de fatos, de forma que não houve a pretensão de construir um relatório pormenorizado e exaustivo dos acontecimentos. As evidências científicas utilizadas foram obtidas a partir da coleta do material bruto.

#### *3.4.1. Primeiro escândalo: Palocci e o enriquecimento na Casa Civil*

Com a posse de Dilma Roussef, em primeiro de janeiro de 2011, Antonio Palocci (PT-SP) trilhava novamente seu caminho para a Esplanada dos Ministérios. Palocci, que ocupara o posto de Ministro da Fazenda durante mais de três anos no governo Lula, havia perdido a função após revelação da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, num dos episódios mais célebres do escândalo do Mensalão.

Desde que deixara os quadros do Executivo, em 2006, Palocci cumprira seu mandato como Deputado Federal, até 2010, ano em que atuou na campanha eleitoral da então candidata Dilma. Após a vitória da petista, foi incumbido da coordenação da equipe de transição do governo; a tarefa lhe valeu o convite da presidente eleita para ocupar o segundo gabinete mais importante do Executivo: o Ministério da Casa Civil.

A situação de Palocci começa a mudar no dia 15 de maio de 2011. Neste dia, a Folha de S. Paulo publica a matéria de capa “Palocci multiplica patrimônio por 20 em 4 anos”, em que revela que o então ministro havia adquirido, em 2010, um imóvel no bairro dos Jardins, em São Paulo, cujo valor de compra era de R\$ 6,6 milhões.

Ainda de acordo com o jornal, outro imóvel, um escritório avaliado em R\$ 882 mil, já havia sido adquirido pelo titular da Casa Civil em 2009. Juntas, as aquisições – ambas quitadas – fizeram o patrimônio de Palocci saltar de um valor declarado de R\$ 375 mil em 2006, para quase R\$ 7,5 milhões em 2010.

No mesmo período, sempre de acordo com a Folha, os rendimentos recebidos por Palocci como Deputado Federal somaram R\$ 974 mil. Na reportagem, também é afirmado que o apartamento de luxo havia sido comprado diretamente na construtora e pago em duas parcelas, a primeira de R\$ 3,6 milhões e a segunda de R\$ 3 milhões; a taxa de condomínio atingia o patamar de R\$ 3.800 ao mês.

As duas propriedades estavam registradas em nome da Projeto Consultoria Financeira, empresa criada por Palocci em 2006 e na qual ele atuara prestando consultoria, paralelamente ao desempenho das funções de deputado.

Desde o momento da revelação, o Ministro da Casa Civil alegou que o dinheiro necessário para compra dos imóveis viera da receita obtida com sua empresa de consultoria. Questionado sobre quem seriam seus clientes e qual o faturamento de seu negócio, Palocci se recusou terminantemente a revelar qualquer dado, afirmando que seus contratos incluíam cláusulas de confidencialidade. Segundo ele, todas as suas posses haviam sido declaradas à Comissão de Ética da Presidência da República e, ao assumir o cargo de ministro, o objeto da Projeto fora alterado para “Administradora de Imóveis”, afim de evitar conflito de interesse com sua atuação ministerial.

Nos dias que se seguiram, surgem notícias de setores pedindo explicações mais detalhadas dos ganhos do ministro, sobretudo por parte da oposição e de entidades de classe. Palocci se limita a reafirmar sua versão dos fatos, chegando a declarar, em nota a parlamentares, que seus ganhos se justificavam porque “ex-ministro tem muito valor no mercado”.

O caso ganharia novo fôlego com a segunda denuncia da Folha, em 20 de maio, de que a empresa de Palocci faturara R\$ 20 milhões só em 2010, ano em que “ele era deputado federal e atuou como principal coordenador da campanha de Dilma Roussef à Presidência da República”.

Para o jornal, o valor recebido pela empresa é discrepante em relação ao faturamento de 2006, que fora de R\$ 160 mil, e ao porte da companhia: “O faturamento da empresa de Antônio Palocci está no mesmo patamar do das maiores consultorias econômicas do país, empresas com dezenas de funcionários, especializados em diferentes áreas” e, ainda, “Profissionais que estão ou já trabalharam em consultorias econômicas nunca ouviram falar da atuação da empresa de Palocci. O ministro não revela o tamanho de sua equipe”, afirma a Folha, sem citar os profissionais consultados.

No dia seguinte, 21 de maio, novo desdobramento: desta vez, a Folha noticia que, dos R\$ 20 milhões faturados pela Projeto em 2010, R\$ 10 milhões foram recebidos em novembro

e dezembro, quando Dilma já havia sido eleita e Palocci era seu coordenador de transição. Tratando desta denúncia, o jornal declararia que “Palocci tinha poder para acessar dados reservados e planos de investimento do Governo Federal” e “um coordenador de transição pode solicitar qualquer documento do governo”, afirmações em que se subentendia a referência a tráfico de influência e enriquecimento ilícito.

Com a multiplicação das denúncias, Palocci fica cada vez mais pressionado. Como ainda contasse com o apoio de Dilma até este momento, várias foram as manobras políticas levadas a termo para evitar a convocação do ministro para depor no Congresso Nacional.

Entretanto, as denúncias começam a se empilhar: a destinação de recursos do orçamento para uma empresa privada ligada à cunhada de Palocci, autorizada por ele enquanto ainda era deputado; a suposta utilização de um servidor contratado com verba de gabinete para atividades da empresa de consultoria; a prestação de serviços da Projeto à WTorre, uma companhia privada que possuía negócios com fundos públicos de pensão e Petrobras; e a declaração em juízo da Caixa Econômica Federal, responsabilizando pela primeira vez diretamente o ministro pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

Dia a dia a posição de Palocci se enfraquece. Pipocam nos veículos declarações de políticos da oposição e da base aliada sugerindo que o ministro deixe o cargo. O Ministério Público do Distrito Federal e o Procurador Geral da República decidem investigar o caso.

Já no começo de junho, torna-se claro que a situação do ministro é insustentável: a executiva do PT pressiona Palocci a declarar as empresas para as quais prestara serviço e o valor dos contratos. O ministro chega a conceder entrevista à Folha e à TV Globo, mas não fornece mais explicações que as já dadas anteriormente.

Por fim, comunicada por assessores de que as revelações contra Palocci começam a corroer a credibilidade de seu governo, Dilma Rousseff demite o ministro em 08 de junho, cinco meses e sete dias após sua posse. O cargo passa a ser ocupado pela senadora petista Gleise Hoffmann.

Nos dias que se seguem, a Folha noticia que o Procurador Geral da República, Rogério Gurgel, arquivara todos os pedidos de investigação interpostos contra Antonio Palocci, por entender que não houve qualquer indício concreto de crime financeiro ou desvio de conduta.

#### *3.4.2. Segundo escândalo: Alfredo Nascimento e a corrupção nos Transportes*

Em 03 de julho de 2011, uma chamada de capa da Folha de S. Paulo revelava que o ministro Alfredo Nascimento (PR-AM) havia afastado de seus cargos dirigentes do

Ministério dos Transportes. A nota, tão enxuta, não antevia a dimensão do intrincado escândalo que se desencadearia a partir dali, estendendo-se no noticiário por meses a fio.

A Folha, na verdade, ecoava denúncia feita pela revista *Veja* daquela semana, segundo a qual representantes do PR (partido do ministro Alfredo Nascimento), funcionários do Ministério e órgãos vinculados à pasta haviam montado um esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina de construtoras e consultorias.

As acusações atingiram diretamente o chefe de gabinete do ministro, Mauro Barbosa, o assessor do ministério Luiz Tito Bonvini, o diretor-geral do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes), Luis Antonio Pagot e o diretor presidente da Estatal Valec, José Francisco das Neves. Após telefonema de Dilma Rousseff, Alfredo Nascimento ordenou o afastamento dos quatro denunciados e abriu sindicância.

Mas, desde o início, o episódio respingou sobre o titular da pasta. As reportagens afirmaram que Nascimento não era bem visto pelo Planalto e base aliada, chegando a citar as palavras de Cid Gomes, segundo o qual o ministro seria “inepto, incompetente e desonesto”, ao criticar a situação das estradas federais no Ceará.

Na prática, a imprensa trazia à luz um suposto esquema de corrupção no qual empreiteiras e construtoras pagavam um “pedágio político” entre 4% e 5% em obras contratadas junto ao Governo Federal com verbas liberadas pelo Ministério dos Transportes. O dinheiro desviado seguia, em sua maior parte, para o deputado Valdemar Costa Neto. Segundo relato da Folha, “A revista afirma que o servidor Bonvini é o emissário do ministro, e Valdemar leva os pagamentos das comissões ao PR. O chefe de gabinete do ministro seria o responsável por liberar as verbas. Os diretores do Dnit e da Valec também são citados como membros do esquema”.

Alfredo Nascimento, desde o início das denúncias, nega qualquer conhecimento do esquema que *Veja* chamou de “Mensalão do PR”. O ministro publica nota em que afirma “rechaçar, com veemência, qualquer ilação ou relato de que tenha autorizado, endossado ou sido conivente com a prática de quaisquer atos políticos partidários envolvendo ações e projetos do Ministério”.

Procurado pela imprensa, Valdemar Costa Neto confirma ter participado de reuniões de interesse do PR nas dependências do Ministério. Ganha força a desconfiança de que as citadas reuniões envolviam também a participação de empresários interessados em fraudar licitações.

No dia 05 de julho, a Folha adicionaria mais combustível ao fogo, ao noticiar que o Ministério aprovara termos aditivos de contrato para onze obras suspeitas de irregularidades

pela CGU, duas das quais tiveram a paralisação sugerida pelo órgão fiscalizador por suspeita de superfaturamento no valor de R\$ 120 milhões. O aumento do valor, destinado a três obras do Dnit e oito da Valec, alcança o montante de R\$ 113.5 milhões.

Com a escalada das denúncias, o Ministério determina a suspensão de todas as licitações e aditivos contratuais por trinta dias.

No dia seguinte, outra reportagem da Folha revela que a Valec liberara, em 20 de maio, aditivo contratual no valor de R\$ 14 milhões para a troca de bueiros nas obras da ferrovia Leste-Oeste (Bahia). O reajuste no contrato ocorre quatro meses após a assinatura e o aumento representa três vezes o valor do desconto concedido pela empreiteira Andrade Gutierrez para vencer a licitação.

O ministro, cada vez mais acuado, antecipa sua ida ao Congresso para prestar esclarecimentos. A oposição em peso pressiona pela instauração de CPI para investigar os supostos desvios. O governo anuncia que Pagot será exonerado do cargo após retorno do período de férias.

Mesmo com todas as tentativas, a posição de Nascimento é muito instável. Em 07 de julho, menos de uma semana após o estopim do escândalo, o ministro pede demissão “para defender sua honra” segundo sua própria declaração. Nascimento volta a ocupar sua cadeira no Senado e é substituído na pasta por seu secretário executivo, Paulo Sérgio Passos.

O ex-ministro solicita à Procuradoria Geral da República a investigação do caso e autoriza publicamente a quebra de seu sigilo fiscal e bancário.

#### *3.4.3. Terceiro escândalo: Wagner Rossi e a prevaricação na Agricultura*

Nos últimos dias de julho de 2011, Oscar Jucá Neto, irmão do então senador e líder do governo na Casa, Romero Jucá, é demitido de seu posto de diretor financeiro na Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), órgão responsável pela implementação de políticas agrícolas no Brasil. O dirigente foi afastado após envolver-se em liberação de pagamento irregular, no valor de R\$ 8 milhões, a um armazém em nome de laranjas.

O episódio, que deveria representar a responsabilização de um agente público por um ato viciado, acabaria por se mostrar na ponta de um novelo de irregularidades desenrolado pela mídia.

Oscar Jucá, ferido em seus brios, procura a revista *Veja* e torna pública uma série de acusações: ele afirma à revista que no ministério da Agricultura só haviam “bandidos” e “corrupção”, diz que a Conab é pior do que o Dnit (órgão ligado ao ministério dos Transportes, que também fora alvo recente de denúncias), e que o próprio ministro da

Agricultura, Wagner Rossi (PMDB-SP), havia oferecido propina a ele “em troca de seu silêncio”.

Em 31 de julho, a Folha ecoa as denúncias de Veja, veiculando declaração de Jucá em que o ex-diretor afirma: “Se eu fosse Presidente da República, demitiria todo mundo lá [no Ministério da Agricultura]”. Ele declara, entre outras coisas, que a Conab vendera um terreno abaixo do preço normal e que o pagamento de uma dívida da empresa havia sido artificialmente elevado de R\$ 14 milhões para R\$ 20 milhões, sendo a diferença desviada para pagamento de propina.

Informado das declarações de Jucá, o ministro Wagner Rossi – que já ocupava a função desde abril do ano anterior e fora mantido no cargo com a posse de Dilma - dá início a uma tática de desqualificação do delator, rotulando-o de “despreparado” e afirmando que estava sendo vítima de retaliação em virtude de medidas saneadoras “que adotara em sua gestão”.

Verdadeiras ou falsas, as afirmações de Jucá atraíram a atenção da imprensa para o Ministério. A Folha apura, conforme notícia em 02 de agosto, que o Tribunal de Contas da União já havia manifestado preocupação com a situação da Agricultura, por meio de relatório encaminhado ao titular da pasta em junho daquele ano. O documento afirma que o Ministério e a Conab não apresentavam processos sistematizados para controle de verbas liberadas, o que seria especialmente grave dado que os órgãos exercem “a fiscalização de transações de grande valor econômico, com poderes de aplicação de multa, apreensão de mercadorias e interdição de estabelecimentos”. Embora Rossi afirme ter determinado às áreas que se adequassem às recomendações do TCU, a Folha averigua que a Conab não foi recebeu ordens para mudanças.

Começam a se multiplicar as denúncias de que a estrutura dos cargos de comando do Ministério está loteada por apadrinhados políticos do partido do ministro, o PMDB. Em 07 de agosto, a Folha publica reportagem revelando que durante a gestão de Rossi na Conab, entre 2007 e 2010, o então diretor aumentara o número de assessores especiais da presidência do órgão, de 06 para 26, preenchendo as posições com protegidos políticos. Além disso, a Companhia contratara, sem concurso público, um filho do senador Renan Calheiros, a ex-mulher do deputado federal Henrique Eduardo Alves, um neto do deputado federal Mauro Benevides e um sobrinho de Orestes Quércia, com salários entre R\$ 7,8 e R\$ 10 mil. O ministro justifica as contratações alegando que só empregou “pessoas qualificadas”.

Nesse ínterim, o secretário-executivo da pasta, Milton Ortolan, pede exoneração do cargo. A causa da queda do número 2 da Agricultura foi nova reportagem de Veja, revelando

uma gravação em que Ortolan é flagrado exigindo propina de 10% sobre o valor de um contrato com a pasta do lobista Julio Fróes. Na denúncia, Veja afirma que Fróes tem livre acesso ao ministério, possui sala própria no prédio, elabora editais e escolhe empresas que prestam serviço ao Ministério.

Wagner Rossi se defende atacando supostos grupos rivais que atuam dentro do Ministério, que estariam forjando denúncias de irregularidades; afirma também estar sendo hostilizado por funcionários substituídos em sua gestão. Embora a situação de Rossi torne-se mais delicada a cada dia, Dilma Rousseff reitera publicamente sua confiança de que o ministro será capaz de responder as acusações à altura.

A Folha descobre que a filha do lobista Julio Fróes é contratada como secretária-executiva da área de ouvidoria da Agricultura. Confrontado com provas de que o lobista acessava as dependências do ministério pela entrada de autoridades, Rossi atribui o fato ao “descuido” de sua “equipe acolhedora”.

A partir daí o escândalo ganha volume com uma sucessão de novas revelações. Em 14 de agosto, a Folha noticia que a Conab havia pago R\$ 6,5 milhões à empresa Commerce Comércio de Grãos LTDA que, segundo o jornal, seria uma empresa de fachada em nome de laranjas. No trabalho de investigação, repórteres procuraram a sede da empresa (uma residência), entrevistaram os moradores do imóvel e fizeram levantamentos na Junta Comercial. A reportagem diz que a liberação foi assinada pelo Superintendente de Operações Comerciais da Conab, João Paulo Morais Filho, protegido de Rossi e que, de acordo com o jornal, “virou homem de confiança de Rossi, a ponto de seu nome ter sido defendido pelo ministro, este ano, para ocupar o cargo estratégico de secretário de política agrícola da pasta”.

Dois dias depois, a Folha publica entrevista com Ismael Leonardo Batista, ex-chefe da comissão de licitação do Ministério, demitido, segundo sua própria alegação, por “perseguição pessoal”. Batista é contundente ao afirmar que a Agricultura foi “corrompida” após a chegada de Rossi e que o ministro “desarranjou” o setor ao nomear pessoas “que vão assinar o que não devem”, em referência à falta de conhecimento técnico do alto escalão da pasta. Ele também declarará, na ocasião, que Julio Fróes recebeu propina dentro das instalações do Ministério, “numa sala que fica a 30 passos do gabinete do ministro”.

Mas o tiro de misericórdia contra o titular da Agricultura seria desferido no dia 17. A Folha reporta que o ministro havia utilizado o jato executivo da empresa Ourofino Agronegócios em deslocamentos entre Brasília e Ribeirão Preto, seu reduto político, conforme revelado pelo Correio Brasiliense. Rossi admite ter recebido “carona”, mas nega qualquer favorecimento à Ourofino, uma fabricante de produtos veterinários, sementes e

defensivos agrícolas que, no ano anterior, obtivera autorização do ministério para comercializar uma vacina contra febre amarela; segundo a Folha, a autorização representou “um passaporte para sua entrada num mercado que movimenta cerca de 1 bilhão por ano”. Rossi teria comparecido pessoalmente à sede da empresa para comunicar a autorização.

Embora o ministro se esforce para negar o favorecimento à empresa, a pressão se torna insuportável: Wagner Rossi pede demissão no próprio dia 17, num cenário de relações estremecidas entre o PT da presidente Dilma e o PMDB, que cobrava uma defesa mais contundente por parte do governo.

Na carta de entrega do cargo encaminhada ao Planalto, o ministro demissionário ataca a “campanha sórdida” da imprensa, com “acusações falsas, sem qualquer prova”. É substituído pelo colega de sigla, Mendes Ribeiro.

#### *3.4.4. Quarto escândalo: Pedro Novais e os desvios no Turismo*

Foram 35 os mandados de prisão expedidos pela Justiça a pedido da Polícia Federal, na ação que ficaria conhecida como Operação Voucher. Deflagrada em 09 de agosto de 2011, a Voucher mandou para a prisão 17 pessoas em Brasília, 11 em São Paulo e 7 no Amapá, acusadas de participação em um esquema de desvio de verbas em convênios entre o Ministério do Turismo e a ONG Ibrasi (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável), que supostamente recebia o dinheiro para capacitação de pessoal no Amapá, mas não realizava os treinamentos.

Entre os detidos naquele dia, estavam o número 2 da pasta, o secretário-executivo Frederico Silva da Costa, e Mário Moyses, que também havia sido secretário-executivo do Ministério e presidente da Embratur, além de ser considerado “homem de confiança” da ex-ministra Marta Suplicy.

Para a Polícia Federal, o esquema de corrupção causara perdas de R\$ 3 milhões aos cofres públicos, num contrato cujo valor total era de R\$ 4,4 milhões. O convênio com o Ibrasi havia sido celebrado com verba destinada por emenda parlamentar da deputada federal Fátima Pelaes (PMDB).

A Folha noticia as prisões em 10 de agosto, dando ênfase tanto ao ilícito em si quanto aos desdobramentos políticos do caso. Uma foto de Frederico Costa sendo algemado por um policial ganha destaque na imprensa; o Supremo Tribunal Federal critica o uso desnecessário das algemas no caso; o PMDB, partido que controla o Ministério, se queixa de abuso no

cumprimento dos mandados de prisão; e Dilma “se irrita” com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por tê-la deixado desprevenida em relação à ação.

No meio de toda esta comoção, segundo a Folha, o ministro Pedro Novais (PMDB-MA) cogita demitir-se; entretanto, o que o titular do Turismo efetivamente faz é suspender temporariamente os convênios do Ministério com ONGs e solicitar à CGU a instalação de processo interno disciplinar para apurar as supostas irregularidades praticadas por servidores.

Mas, a esta altura, um escândalo político de grandes proporções já estava estabelecido. A Folha divulga, em 11 de agosto, que o grupo que comandava o esquema no Turismo tivera acesso privilegiado ao relatório do Tribunal de Contas da União que apontava irregularidades nos convênios. Segundo a reportagem, os acusados tiveram acesso ao parecer técnico quatro dias antes da citação para defesa, graças aos serviços de Tiago Cedraz, filho do ministro do TCU Aroldo Cedraz.

Tiago havia sido contratado como advogado pelo Ibrasi “para resguardar-se de uma possível decisão prejudicial” do tribunal. O TCU negou veementemente o vazamento de informações, alegando que Tiago Cedraz não atuava na corte e que deixara todos os processos quando seu pai assumiu a cadeira de ministro.

Enquanto 18 dos 35 detidos são liberados pela Polícia após prestar esclarecimentos, o Jornal Nacional, da Rede Globo, exibe gravação em que Frederico Costa é ouvido orientando um empresário sobre como escolher um imóvel para uma empresa de fachada (“prédio moderno, meio andar”). O interlocutor é o empresário Fabio Mello, que teria recebido parte do valor desviado pelo Ibrasi. A defesa de Costa alega que o diálogo fora editado e apresentado fora de contexto.

No dia seguinte, nova revelação da Folha: o contrato fraudulento do Amapá teria um “clone” no Paraná, com exatamente os mesmo termos e condições, destinando verbas para a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba treinar agentes de Turismo. O TCU do Paraná também vê indícios de superfaturamento no convênio, liberado por emenda parlamentar de deputado André Zacharow, presidente licenciado da Sociedade Evangélica. A entidade reafirmou que o dinheiro atendeu destinação específica.

O redemoinho do escândalo traz cada vez mais envolvidos. Errolflyn Paixão, um dos presos na Voucher, alega que parte do dinheiro desviado voltava para a deputada Fátima Pelaes; a acusada põe à disposição seu sigilo bancário, fiscal e telefônico. O Ministério Público afirma que o esquema no Turismo pretendia fraudar e lucrar com programas de capacitação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Os organizadores negam.

Dois fatos importantes agravam o escândalo. O primeiro é a divulgação pela Folha, em 13 de agosto, de um grampo da Polícia Federal que mostra investigados na Operação Voucher discutindo formas de fraudar e superfaturar licitações. As palavras do empresário Humberto Gomes Silva, então foragido, ganharam as manchetes: “Ah, é para o governo, joga o valor pra três, tudo vezes três”. Ele diz que “quando é dinheiro público não pesa no seu bolso. Aí você joga pro alto mesmo, até porque se você não jogar, vai perder logo de cara, porque todo mundo vai jogar”. E acrescenta: “Superfaturamento sempre existe”.

O segundo fato que causa desconforto no Palácio do Planalto é a divulgação, pelo jornal “A Gazeta” de Macapá, de fotos dos detidos sem camisa e com identificação criminal. Dilma é pressionada e declara que o vazamento das fotos é “inaceitável”.

E, então, os holofotes se voltam para Pedro Novais. Já em 14 de agosto, a Folha divulga que o ministro tinha ciência das irregularidades no Ministério, pois havia recebido ofícios do TCU e da Polícia Federal solicitando documentos e informações, mas nenhuma medida administrativa foi tomada. Dois dias depois, o jornal revela que o convênio de maior valor entre o Turismo e o Ibrasi, no montante de R\$ 5,8 milhões, fora aprovado em tempo recorde: apenas dez dias, num processo cujo trâmite exige, em média, dois meses. Neste caso, também não houve “chamamento público” de outras possíveis organizações interessadas. O Ministério se defende alegando que não houve concorrência porque a equipe técnica já havia aprovado os termos do convênio.

No dia 16, o ministro é envolvido em nova denúncia: a Folha descobre que, enquanto deputado federal, em 2010, Novais destinara verba de R\$ 1 milhão do Turismo para a cidade de Barra do Corda (Maranhão), numa emenda parlamentar que beneficiou “uma cidade sem nenhuma vocação turística e uma empreiteira fantasma, cuja sede fica em um conjunto habitacional na periferia de São Luiz”, a Planmetas Construções e Serviços.

Na mesma linha, a Folha apura que o Ministério comandado por Novais destinou, em 2 anos, R\$ 352 milhões a “cidades sem vocação para o turismo”. Segundo a reportagem, dos 841 municípios que receberam verbas no período, apenas 105 figuravam na lista de locais turísticos do país. O Ministério alega que portaria do Governo Federal de 2003 autorizava, como investimento turístico, obras de infraestrutura local, como a construção de pontes, praças, etc.

O golpe que selaria o destino do titular da pasta seria desferido em 13 de setembro. Em matéria de capa, a Folha revela que, enquanto cumpriu o mandato como deputado, entre 2003 e 2007, Pedro Novais manteve uma governanta contratada com dinheiro da Câmara. A denúncia diz que Doralice Bento Souza constava na folha de pagamento da Casa como

secretária parlamentar, mas desempenhava funções de empregada doméstica no apartamento funcional do deputado.

Em janeiro de 2011, ao assumir o posto de ministro, Novais exonerou a servidora; mas ela foi imediatamente contratada como recepcionista pela empresa Visão Administração e Serviços, “que recebe R\$ 1,5 milhão por ano para fornecer mão de obra ao Turismo”. Doralice alega que sempre trabalhou como secretária, embora não explique sua permanência na residência de Novais; a Visão nega que tenha favorecido Novais em contratação da recepcionista.

A posição periclitante de Pedro Novais rui definitivamente com a denúncia, no dia seguinte, de que sua esposa, Maria Helena de Melo, usava um funcionário contratado pela Câmara como motorista particular, para compras no supermercado, shoppings e restaurantes. O servidor Adão dos Santos Pereira, contratado pelo gabinete do deputado Francisco Escórcio, também do PMDB, é exonerado no dia em que a Folha solicita esclarecimentos sobre os serviços prestados.

Isolado e sem o apoio da presidente Dilma ou de seu partido, Pedro Novais entrega sua carta de demissão ao Planalto, em que escreve apenas: “Cumpro o dever de pedir-lhe minha exoneração do cargo”. A pasta é assumida por Gastão Vieira.

#### *3.4.5. Quinto escândalo: Orlando Silva e a propina no Esporte*

“Segundo Tempo” foi o nome escolhido para batizar um programa do Ministério do Esporte, que tinha como nobre proposta oferecer lições de cidadania para crianças e jovens carentes por meio da promoção de atividades físicas. O programa era subsidiado com verbas da pasta, repassadas a Organizações Não Governamentais mediante convênio para organização e execução das atividades. Mas a missão do programa não foi suficiente para manter distantes revelações de irregularidades que atingiram em cheio o próprio ministro Orlando Silva.

Em outubro de 2011, a revista Veja traz à berlinda o depoimento do soldado da Polícia Militar do Distrito Federal, João Dias Ferreira. Ele havia sido preso em 2010 na Operação Shaolin, empreendida pela Polícia Civil do DF. Segundo a acusação, o soldado estava envolvido em um esquema de desvio de R\$ 1,99 milhão repassados pelo Segundo Tempo a duas ONGs presididas por ele. As organizações teriam se valido de notas fiscais frias para simular a compra de material esportivo quando, na realidade, o dinheiro havia sido

usado para a compra de uma mansão, carros de luxo e três academias de ginástica de propriedade do policial.

Mas o que Ferreira tinha para revelar era ainda mais grave: ele afirma à Veja que o ministro Orlando Silva (PCdoB - SP) fazia parte do intrincado esquema de desvio de recursos e que a havia recebido dinheiro da fraude em mãos, na garagem do Ministério. De acordo com reportagem da Folha, em 16 de outubro, ele teria afirmado que “Eu recolhi dinheiro com representantes de quatro entidades aqui do Distrito Federal que receberam verba do [programa] Segundo Tempo e entreguei ao ministro, dentro da garagem, numa caixa de papelão. Eram maços de notas de 50 e 100 reais”.

Quando a bomba veio à tona, o titular do Esporte estava no México, acompanhando os jogos Pan Americanos. Ele alegou que as denúncias não passavam de uma “trama farsesca” e solicitou “à Polícia Federal que investigasse o caso, além de antecipar um depoimento que faria na Comissão de Fiscalização da Câmara”.

Dilma ordena o retorno imediato do ministro ao Brasil e solicita ao auxiliar que apresente todos os esclarecimentos necessários.

No dia seguinte, a Folha divulga que o programa Segundo Tempo havia beneficiado ONGs mantidas pelo PC do B, partido que controlava o ministério desde a primeira gestão de Lula (2003). Orlando Silva fora nomeado pelo ex-presidente em 2006. O total de repasses a apadrinhados dos comunistas chegava a R\$ 14 milhões.

O jornal também noticia que os processos do Governo Federal cobrando a restituição de valores de ONGs com convênios irregulares chegam a R\$ 26,5 milhões em 67 acordos desabonados pela CGU. As irregularidades envolvem compras superfaturadas, entregas divergentes das contratadas, além de empresas com sócios ligados a ONGs que contratavam os serviços.

Em nova entrevista, desta vez à Folha, o policial João Dias Ferreira alega que Orlando Silva oferecera a ele dinheiro em troca de silêncio. Ele volta atrás na declaração anterior e afirma não ter visto Silva na garagem do Ministério, mas que entregara o dinheiro a Fabio Ebliny, “um braço direito”, a mando do ministro. As novas revelações também atingem Agnelo Queiróz, ex titular do Turismo e, na época das denúncias, governador do Distrito Federal.

O delator seguiria acrescentando novos fatos ao escândalo: em reunião a portas fechadas no Congresso, Ferreira revela a senadores e deputados o nome de três empresas que integravam o esquema, indicadas pelo próprio Ministério, para fornecer notas frias que justificassem os gastos das ONGs. Além disso, o policial apontou outras quatro entidades

envolvidas nas fraudes. Juntas, as sete instituições haviam desviado R\$ 1 milhão para repassar a Orlando Silva. Caberia ao ministro, supostamente, dividir o valor: 50% para o PC do B e 50% para rateio entre os envolvidos.

Neste ínterim, a Folha revelou que o titular do Esporte comprara à vista, em 2010, um terreno em um condomínio de luxo na cidade de Campinas, no valor de R\$ 370 mil. O ministro afirma que o terreno é seu único bem e “corresponde ao valor das economias de toda minha vida”. Em outra reportagem, a Folha afirma que o Ministério do Esporte agiu para inativar uma apuração contra uma das ONGs de João Dias Ferreira. Em 2008, o Ministério havia denunciado irregularidades no convênio e solicitado ressarcimento no valor de R\$ 3 milhões. Entretanto, cinco dias depois voltou atrás e pediu que o parecer fosse desconsiderado.

No Congresso, Orlando Silva se diz vítima de um “linchamento público”, “sem provas”. Querem tirá-lo “no grito”, afirma.

Outras denúncias se seguem, até que, em 22 de outubro, outro delator se apresenta à imprensa. O pastor evangélico David Castro denuncia à Folha que também fora pressionado a pagar propina ao PC do B por um convênio de sua igreja, a Batista Gera Vida, de Brasília, com o Ministério do Esporte.

O pastor alega que recebeu emissários em nome do ministro, exigindo a devolução de 10% do repasse de R\$ 1,2 milhão recebido. “Usavam o nome do ministro. Diziam: é para suporte político do ministro”. David se recusa a revelar o nome dos interlocutores, mas afirma que um dos dois é funcionário do Ministério.

Em 25 de outubro, a Folha revela que o ministro autorizou, de próprio punho, a redução das contrapartidas exigidas pelo Segundo Tempo para celebração de convênio com a ONG de João Dias Ferreira, já na época considerada irregular pelo Ministério. Orlando rebate a acusação afirmando que o benefício foi concedido por recomendação de parecer técnico.

No dia 26, a situação do titular do Esporte fica insustentável, quando o STF ordena “devassa” nos convênios do Ministério, após acatar pedido de investigação da Procuradoria Geral da República. O Planalto retira seu respaldo ao ministro. A oposição exige o afastamento.

A 27 de outubro, a Folha noticia que Orlando Silva é o quinto ministro a deixar a Esplanada no primeiro ano do governo Dilma. Aldo Rebelo, também do PC do B, assume a pasta.

### 3.4.6. Sexto escândalo: Carlos Lupi e a extorsão no Trabalho

Em sua primeira edição do mês de novembro, a revista *Veja* faz uma nova denúncia contra o alto-escalão do governo: segundo a revista, integrantes do Ministério do Trabalho montaram um esquema para cobrar propina na liberação de repasses da pasta para ONGs. Funcionários e ex-funcionários estariam cobrando entre 5% e 10% do valor dos contratos para solucionar “pendências” administrativas. De acordo com o relato, o Ministério, após firmar contratos com ONGs para cursos de capacitação profissional, começaria a criar entraves burocráticos, que só eram sanados mediante pagamento de “comissões”.

Com a denúncia, o ministro Carlos Lupi (PDT - RJ) determina a abertura de investigação interna para apurar o caso e, imediatamente, afasta o coordenador-geral de qualificação da pasta, Anderson Alexandre dos Santos. Tanto Santos, quanto o deputado federal Weverton Rocha, do PDT, que até um mês antes servira como assessor de Lupi, foram apontados como envolvidos na extorsão. Além deles, também é citada a participação de Marcelo Panella, ex-chefe de gabinete do ministro (a revista afirma que Panella deixara o posto após a falcatrua ser denunciada o chefe de gabinete de Dilma; ele afirma que abandonara o cargo por não ter se adaptado a Brasília).

Lupi sai em defesa de seus auxiliares, afirmando “que não vê fundamento nas acusações”: “Denúncias em que o denunciante não apreze é algo que nos deixa na dúvida de saber qual o interesse da denúncia. Quem denuncia tem que apresentar provas”.

O caso começa a se desdobrar na imprensa. Em 07 de setembro, a *Folha* revela que o ministro havia sido alertado sobre as supostas irregularidades pela secretaria-geral de governo. Gilberto Carvalho teria solicitado à Lupi que tomasse providências para conter o problema, o que teria acarretado o afastamento de Panella. Apesar do desconforto causado no governo pela divulgação das informações, a avaliação do Planalto é de que as suspeitas não atingem diretamente a Lupi.

O jogo político se desenrola. Duas centrais sindicais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e a União Geral dos Trabalhadores, mesmo sem o aval da Central Única dos Trabalhadores (CUT), publicam moção de apoio ao ministro do Trabalho. A *Folha* afirma que as duas entidades signatárias haviam recebido juntas R\$ 38 milhões para execução de cursos de capacitação profissional.

O PDT, partido do ministro, cobra esclarecimentos. Em reunião com lideranças, o titular da pasta se excede no discurso e faz afirmações que desagradam ao governo. Lupi afirma que só deixa o Ministério “abatido a bala” e “bala forte” (“porque eu sou pesadão”). O

tom de desafio soa no Planalto como quebra de hierarquia. Dilma manda que Gleise Hoffmann enquadre o colega e lhe recorde que a decisão pela manutenção de postos é da Presidente da República. Na retratação pública que se segue à bronca, Lupi afirma “Presidente Dilma (...), eu te amo”.

Mas nos dias que se seguem, o teor das revelações muda e Carlos Lupi se torna protagonista das denúncias.

Em 11 de novembro, a Folha afirma que o ministro teria beneficiado a ONG de um colega de partido, mesmo depois de a Polícia Federal ter aberto um inquérito para apurar irregularidades no convênio da entidade no valor de R\$ 6,9 milhões. Foi em fevereiro de 2010 que Lupi, durante um evento em Florianópolis, assinara dois convênios e uma ordem de serviço autorizando a empresa Adrvale, do colega Osmar Boos, a executar projetos da pasta no valor de R\$ 1,7 milhão, a despeito de a empresa estar sendo investigada por utilização de funcionários e empresas fantasmas em outro acordo, firmado em 2007, já sob a gestão do ministro.

Lupi não nega que soubesse de irregularidades apontadas pela CGU, mas afirma que não tinha ciência da ação da Polícia Federal e que o fato de Boos ser filiado ao PDT não influenciou na celebração de convênio.

A esta altura, o escândalo já apresenta uma clara reação de Lupi à postura da imprensa. Em evento na Câmara, ele ataca a cobertura de imprensa no caso dos cinco outros ministros acusados de irregularidades. Provavelmente antevendo o que o esperava, o ministro afirma: “Hoje, a bolsa de apostas da mídia é sobre quem vai ser o próximo. Quando se começa a atirar em um soldado do exército é para atingir o general”. Por ordem de Lupi, o Ministério passa a publicar na internet todos os e-mails com perguntas recebidos de jornalistas. Os representantes da imprensa repudiam a tática.

Uma semana após a notícia que deflagrou o escândalo, a Veja revela que Lupi utilizou um avião alugado por um empresário dono de um ONG detentora de convênio no valor de R\$ 10 milhões com o Trabalho. A viagem ocorrera em dezembro de 2009, com destino ao Maranhão, e o transporte fora “providenciado” por Adair Meira, dono de entidades já investigadas pela CGU “e já teria havido até pedido de devolução de recursos ao governo”. O ministro afirma que a viagem fora planejada pelo PDT, nega conhecer Adair Meira, e se exime de responsabilidade. Após a publicação de uma foto que comprova a viagem, ele atribui a negação a uma “falha de memória”.

Em 15 de novembro, a Folha apura que Lupi havia concedido registro a sete sindicatos patronais no Amapá, cujos setores da indústria não existiam no estado. A transação

fora intermediada pelo deputado Bala Rocha, do PDT, “que afirma ter se valido da proximidade partidária com o ministro”. O jornal descobre que nenhum dos sete presidentes dos sindicatos são industriais, mas todos trabalham como motoristas numa cooperativa de veículos controlada por um amigo de Bala Rocha. Com o registro, os sindicatos passariam a receber parte do imposto sindical, cobrado anualmente dos associados.

Com as novas denúncias, o governo já faz tratativas preliminares com o PDT para substituição de Lupi. O partido abandona o ministro para poder manter o controle do Trabalho. A preocupação do partido é perder a pasta para o PT na próxima reforma ministerial. Setores do partido defendem publicamente a saída do colega. Dilma concede ao ministro mais uma chance para se explicar no Senado, antes de selar seu destino.

Mas o futuro de Lupi é definido por outras graves revelações que se apresentariam conta ele. A primeira, em 18 de novembro, é a de que Lupi recebera diárias do Ministério na viagem que fizeram ao Maranhão em 2009 para tratar de agenda partidária. Já no dia 19, a Folha descobre que quatro meses após sua posse, Lupi autorizara convênio da pasta no valor de R\$ 4,09 milhões com ONG da mãe do deputado Weverson Rocha, que viria a ser seu assessor.

É a partir de 26 de novembro que o escândalo dobra de proporções, quando a Folha noticia que o ministro foi funcionário fantasma da Câmara dos Deputados por quase seis anos, entre dezembro de 2000 e junho de 2006.

No período, Lupi atuou como vice-presidente do PDT e se dedicava exclusivamente a atividades partidárias no Rio de Janeiro, embora recebesse o maior salário de assessor da Câmara: R\$ 12 mil em valores atualizados até 2011.

Como não bastasse isso, em 01 de dezembro, novamente a Folha revela que, entre 2000 e 2005, Lupi também constava como assessor na folha de pagamento da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, acumulando cargos ilegalmente. No Rio de Janeiro, o ministro figurava como assessor do vereador Sami Jorge, como salário pago pela Prefeitura da cidade, que o havia cedido ao legislativo.

Lupi se dispõe a devolver o dinheiro recebido da Câmara Municipal, mas é tarde: a Comissão de Ética Pública recomenda à Presidente a exoneração do auxiliar. Dilma avisa a Lupi que sua permanência é impossível.

Um mês após a deflagração do escândalo, Carlos Lupi pede demissão, após cinco anos no cargo. A pasta é assumida interinamente pelo secretário executivo Paulo Roberto Pinto, até a nomeação de Brizola Neto para o posto, em maio do ano seguinte.

## 4. Análise empírica – Tabulação de dados

### 4.1. PRIMEIRA CATEGORIA DE ANÁLISE: estrutura seqüencial do escândalo

#### *Proposta e síntese do método utilizado:*

Partindo da afirmação de Thompson (2002, p. 104 a 106), de que todo escândalo político midiático obedece a uma seqüência determinada, esta categoria se propõe a investigar se as fases “Pré-escândalo”, “Escândalo propriamente dito”, “Clímax” e “Consequências” podem ser identificadas no objeto de estudo. A fim de alcançar este objetivo, os seis escândalos que compõem a amostra foram isolados e submetidos em separado à estrutura seqüencial defendida pelo autor inglês. Adotou-se a seguinte sistemática:

Os seis escândalos foram tratados isoladamente. O pesquisador efetuou a seleção de todas as notícias que faziam referência ao caso, entre a edição em que foi feita a revelação inicial e a edição que noticiou o desligamento do ministro. Na seqüência, cada caso foi submetido às quatro etapas estabelecidas por Thompson, sendo relacionadas as notícias que se enquadram em cada fase.

#### *4.1.1. Primeiro escândalo: Palocci e o enriquecimento na Casa Civil*

**1ª fase - Pré-escândalo:** com base na definição de Thompson, é possível afirmar que a fase pré-escândalo do caso Palocci compreende, lato sensu, todo o período entre 2006 (primeira declaração patrimonial) e 2011, até o momento em que houve a revelação do enriquecimento do ministro. Neste intervalo ocorreram as compras do escritório e do apartamento que deram causa à revelação, bem como as atividades de consultoria do então deputado. Mais especificamente, foi nesta etapa que se iniciou a investigação da Folha de S. Paulo junto aos órgãos de registro de bens, à Junta Comercial e às centralizadoras públicas de dados (para averiguar os vencimentos de Palocci como deputado, por exemplo).

**2ª fase – Escândalo propriamente dito:** a reportagem “Palocci multiplica patrimônio por 20 em 4 anos” inaugura a fase do escândalo propriamente dito, marcada pela escalada de denúncias contra Antônio Palocci, suas contra afirmações, a repercussão nos bastidores do governo e o acirramento das tensões.

<b>Principais denúncias</b>
-----------------------------

“Palocci multiplica patrimônio por 20 em 4 anos”, 15/05/2011, A1;  
 “Comissão de Ética afirma que Palocci não informou bens”, 17/05/2011, A4;  
 “Empresa de Palocci faturou R\$ 20 mi no ano da eleição”, 20/05/2011, A4;  
 “Empreiteira com negócios públicos contratou Palocci”, 20/05/2011, A8;  
 “Empresa de Palocci faturou R\$ 10 mi em apenas dois meses”, 21/05/2011, A4;  
 “Palocci deu verba para projeto de cunhada”, 22/05/2011, A6;  
 “Gabinete de Palocci violou sigilo de caseiro, diz Caixa”, 25/05/2011, A4;  
 “Governo beneficiou empresa que pagou Palocci, diz PSDB”, 26/05/2011, A10;  
 “Ministro usou servidor para cuidar de consultoria”, 25/05/2011, A9;  
 “Ministro faturou mais às vésperas do novo governo”, 29/05/2011, A4.

### **Contra afirmações**

“Rendimento de consultoria pagou imóveis, diz Palocci”, 15/05/2011, A8;  
 “Palocci justifica seu patrimônio citando ex-ministros de FHC”, 18/05/2011, A4;  
 “Patrimônio da empresa é compatível com receitas”, 18/05/2011, A4;  
 “Crescimento de contratos em 2010 foi ‘natural’, diz empresa”, 20/05/2011, A4;  
 “Consultoria não comenta faturamento”, 21/05/2011, A4;  
 “Cabe ao Turismo analisar repasse, afirma ministro”, 22/05/2011, A6;  
 “Ministro diz que desconhece ação por indenização”, 25/05/2011, A4;  
 “Advogado de Palocci diz que investigação é ilegal”, 28/05/2011, A4;  
 “Não entrei em detalhes com a presidente Dilma”, 04/06/2011, A10.

### **Repercussão nos bastidores do governo**

“Governo manobra e barra convocação de Palocci pela Câmara”, 19/05/2011, A4;  
 “Para barrar convocação de petista, governo telefona até para oposição”, 20/05/2011, A9;  
 “Ministro traça estratégia de defesa com presidente”, 20/05/2011, A9;  
 “Planalto define estratégia contra crise”, 21/05/2011, A8;  
 “Estrelas do PT defendem Palocci para esfriar crise”, 24/05/2011, A4;  
 “Oposição quer investigação de faturamento no ano eleitoral”, 24/05/2011, A4;  
 “Sob pressão, Dilma faz concessões ao Congresso”, 26/05/2011, A4;  
 “Oposição aposta em apuração para instaurar CPI”, 28/05/2011, A4;  
 “Dilma segue roteiro traçado por Lula e investe em agenda positiva”, 28/05/2011, A9;  
 “Governo faz esforço para conter crise no Congresso”, 30/05/2011, A4;  
 “Novo revés no Congresso agrava situação de Palocci”, 02/06/2011, A4;  
 “Senadores da oposição protestam e levam pizza sabor ‘Palocci’ à Casa”, 02/06/2011, A7;  
 “Oposição afirma que cobrará ida de Palocci à Câmara”, 04/06/2011, A6;  
 “Escândalo aborta plano eleitoral de Palocci para 2014”, 05/06/2011, A7;  
 “Oposição irá ao STF caso a Câmara anule convocação”, 06/06/2011, A6;  
 “Câmara deve anular hoje convocação de ministros”, 07/06/2011, A4;  
 “Oposição acusa Gurgel de agir como governo”, 07/06/2011, A4.

### **Acirramento das tensões**

“Planalto se queixa de silêncio de Palocci sobre empresa”, 26/05/2011, A4;  
 “Procuradoria abre investigação sobre os bens de Palocci”, 27/05/2011, A4;  
 “Dilma indica confiança em Palocci e ataca ‘politização’”, 27/05/2011, A8;  
 “Faturamento de Palocci surpreende, diz petista”, 28/05/2011, A10;  
 “Temer afirma que elevou o tom de voz com Palocci”, 29/05/2011, A4;  
 “Simon vai pedir a Dilma que Palocci seja afastado”, 30/05/2011, A4;

“Procuradoria do DF pede dados sobre empresa”, 31/05/2011, A6;  
 “Senadora petista defende saída de Palocci do governo”, 01/06/2011, A4;  
 “Lula e Dilma avisam que agora cabe a Palocci se defender”, 02/06/2011, A6;  
 “Procuradoria não indaga Palocci sobre seu patrimônio”, 02/06/2011, A7;  
 “Sob pressão, Palocci promete romper silêncio e se explicar”, 03/06/2011, A4;  
 “Dilma já discute como será o governo sem Palocci”, 04/06/2011, A4;  
 “Dilma ouvirá Lula antes de decidir futuro de Palocci”, 05/06/2011, A4;  
 “Medo de desgaste amplia pressão para afastar Palocci”, 06/06/2011, A6;  
 “Dilma já acertou demissão com Palocci”, 07/06/2011, A6;  
 “Aliados do governo pedem afastamento imediato de Palocci”, 07/06/2011, A7.

**3ª fase - Clímax:** o clímax do caso Palocci é atingido quando da queda do ministro, em 08/06/2011, sintetizado pela manchete “Crise derruba Palocci; Dilma põe senadora novata na Casa Civil”. Interessante notar que, no corpo da matéria “Dilma demite Palocci e muda governo após cinco meses” (08/06/2011, A4), a Folha afirma expressamente “Após 23 dias de crise, Palocci pede demissão”, mas optou, no título, por dar a entender que o ministro fora demitido.

**4ª fase – Consequências:** conforme defendido por Thompson, o escândalo pode apresentar consequências ou não. Neste caso, não houve relato sobre desdobramentos posteriores.

#### 4.1.2. Segundo escândalo: Alfredo Nascimento e a corrupção nos Transportes

**1ª fase - Pré-escândalo:** a fase pré-escândalo compreende todo o período em que o suposto esquema de corrupção se instalou e desenvolveu. De forma mais específica, é o momento em que a revista Veja empreende investigação sobre o esquema.

**2ª fase - Escândalo propriamente dito:** tem início com a revelação do esquema pela revista Veja. No discurso da Folha, o estopim é o afastamento dos quatro membros da cúpula do Ministério dos Transportes (“Após denúncias, governo afasta cúpula da pasta dos Transportes”, 03/07/2011, A1). O escândalo ganha força com a denúncia dos aditivos contratuais com empresas irregulares e liberação de verbas milionárias sem aparente justificativa. Também se apresentam as movimentações dos acusados para conter os efeitos das acusações.

“Ministro afasta cúpula dos Transportes”, 03/07/2011, A6;  
 “Deputado admite reuniões nos Transportes para tratar do PR”, 04/07/2011, A7;  
 “Transportes elevou verba de 11 obras sob suspeita”, 05/07/2011, A4;  
 “Sob suspeita, Transportes suspende novas licitações”, 06/07/2011, A4;

*“Estatal libera R\$ 14 mi para trocar bueiros de ferrovia”, 06/07/2011, A4;*  
*“Com cargo em risco, ministro antecipa ida ao Congresso”, 06/07/2011, A6;*  
*“Diretor do Dnit será exonerado ao voltar de férias”, 06/07/2011, A6.*

**3ª fase - Clímax:** o escândalo atinge o ápice com a queda do ministro Alfredo Nascimento (“Ministro cai após acusação de propina nos Transportes”, 07/07/2011, A6) após apenas quatro dias da revelação inicial. No desenrolar dos fatos, mais 21 servidores da pasta seriam demitidos.

**4ª fase – Consequências:** Não foram verificados relatos de consequências.

#### 4.1.3. Terceiro escândalo: Wagner Rossi e a prevaricação na Agricultura

**1ª fase - Pré-escândalo:** nesta fase estão se desenrolando os fatos que culminarão na explosão do escândalo político midiático. Embora não seja possível verificar empiricamente todos os fatos que compõem a fase, destaca-se o contato de Oscar Jucá Neto com a Veja e a concessão de entrevista do ex-diretor da Conab à revista.

**2ª fase - Escândalo propriamente dito:** o escândalo eclode com a publicação da delação de Jucá Neto à revista Veja. Na Folha, o escândalo surge no dia 31 de julho, quando o jornal reproduz o teor das denúncias feitas à revista (“Demitido, irmão de Jucá acusa ministro”, 31/07/2011, A6). A fase será marcada por uma escalada de acusações oriundas sobretudo de investigação jornalística da Veja, Folha de S. Paulo e Correio Brasiliense. Além das denúncias, ganhará espaço nos noticiários a ameaça de crise política entre o partido do governo, o PT, e de seu maior aliado, o PMDB, partido do ministro acusado.

#### **Principais denúncias**

*“Demitido, irmão de Jucá acusa ministro”, 31/07/2011, A8;*  
*“Investigação do TCU revela descontrole de gastos da Agricultura”, 02/08/2011, A4;*  
*“Governo foi avisado de aparelhamento na pasta da Agricultura”, 04/08/2011, A9;*  
*“Agricultura vira cabide de emprego da cúpula do PMDB”, 07/08/2011, A4;*  
*“Após suspeita de corrupção, número 2 da Agricultura cai”, 07/08/2011, A7;*  
*“Ministro da Agricultura usa funcionário da estatal”, 08/08/2011, A4;*  
*“Filha de lobista trabalha na pasta desde fevereiro”, 09/08/2011, A10;*  
*“Agricultura pagou R\$ 6,5 mi a empresa em nome de laranjas”, 14/08/2011, A4;*  
*“Agricultura teve licitações ‘corrompidas’, diz servidor”, 16/08/2011, A4;*  
*“Ministro da Agricultura usou jatinho de empresa de setor”, 17/08/2011, A4;*

#### **Ameaça de crise política**

*“Dilma mede risco político de faxina na pasta do PMDB”, 10/08/2011, A4;*  
*“PMDB não pode ser tratado diferente, diz senador do PR”, 09/08/2011, A10;*

*“PMDB ameaça tirar cargo de petista na Agricultura”, 10/08/2011, A7.*

**3ª fase - Clímax:** mais uma vez, o escândalo atinge seu desfecho com a demissão do ministro Wagner Rossi (“Denúncias derrubam o 4º ministro do governo Dilma”, 18/08/2011, A1). A tônica da Folha, novamente, é o efeito dominó na Esplanada dos Ministérios, que até então já havia derrubado os ministros Antônio Palocci (Casa Civil), Alfredo Nascimento (Transportes) e Nelson Jobim (Defesa, embora Jobim tenha saído por declarações desfavoráveis ao governo, e não suspeita de irregularidades).

**4ª fase - Consequências:** não há relatos sobre consequências do escândalo.

#### *4.1.4. Quarto escândalo: Pedro Novais e os desvios no Turismo*

**1ª fase - Pré-escândalo:** a fase pré-escândalo gira em torno das investigações da Polícia Federal na Operação Voucher. Estão compreendidos nesta etapa os levantamentos, inquéritos, grampos telefônicos e movimentações judiciais que culminaram na prisão de 35 envolvidos no esquema de corrupção do Ministério do Turismo.

**2ª fase - Escândalo propriamente dito:** o escândalo tem início com a notícia das prisões efetuadas pela PF na Operação Voucher (“Devassa no Turismo leva PF a prender 35 pessoas”, 10/08/2011, A1). A abertura do escândalo parece se desdobrar em três polos definidos e mais ou menos consecutivos: em primeiro lugar, a comoção institucional que a operação causou entre governo e sua base aliada; em segundo, as denúncias do esquema de corrupção do Ministério; e em terceiro, o empilhamento de denúncias contra o titular da pasta, o que isolou politicamente o ministro.

#### **Comoção institucional**

*“Ministro cogita sair e suspende convênios”, 10/08/2011, A5;*  
*“Marta diz que ex-assessor é ‘corretíssimo’”, 10/08/2011, A5;*  
*“Prisões são ‘abusivas’, afirmam partidos”, 10/08/2011, A6;*  
*“Dilma cobra explicações sobre algemas”, 11/08/2011, A6;*  
*“Marta diz que prisão de aliado pode prejudicar sua candidatura”, 11/08/2011, A6;*  
*“Planalto promete liberar verbas para acalmar aliados”, 12/08/2011, A7;*  
*“Dilma diz a ministro que exposição dos presos é inaceitável”, 13/08/2011, A8;*  
*“Cardozo diz que não foi avisado antes de operação”, 13/08/2011, A10;*  
*“PMDB se rebela por prisão de ex-deputado”, 15/08/2011, A6;*  
*“Dilma critica ‘abusos em investigação’”, 16/08/2011, A8;*  
*“Dilma diz a aliados insatisfeitos que não fará novas demissões”, 24/08/2011, A4;*  
*“Dilma espera que Pedro Novais se demita do Turismo”, 14/09/2011, A6;*  
*“PMDB, partido do ministro, pede sua saída do governo”, 14/09/2011, A7;*

**Corrupção no ministério**

“PF diz que grupo teve acesso privilegiado a dados do TCU”, 11/08/2011, A4;  
 “Número 2 ensina a criar empresa de fachada”, 11/08/2011, A5;  
 “Contrato federal suspeito de fraude tem clone no Paraná”, 12/08/2011, A4;  
 “Verba desviada ia para deputada”, 12/08/2011, A5;  
 “Acusados usavam sala de ministério, diz PF”, 12/08/2011, A5;  
 “Copa era alvo de esquema, afirma juiz”, 12/08/2011, A6;  
 “Grampo mostra foragido ensinando a superfaturar”, 13/08/2011, A4;  
 “Procuradoria decide denunciar cúpula do Turismo”, 13/08/2011, A8;  
 “Convênio suspeito do Turismo foi assinado em tempo recorde”, 16/08/2011, A7;

**Denúncias contra Novais**

“Ministério foi avisado sobre investigação”, 13/08/2011, A8;  
 “Turismo foi avisado sobre investigação do TCU há 4 meses”, 14/08/2011, A6;  
 “Emenda de ministro libera R\$ 1 mi a empresa fantasma”, 20/08/2011, A4;  
 “Turismo destina R\$ 352 mi a cidades que não tem turistas”, 21/08/2011, A9;  
 “Ministro pagou governanta com verba pública por 7 anos”, 13/09/2011, A4;  
 “Ministro usa servidor como chofer particular da mulher”, 14/09/2011, A4.

**3ª fase - Clímax:** Após o acirramento das denúncias, o ministro perde o cargo, arrefecendo, a partir daí, o escândalo político (“Governo Dilma perde o 5º ministro”, 15/09/2011, A1).

**4ª fase - Consequências:** não há consequências do escândalo relatadas.

*4.1.5. Quinto escândalo: Orlando Silva e a propina no Esporte*

**1ª fase - Pré-escândalo:** num cenário amplo, a fase pré-escândalo é marcada, sobretudo, pelo desenvolvimento da Operação Shaolin, da Polícia Civil do Distrito Federal. Numa perspectiva direcionada, a fase tem a ver com o contato da revista Veja com o soldado João Dias Ferreira e a entrevista concedida pelo policial ao veículo.

**2ª fase - Escândalo propriamente dito:** de forma geral, o ponto zero do escândalo é a publicação da entrevista do soldado Ferreira pela Veja. Na narrativa da Folha de S. Paulo, a revelação ocorre em 16 de outubro (“Ministro Orlando Silva é acusado de corrupção”, A1), repercutindo a notícia divulgada pela revista semanal. Este escândalo será marcado por denúncias que, desde o início, atingem o próprio titular do Ministério e apresenta uma dinâmica de acusações (sobretudo sob a forma de delações), de desmentidos por parte dos acusados e de observações da Folha sobre a condução do caso pelo governo.

**Acusações**

“Ministro do Esporte recebeu recurso desviado, diz revista”, 16/10/2011, A4;

“Programa suspeito dá verbas a ONGs ligadas a PCdoB”, 17/10/2011, A4;  
 “Governo cobra de ONGs R\$ 26,5 mi por desvios no Esporte”, 18/10/2011, A4;  
 “Silva propôs acordo para me calar, diz PM”, 18/10/2011, A5;  
 “Ministério indicava empresas, diz delator”, 19/10/2011, A6;  
 “Ministro pagou R\$ 370 mil à vista por terreno em Campinas”, 19/10/2011, A7;  
 “Esporte esvaziou apurações contra ONGs sob suspeita”, 19/10/2011, A8;  
 “Policial diz que entregou provas de esquema à PF”, 20/10/2011, A8;  
 “Esporte deu R\$ 9,4 mi a ONG ligada a assessor de ministro”, 21/10/2011, A4;  
 “Pastor afirma que Esporte cobrou 10% para PCdoB”, 22/10/2011, A4;  
 “‘ Houve pedido, houve pressão’, afirma pastor”, 22/10/2011, A4;  
 “Assessor de ministro ajudou a livrar ONG de investigação”, 23/10/2011, A4;  
 “Esporte aponta desvio de R\$ 17 milhões em relatório”, 24/10/2011, A4;  
 “Ministro ajudou ONG sob suspeita em novo contrato”, 25/10/2011, A4.

### **Desmentidos**

“Acusações de desvios são uma ‘trama farsesca’, afirma Orlando Silva”, 16/10/2011, A4;  
 “Cobrança resulta de fiscalização, afirma Ministério”, 18/10/2011, A4;  
 “Para se defender de acusações, ministro quer ser investigado”, 18/10/2011, A6;  
 “Ministro diz que querem tirá-lo ‘no grito’”, 20/10/2011, A8;  
 “Ministério e entidades negam relação de partido com liberação de recursos”, 21/10/2011, A4;  
 “Ministério nega que projeto foi recusado por falta de propina”, 20/10/2011, A4;  
 “‘Não compactuei com o malfeito, não o admito’ ”, 22/10/2011, A10;  
 “Ministério diz que ‘palavras isoladas’ induzem leitores”, 23/10/2011, A4;  
 “Pasta diz que vai recuperar verba de convênios”, 24/10/2011, A4;  
 “Ministro tenta reagir a crise com agenda positiva”, 24/10/2011, A6;  
 “Pasta diz que Orlando seguir parecer técnico”, 25/10/2011, A4.

### **Condução**

“Dilma convoca ministro do Esporte para dar explicações”, 17/10/2011, A4;  
 “Dilma defende maior rigor com ONGs”, 18/10/2011, A6;  
 “Dilma condena ‘apedrejamento’ de ministro”, 21/10/2011, A6;  
 “Presidente ordena auditoria informal no Ministério”, 21/10/2011, A6.

**3ª fase - Clímax:** o escândalo, após a escalada de denúncias, atinge seu ápice com a saída do ministro dos quadros do governo (“Ministro do Esporte é o 5º a sair sob suspeita”, 27/10/2011, A4).

**4ª fase - Consequências:** não houve consequências diretas do escândalo relatadas pelo jornal.

#### 4.1.6. Sexto escândalo: Carlos Lupi e a extorsão no Trabalho

**1ª fase - Pré-escândalo:** a fase pré-escândalo é marcada pela investigação da revista Veja a respeito do suposto esquema de extorsão operado no Ministério do Trabalho.

**2ª fase - Escândalo propriamente dito:** tem início com a reportagem da Veja denunciando o esquema. A Folha de S. Paulo ecoa e aprofunda os fatos a partir do dia 07 de novembro (“Trabalho cobraria propina, diz revista”, 06/11/2011, A12). Nesta fase ocorrerão o empilhamento de denúncias e a tentativa do ministro de livrar-se das acusações, ora desmentindo os fatos, ora atacando a imprensa, e os relatos sobre a postura do governo.

#### **Denúncias**

“Trabalho cobraria propina, diz revista”, 06/11/2011, A12;  
 “Ministro deu verba a ONG de aliado que era alvo da PF”, 11/11/2011, A4;  
 “Convênio suspeito beneficiou empresas de filiados do PDT”, 12/11/2011, A16;  
 “Lupi usou avião pago por dono de rede de ONGs, afirma revista”, 13/11/2011, A10;  
 “Ministro ajudou aliados a criar sindicatos fantasmas”, 15/11/2011, A4;  
 “Site divulga foto que contraria versão de Lupi sobre carona em aeronave”, 15/11/2011, A6;  
 “Mesmo após alerta, ONG teve contrato prorrogado”, 17/11/2011, A7;  
 “Ministro ganhou diária em agenda do PDT”, 18/11/2011, A7;  
 “Ministro destinou R\$ 4 mi para ONG de mãe de pedetista”, 19/11/2011, A12;  
 “Metade de repasses a ONGs não foi registrada em sistema de convênios”, 25/11/11, A6;  
 “Lupi foi assessor fantasma da Câmara por quase seis anos”, 26/11/2011, A4;  
 “Ministro acumulou ilegalmente cargos em Brasília e no Rio”, 01/12/2011, A4.

#### **Ações do ministro**

“Ministro diz que só deixa o governo ‘abatido a bala’”, 09/11/2011, A4;  
 “Ministro se retrata após bronca de Dilma”, 10/11/2011, A6;  
 “Lupi afirma que desconhecia investigação”, 11/11/2011, A4;  
 “Lupi diz amar Dilma e acusa imprensa de tentar tirá-lo”, 11/11/2011, A6;  
 “Ministério publica e-mails de jornalistas”, 11/11/2011, A6;  
 “Em nota, ministro afirma que PDT organizou viagem”, 13/11/2011, A10;  
 “Trabalho afirma que seguiu a lei e nega ação política”, 15/11/2011, A4;  
 “Lupi muda versão e culpa memória fraca”, 18/11/2011, A6;  
 “Ministro diz que exibirá até 3ª contas do convênio”, 19/11/2011, A12;  
 “Lupi lança ofensiva para enquadrar PDT”, 22/11/2011, A7;  
 “Ministro diz que assessorava liderança do PDT”, 26/11/2011, A4;  
 “Ministro diz que poderá devolver valor recebido”, 01/12/2011, A4.

#### **Postura do governo**

“Governo diz ter feito alerta a Lupi sobre convênios suspeitos”, 07/11/2011, A5;  
 “Planalto já discute com PDT saída de Lupi”, 16/11/2011, A6;  
 “Ministro se encontra com Dilma e ganha outra chance de se explicar”, 17/11/2011, A6;  
 “Governo indica a Lupi que sua situação é insustentável”, 04/12/2011, A4;

**3ª fase - Clímax:** quase trinta dias após a primeira denúncia, Lupi deixa o governo (“Lupi deixa o Trabalho, e governo perde 7º ministro”, 05/12/2011, A4).

**4ª fase - Consequências:** não há relato de consequências.

Prévia dos resultados obtidos:

- A categorização das quatro fases do escândalo político midiático propostas por Thompson se aplica integralmente à construção dos escândalos políticos midiáticos aqui estudados (ver Considerações Finais para descrição detalhada dos resultados)

#### **4.2. SEGUNDA CATEGORIA DE ANÁLISE: origem das revelações**

***Proposta e síntese do método utilizado:***

Conforme visto no capítulo 1, a revelação de determinados comportamentos e atitudes considerados inapropriados e que gerem desaprovação por certo número de indivíduos é condição *sine qua non* para a existência de um escândalo.

Nesta categoria, o objetivo da análise é estudar de forma sistematizada, a origem das revelações que compõem o escândalo político midiático, buscando a identificação de tendências na construção narrativa dos fatos. A hipótese que norteia esta verificação é a de que as revelações partirão principalmente de trabalhos investigativos levados à cabo pela própria imprensa, numa lógica circular em que se produz a matéria prima que será tratada na cobertura jornalística. Embora esta afirmação possa ser largamente aceita do ponto de visto do senso comum, o que se pretende é desvendar, de forma metódica, o papel que a mídia ocupa enquanto fonte primária da geração de escândalos.

Partindo desta proposta, a investigação adotou o seguinte método:

Em primeiro lugar, foram selecionadas e catalogadas todas as revelações noticiadas pela Folha de S. Paulo dentro do período dos seis escândalos objeto da pesquisa; isto é, todas as revelações compreendidas entre a edição que fez a primeira denúncia e a edição que notificou o desligamento do(s) ministro(s). Isto feito, foram acrescentadas à tabulação breves descrições de cada revelação, bem como a data em que foi veiculada.

Por fim, cada revelação foi catalogada de acordo com sua origem, sendo possíveis três classificações, conforme abaixo:

- **Origem “Investigação da imprensa”:** revelações de fatos descobertos pela atuação da própria imprensa, por meio de investigações, coletas e cruzamento de dados, gravações e filmagens ocultas, etc.
- **Origem “Investigação por órgão competente”:** revelações de fatos que vieram a público por meio da atuação de órgãos investidos legalmente do poder de

investigação, fiscalização e polícia. É o caso de inquéritos policiais, processos judiciais, parecer de órgãos de controle, etc.

- **Origem “Delação”**: revelação de fatos tornados públicos por meio de declaração de indivíduos envolvidos ou não nos ilícitos declarados.

Após, foi efetuada a síntese dos dados tabulados, a análise das informações e o registro dos resultados obtidos.

<b>Legenda</b>	
	Investigação da imprensa
	Investigação de órgão competente
	Delação
	Revelação que inicia o escândalo

<b>Origem das revelações</b>			
<b>Data da revelação</b>	<b>Título da notícia</b>	<b>Descrição da revelação</b>	<b>Origem da revelação</b>
15/05/2011	Palocci multiplica seu patrimônio por 20 em 4 anos	Ministro chefe da Casa Civil teve seu patrimônio pessoal ampliado de R\$ 375 mil em 2006 para R\$ 7,5 milhões em 2010	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
20/05/2011	Empresa de Palocci faturou R\$ 20 milhões no ano da eleição	A consultoria de propriedade do ministro (de onde, segundo ele, viria o dinheiro responsável por seu enriquecimento) faturou R\$ 20 milhões em 2010, ano em que Palocci foi coordenador de campanha de Dilma	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
20/05/2011	Empreiteira com negócios públicos contratou Palocci	A empresa Wtorre, parceira comercial de fundos de pensão estatais e Petrobrás, teria sido uma das clientes da consultoria do ministro	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
21/05/2011	Em 2 meses, após eleição, Palocci faturou R\$ 10 mi	Em novembro e dezembro de 2010, com Dilma já eleita e Palocci como coordenador de transição de governo, a empresa faturou mais de R\$ 10 milhões	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)

22/05/2011	Palocci deu verba para projeto de cunhada	Enquanto deputado federal, Palocci destinou R\$ 250 mil para a Feira do Livro de Ribeirão Preto, evento organizado por empresa cuja vice-presidente era cunhada do parlamentar	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
25/05/2011	Caixa agora culpa Palocci por quebra de sigilo de caseiro	Em depoimento à Justiça, Caixa Econômica Federal pela primeira vez responsabiliza Palocci pela quebra do sigilo do caseiro Francenildo, em 2006	Investigação de órgão competente (Justiça Federal)
28/05/2011	Ministro usou servidor para cuidar de consultoria	Enquanto deputado, Palocci utilizou servidor contratado pela Câmara para tratar de assuntos da consultoria	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
03/07/2011	Após denúncias, governo afasta cúpula dos Transportes	Ministro Alfredo Nascimento afastou os principais dirigentes do Ministério após denúncia de esquema de superfaturamento e cobrança de propina	Investigação da imprensa (Veja)
05/07/2011	Ministério amplia verba de contratos irregulares	Ao menos 11 contratos do Ministério dos Transportes considerados irregulares pelo TCU tiveram seu valor ampliado pela pasta	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
06/07/2011	Estatual libera R\$ 14 mi para trocar bueiros de ferrovia	A Valec aprovou aditivo em contrato recém-firmado com a construtora Andrade Gutierrez no valor de R\$ 14 milhões para troca de bueiros na ferrovia Leste-Oeste (Bahia)	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
31/07/2011	Demitido, irmão de Jucá acusa ministro	Oscar Jucá Neto, demitido da Conab por suspeitas de irregularidades, acusa Wagner Rossi de corrupção	Delação (Oscar Jucá Neto à Veja)
02/08/2011	Investigação do TCU revela descontrole da Agricultura	Auditoria do TCU afirma que o Ministério da Agricultura não apresenta processos sistemáticos de controle de gastos	Investigação de órgão competente (Tribunal de Contas da União)
04/08/2011	Governo foi avisado de aparelhamento na pasta da Agricultura	Ministério teria recebido diversas cartas da Associação dos Servidores da Agricultura alertando sobre o loteamento de cargos com finalidade política	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
07/08/2011	Ministério vira cabide de emprego familiar do PMDB	Diversos cargos no Ministério da Agricultura e órgãos vinculados são ocupados por parentes de líderes do PMDB	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
08/08/2011	Ministro usa funcionário de estatal em seu gabinete	Ministro Wagner Rossi deslocou funcionário não concursado da Conab para trabalhar no Ministério, desfalcando os quadros da estatal	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)

09/08/2011	Filha de lobista trabalha na pasta desde fevereiro	Filha de Julio Fróes, um lobista apontado como integrante de esquema de corrupção na Agricultura, trabalha como secretária executiva na ouvidoria do Ministério	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
11/08/2011	Ministro atribui acesso de lobista a 'discuido' da equipe	Revelação de que o lobista Julio Fróes, que Rossi negava conhecer, tinha acesso ao Ministério da Agricultura por entrada privativa de autoridades	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
14/08/2011	Agricultura pagou R\$ 5,6 mi a empresa em nome de laranja	Ministério pagara, em 2011, o valor de R\$ 6,5 milhões ao uma empresa de fachada, com sede em residência de São Paulo. A entidade foi uma das dez mais beneficiadas pela pasta	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
16/08/2011	Para servidor, Ministério de Rossi está corrompido	Ex-chefe da Comissão de Licitação da Agricultura acusa o ministro Wagner Rossi de ter instalado a corrupção na pasta, nomeando pessoas despreparadas para dirigir o órgão	Delação ( Israel Leonardo Batista à Folha de S. Paulo)
17/08/2011	Ministro usou avião de empresa agrícola	Ministro Wagner Rossi utilizou pelo menos suas vezes avião de empresa fabricante de defensivos agrícolas, sementes e produtos veterinários	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
10/08/2011	Devassa no Turismo leva a PF a prender 35 pessoas	Operação Voucher, deflagrada pela Polícia Federal, prende 35 acusados de corrupção, entre eles o secretário-executivo da pasta	Investigação de órgão competente (Polícia Federal)
11/08/2011	Grupo suspeito teve acesso à investigação do TCU, diz polícia	O grupo acusado de desviar R\$ 3 milhões de convênio com o Ministério do Turismo teve acesso a relatório do TCU antes de citação para defesa	Investigação de órgão competente (Polícia Federal)
11/08/2011	Número 2 ensina a criar empresa de fachada	Gravação de áudio mostra nº 2 do Turismo ensinando empresário a escolher imóvel para empresa de fachada	Investigação de órgão competente (Polícia Federal)
12/08/2011	Contrato federal suspeito de fraude tem clone no Paraná	O mesmo contrato que deu causa a prisões no Amapá tem cópia no Paraná, com outra entidade também suspeita de irregularidades pelo TCU	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
12/08/2011	Verba desviada ia para deputada	O valor desviado dos convênios entre Ministério e ONGs voltava parcialmente para a deputada Fatima Pelaes, que liberava as emendas parlamentares	Delação (Erroflyn Paixão à Folha de S. Paulo)

12/08/2011	Acusados usavam sala de Ministério, diz PF	Os envolvidos no esquema de corrupção do Turismo tinham livre trânsito no Ministério, utilizando inclusive as instalações do prédio para atividades ilícitas	Investigação por órgão competente (Polícia Federal)
12/08/2011	Copa era alvo de esquema, afirma juiz	O esquema de corrupção do Turismo planejava estender suas práticas a programas de preparação da Copa 2014 e Olimpíadas 2016	Investigação por órgão competente (Judiciário)
13/08/2011	Grampo mostra foragido ensinando a superfaturar	Escutas flagram empresário orientando interlocutor como fraudar licitações do Ministério do Turismo	Investigação por órgão competente (Polícia Federal)
13/08/2011	Ministério foi avisado sobre investigação	Ofício enviado ao Ministério no mês de abril dava conhecimento das investigações empreendidas pela Polícia Federal contra o Ibrasi	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
14/08/2011	Turismo foi avisado sobre investigações do TCU há 4 meses	Turismo fora avisado tanto pela Polícia Federal quanto pelo Tribunal de Contas da União de que havia suspeitas de irregularidades nos contratos com o Ibrasi	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
16/08/2011	Convênio suspeito do Turismo foi assinado em tempo recorde	Um contrato de valor alto com suspeita das irregularidades foi assinado em apenas 10 dias, quando o trâmite demora, em média, 2 meses	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
20/08/2011	Emenda de ministro libera R\$ 1 mi a empresa fantasma	Enquanto deputado federal, Pedro Novais liberou emenda no valor de R\$ 1 milhão para construção de ponte no Maranhão por empresa fantasma	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
21/08/2011	Turismo destina R\$ 352 mi a cidades que não têm turistas	O Ministério do Turismo beneficiou com verbas cidades que não têm relevância turística no país. O dinheiro foi utilizado para obras de infraestrutura local	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
13/09/2011	Ministro pagava governanta com dinheiro público	Por 7 anos, durante os quais foi deputado, Pedro Novais contratou empregada doméstica como secretária parlamentar, pagando os salários com dinheiro da Câmara	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
14/09/2011	Mulher de ministro usa servidor como chofer	Mulher do ministro do Turismo utiliza funcionário contratado pela Câmara como motorista particular	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
16/10/2011	Ministro Orlando Silva é acusado de corrupção	Ministro do Esporte teria recebido dinheiro desviado de fraude em contrato do Ministério	Delação (João Dias Ferreira à Veja)

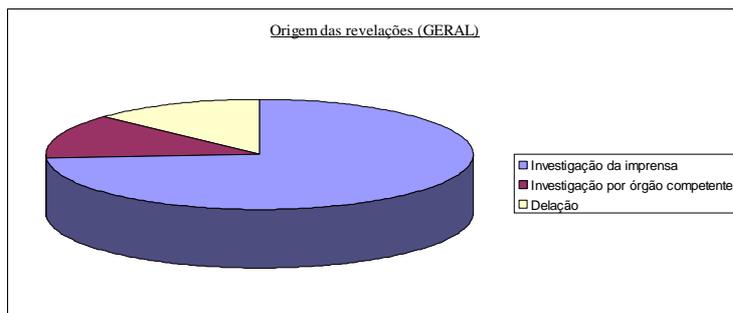
17/10/2011	Programa suspeito dá verba a ONGs ligadas ao PCdoB	O programa Segundo Tempo, que teria servido ao desvio de recursos, destinou verbas a ONGs presididas por filiados do PCdoB, partido do ministro Orlando Silva	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
18/10/2011	ONGs do Esporte têm que devolver R\$ 26,5 milhões	As irregularidades identificadas pela Controladoria Geral da União em convênios entre o Ministério e ONGs dá causa a cobrança de R\$ 26,5 milhões a título de ressarcimento	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
18/10/2011	Policial diz que ministro quis negociar silêncio	Delator do caso afirma que Orlando Silva teria oferecido dinheiro para que não fosse denunciado	Delação (João Dias Ferreira à Folha de S. Paulo)
19/10/2011	Policial dá nome de 4 ONGs que desviavam verba	Em depoimento no Congresso, delator do caso cita as entidades envolvidas no esquema de corrupção	Delação (João Dias Ferreira à Câmara dos Deputados)
19/10/2011	Ministro pagou R\$ 370 mil à vista por terreno em Campinas	Orlando Silva comprou terreno à vista em condomínio de luxo em Campinas, no valor de R\$ 370 mil	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
19/10/2011	Esporte esvaziou apuração contra ONGs sob suspeita	Ministério do Esporte desistiu de investigação solicitada contra ONG suspeita de fraude. A pasta pediu que a Polícia Federal desconsiderasse o parecer no qual se solicitava a apuração	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
21/10/2011	Entidade ligada a assessor de ministro recebeu R\$ 9,4 mi	Ministério do Esporte destinou R\$ 9,4 milhões a ONG mineira controlada por pessoas ligadas ao secretário de Esporte Educacional, filiado do PCdoB	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
22/10/2011	Esporte cobrou 10% de propina, afirma pastor	Pastor evangélico de Brasília, cuja igreja controla entidade conveniada ao Ministério do Esporte, afirma que recebeu cobrança de propina, em nome do ministro, no valor de 10% do contrato, para "suporte político"	Delação (David Castro à Folha de S. Paulo)
23/10/2011	Equipe de ministro orientou policial a driblar investigação	Dois assessores de Orlando Silva instruíram policial acusado de irregularidades sobre formas de driblar investigação da Polícia Civil do Distrito Federal. As conversas foram gravadas	Investigação da imprensa (Veja)
24/10/2011	Esporte aponta desvio de R\$ 17 milhões em relatório	Ministério do Esporte aponta desvios no valor de R\$ 17 milhões em convênios irregulares. A pasta demoraria muito tempo para tomar medidas no sentido de reaver o dinheiro	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)

25/10/2011	Ministro ajudou ONG de delator acusado de fraude	Por autorização do próprio ministro, o Esporte diminuiu as contrapartidas exigidas de ONG em contrato. A entidade já era considerada irregular em convênios anteriores	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
06/11/2011	Trabalho cobraria propina, diz revista	Assessores do Ministério cobrariam propina de entidades que formalizassem convênios com a pasta, no valor de 5 a 10% do contrato, para "sanar pendências"	Investigação da imprensa (Veja)
11/11/2011	Lupi ajudou ONG de colega do PDT investigada pela PF	Lupi autorizou repasse de verba do Trabalho a entidade dirigida por ex-candidato de seu partido, a despeito de a ONG estar sob investigação da Polícia Federal por uso de empresas e funcionários fantasmas	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
12/11/2011	Convênio suspeito beneficiou empresas de filiados do PDT	A mesma ONG sob investigação da Polícia Federal por uso de fantasmas teria contratado, para execução das atividades do convênio fraudulento, empresas ligadas a membros do PDT	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
13/11/2011	Lupi usou avião alugado por dono de ONGs, afirma revista	Em viagem ao Maranhão, em 2009, para tratar de assuntos do partido, o ministro teria utilizado avião pertencente a entidade conveniada do ministério	Investigação da imprensa (Veja)
15/11/2011	Ministro aprovou 7 sindicatos fantasmas	Lupi autorizou a criação de 7 sindicatos patronais no Amapá, cuja área de atuação não existe no estado	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
15/11/2011	Site divulga foto que contraria versão de Lupi sobre carona em aeronave	Site do Maranhão divulgou foto que desmente a negação de Lupi sobre o uso de avião de ONG	Investigação da imprensa (site Grajaú de Fato)
17/11/2011	Mesmo após alerta, ONG teve contrato prorrogado	O Ministério do Trabalho mandou prorrogar e ampliar convênio com ONG ligada ao PDT, mesmo após a entidade ser reprovada pela Controladoria Geral da União em parecer encaminhado à pasta	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
18/11/2011	Lupi recebeu diárias por viagem com agenda partidária	Em viagem ao Maranhão para tratar de assuntos de interesse de seu partido, Lupi recebeu diárias do Ministério	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
19/11/2011	Ministro destinou R\$ 4 mi para ONG de mãe de pedetista	Quatro meses após se tornar ministro, em 2007, Lupi assinou convênio destinando R\$ 4 milhões para ONG dirigida por mãe de colega de sigla	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)

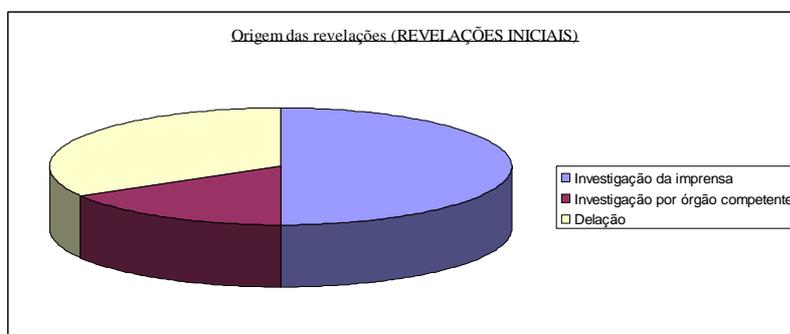
24/11/2011	Alvo de investigação, Turismo é autorizado a gastar 57% a mais	Mesmo com suspeitas de irregularidades, o Ministério do Trabalho foi autorizado pelo Planalto a elevar em 57% seus gastos	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
24/11/2011	Metade de repasses a ONGs não foi registrada em sistema de convênios	De 2008 a 2011, 54% dos recursos repassados pelo governo a ONGs não foram registrados no sistema criado para este fim	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
26/11/2011	Lupi foi funcionário fantasma da Câmara	Entre 2000 e 2006, Lupi foi funcionário fantasma da Câmara, figurando como assessor em Brasília, mas trabalhando para o PDT no Rio de Janeiro	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)
27/11/2011	Cutista afirma que pasta cobrou propina de R\$ 1 mi	Sindicalista da Central Única dos Trabalhadores afirma que assessores de Lupi cobraram propina de R\$ 1 milhão para conceder registro à sua entidade, em 2008.	Delação (Irmãr Silva Batista à Veja e à Isto É)
01/12/2011	Lupi acumulou cargos ilegalmente	Além de ser funcionário fantasma da Câmara dos Deputados, Lupi também era contratado como assessor na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, acumulando cargos ilegalmente	Investigação da imprensa (Folha de S. Paulo)

### Síntese dos dados

Síntese dos dados tabulados		
(GERAL)		
Totais	Número	Percentual
Total de revelações catalogadas	61	100%
Total de revelações origem "Investigação da imprensa"	45	74%
Total de revelações origem "Investigação de órgão competente"	8	13%
Total de revelações origem "Delação"	8	13%



Síntese dos dados tabulados (REVELAÇÕES INICIAIS)		
Totais	Número	Percentual
Total de revelações catalogadas	6	100%
Total de revelações origem "Investigação da imprensa"	3	50%
Total de revelações origem "Investigação de órgão competente"	1	33%
Total de revelações origem "Delação"	2	17%



Prévia dos resultados obtidos:

- A atuação da imprensa é a principal fonte das revelações que desencadeiam os escândalos políticos, e o trabalho da mídia fornece a maior parte das informações que manterão o escândalo político midiático em andamento (ver Considerações Finais para descrição detalhada dos resultados)

#### **4.3. TERCEIRA CATEGORIA DE ANÁLISE: prevalência do escândalo na edição do jornal**

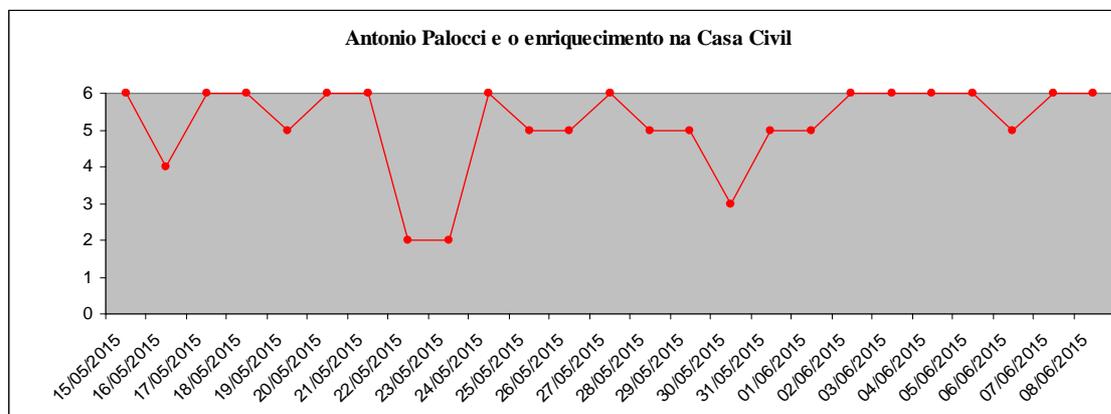
##### ***Proposta e síntese do método utilizado:***

Nesta categoria, foi efetuado um levantamento para averiguar a prevalência de cada escândalo frente ao conteúdo geral da edição do jornal. Esta observação partiu da noção de que, quanto maior a importância de um assunto, tanto mais destaque terá na configuração do jornal. Desta forma, um assunto de capa pode ser considerado mais importante do que um assunto tratado apenas nas páginas internas; uma reportagem que abre um caderno pode ser considerada mais importante que uma mera nota. A seguinte categorização foi adotada, em ordem decrescente de importância:

- **Manchete:** quando a notícia ocupa a posição mais importante na capa do jornal;
- **Destaque:** quando a notícia está presente na capa do jornal, embora não seja a manchete do dia;
- **Chamada:** quando o assunto é referido na capa do jornal, mas apenas com a linha do título, sem texto;
- **Abertura:** quando o assunto não ocupou a capa do jornal, mas é a reportagem mais importante do caderno. Na Folha de S. Paulo, corresponde à maior notícia veiculada na página A4 do Primeiro Caderno;
- **Interna:** quando o assunto é tratado no caderno, mas sem ser o principal assunto;
- **Nota:** quando o tema é tratado de forma muito resumida, apenas com as informações do lead. Refere-se a notícias com três parágrafos ou menos;
- **Ausente:** quando a edição não faz referência ao assunto.

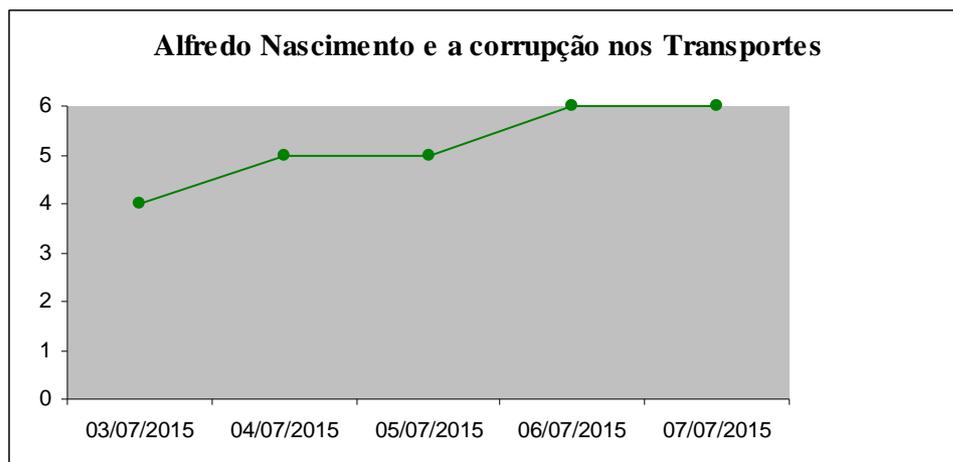
Sempre que a edição apresentou mais de uma categoria, foi considerada apenas a de maior relevância. Os dados obtidos foram sintetizados em gráficos de linha, que estão alocados abaixo.

Legenda	
Número no gráfico	Posição na edição
6	Manchete
5	Destaque
4	Chamada
3	Abertura
2	Interna
1	Nota
0	Ausente

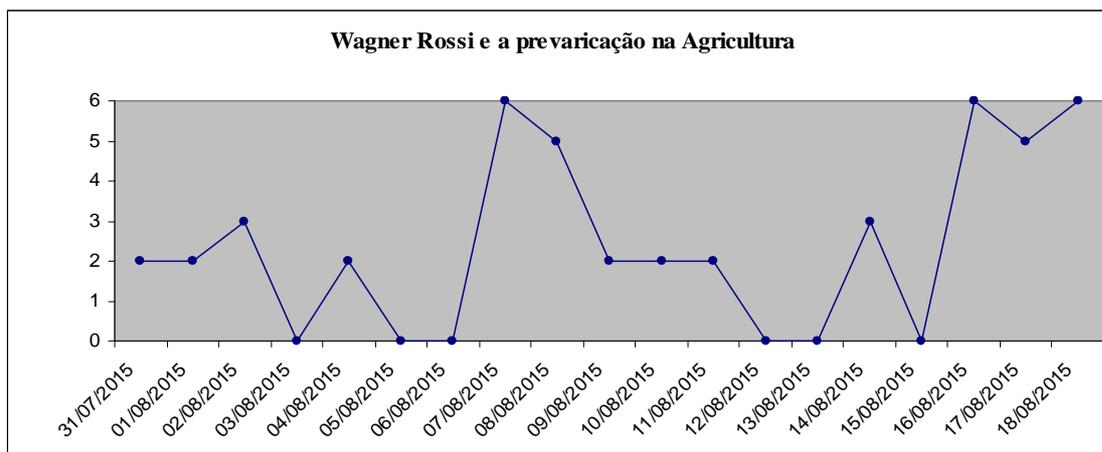


Relação de notícias consideradas		
Antonio Palocci e o enriquecimento na Casa Civil		
Data	Título	Posição
15/mai	Palocci multiplica patrimônio por 20 em 4 anos	Manchete
16/mai	Oposição e OAB cobram Palocci sobre aumento do patrimônio	Chamada
17/mai	Comissão de Ética diz que Palocci não relatou bens	Manchete
18/mai	Ex ministro vale muito no mercado', diz Palocci	Manchete
19/mai	Ação do Planalto barra convocação de Palocci	Destaque
20/mai	Empresa de Palocci faturou R\$ 20 mi no ano da eleição	Manchete
21/mai	Em 2 meses, após eleição, Palocci faturou R\$ 10 mi	Manchete
22/mai	Palocci deu verba para projeto de cunhada	Interna
23/mai	Dinheiro para empresa no fim do ano é muita coincidência, diz OAB	Interna
24/mai	Petistas saem em apoio a Palocci para esfriar crise	Manchete
25/mai	Caixa agora culpa Palocci por quebra de sigilo de caseiro	Destaque
26/mai	PSDB diz que Palocci pode ter ajudado Wtorre junto à Receita	Destaque
27/mai	Ministério Público decide investigar Palocci	Manchete
28/mai	Governador do PT afirma que renda de Palocci 'chama atenção'	Destaque
29/mai	Temer diz que elevou tom de voz com Palocci	Destaque

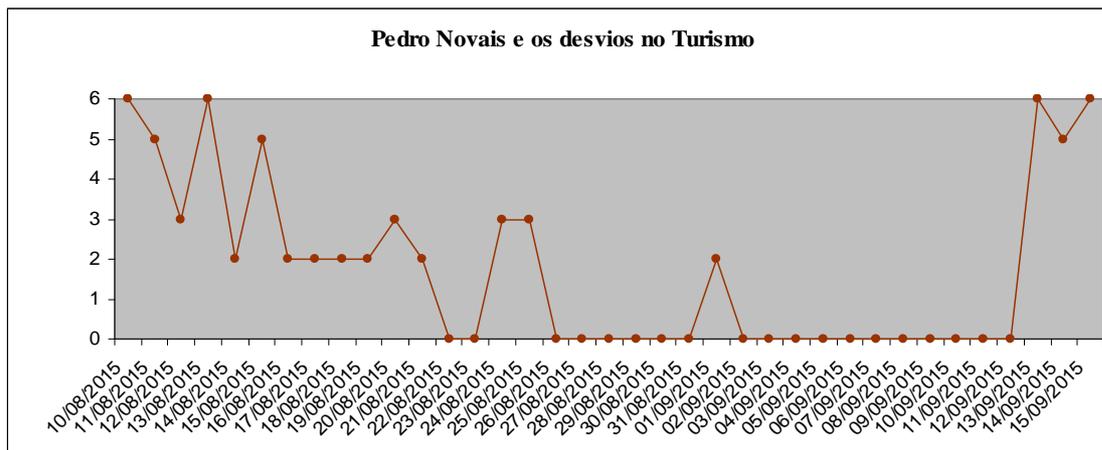
30/mai	Governo faz esforço para conter crise no Congresso	Abertura
31/mai	PMDB cobra mais poder de decisão no governo Dilma	Destaque
01/jun	Senadora do PT propõe saída de Palocci do governo	Destaque
02/jun	Acuado na Câmara, Palocci é cobrado por Dilma e Lula	Manchete
03/jun	Não sou refém', diz Dilma; Palocci promete respostas	Manchete
04/jun	Dilma não sabe quem foram os meus clientes, diz Palocci	Manchete
05/jun	Dilma decide ouvir Lula sobre o destino de Palocci	Manchete
06/jun	Aliados temem estender desgaste com Palocci	Destaque
07/jun	Procurador-geral poupa Palocci de investigação	Manchete
08/jun	Crise derruba Palocci; Dilma põe senadora novata na Casa Civil	Manchete



<b>Relação de notícias consideradas</b>		
<b>Alfredo Nascimento e a corrupção nos Transportes</b>		
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Posição</b>
03/jul	Após denúncias, governo afasta cúpula da pasta dos Transportes	Chamada
04/jul	Irregularidades estão no DNA do Dnit, diz ministro	Destaque
05/jul	Ministério amplia verba de contratos irregulares	Destaque
06/jul	Governo suspende licitações de obras dos Transportes	Manchete
07/jul	Denúncias derrubam o 2º ministro de Dilma em 1 mês	Manchete

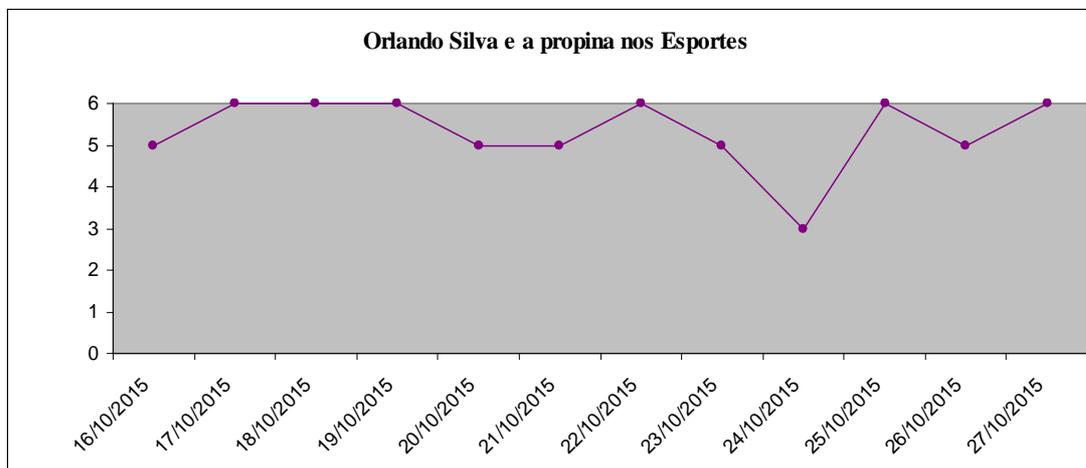


<b>Relação de notícias consideradas</b>		
<b>Wagner Rossi e a prevaricação na Agricultura</b>		
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Posição</b>
31/jul	Demitido, irmão de Jucá acusa ministro	Interna
01/ago	Imprensa não pauta Dilma, diz Carvalho	Interna
02/ago	Investigação do TCU revela descontrole de gastos da Agricultura	Abertura
03/ago	-	Ausente
04/ago	Governo foi avisado de aparelhamento na pasta da Agricultura	Interna
05/ago	-	Ausente
06/ago	-	Ausente
07/ago	Ministério vira cabide de emprego familiar do PMDB	Manchete
08/ago	Ministro usa funcionário de estatal em seu gabinete	Destaque
09/ago	Rossi atribui crise à disputa entre grupos em Ministério	Interna
10/ago	PMDB ameaça tirar cargo de petista na Agricultura	Interna
11/ago	Ministro atribui acesso de lobista a 'descuido' de equipe	Interna
12/ago	-	Ausente
13/ago	-	Ausente
14/ago	Agricultura pagou R\$ 6,5 mi a empresas em nome de laranjas	Abertura
15/ago	-	Ausente
16/ago	Para servidor, Ministério de Rossi está corrompido	Manchete
17/ago	Ministro usou avião de empresa agrícola	Destaque
18/ago	Denúncias derrubam o 4º ministro do governo Dilma	Manchete

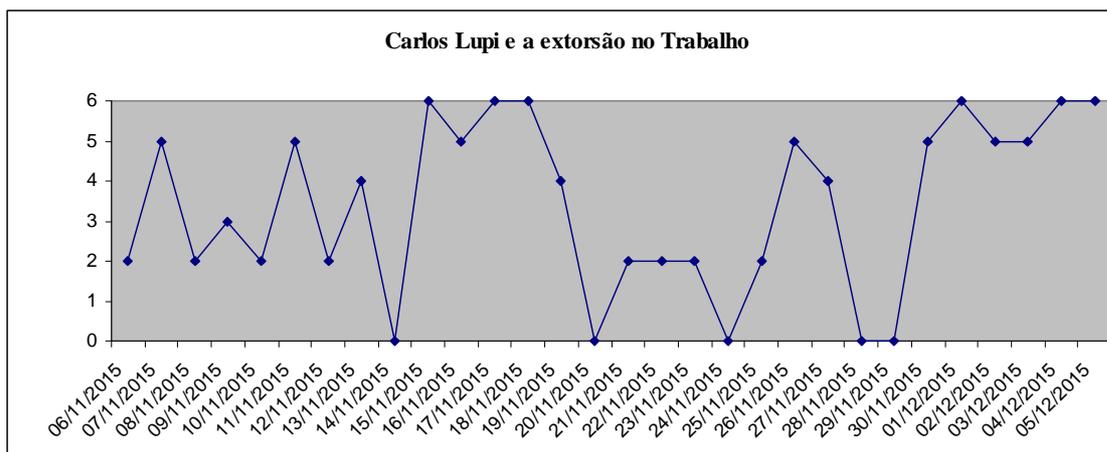


<b>Relação de notícias consideradas</b>		
<b>Pedro Novais e os desvios no Turismo</b>		
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Posição</b>
10/ago	Devassa no Turismo leva PF a prender 35 pessoas	Manchete
11/ago	Dilma chama de 'acinte' ação da PF e questiona uso de algemas	Destaque
12/ago	Contrato federal suspeito de fraude tem clone no Paraná	Abertura
13/ago	É pro governo, joga o valor vezes três', diz foragido	Manchete
14/ago	Turismo foi avisado sobre investigação do TCU há 4 meses	Interna
15/ago	Para foragido, investigação da PF no Turismo é um 'circo'	Destaque
16/ago	Convênio suspeito no Turismo foi assinado em tempo recorde	Interna
17/ago	Titular do Turismo afirma que pasta passa por 'reavaliação'	Interna
18/ago	Ministro do Turismo defende aliado preso em operação da PF	Interna
19/ago	PF prende investigado por desvio no Turismo que estava foragido	Interna
20/ago	Emenda de ministro libera R\$ 1 mi a empresa fantasma	Abertura
21/ago	Turismo destina R\$ 352 mi a cidades que não têm turistas	Interna
22/ago	-	Ausente
23/ago	-	Ausente
24/ago	Dilma diz a aliados insatisfeitos que não fará novas demissões	Abertura
25/ago	Dilma nega faxina e diz que Brasil não é 'Roma antiga'	Abertura
26/ago	-	Ausente
27/ago	-	Ausente
28/ago	-	Ausente
29/ago	-	Ausente
30/ago	-	Ausente
31/ago	-	Ausente
01/set	Procurador denuncia cúpula do Turismo	Interna
02/set	-	Ausente
03/set	-	Ausente
04/set	-	Ausente
05/set	-	Ausente
06/set	-	Ausente
07/set	-	Ausente
08/set	-	Ausente
09/set	-	Ausente

10/set	-	Ausente
11/set	-	Ausente
12/set	-	Ausente
13/set	Ministro pagava governanta com dinheiro público	Manchete
14/set	Mulher de ministro usa servidor como chofer	Destaque
15/set	Governo Dilma perde 5º ministro	Manchete



<b>Relação de notícias consideradas</b>		
<b>Orlando Silva e a propina no Esporte</b>		
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Posição</b>
16/out	Ministro Orlando Silva é acusado de corrupção	Destaque
17/out	Dilma cobra explicação de ministro do Esporte	Manchete
18/out	ONGs do Esporte têm de devolver R\$ 26,5 milhões	Manchete
19/out	Governador do DF é alvo de investigação no STJ	Manchete
20/out	Orlando Silva diz que querem tirá-lo no 'grito'	Destaque
21/out	Entidade ligada a assessor de ministro recebeu R\$ 9,4 milhões	Destaque
22/out	Esporte cobrou 10% de propina, afirma pastor	Manchete
23/out	Equipe de ministro orientou policial a driblar investigação	Destaque
24/out	Esporte aponta desvio de R\$ 17 milhões em relatório	Abertura
25/out	Ministro ajudou ONG de delator acusado de fraude	Manchete
26/out	STF determina devassa em convênios e crise no Esporte piora	Destaque
27/out	Sob suspeita, ministro do Esporte deixa o governo	Manchete



<b>Relação de notícias consideradas</b>		
<b>Carlos Lupi e a extorsão no Trabalho</b>		
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Posição</b>
06/nov	Trabalho cobraria propina, diz revista	Interna
07/nov	Governo diz ter alertado Lupi sobre denúncias	Destaque
08/nov	Sem aval da CUT, centrais manifestam apoio a Lupi	Interna
09/nov	Ministro diz que só deixa o governo 'abatido a bala'	Abertura
10/nov	Ministro se retrata após bronca de Dilma	Interna
11/nov	Lupi ajudou ONG de colega do PDT investigada pela PF	Destaque
12/nov	Convênio suspeito beneficiou empresas de filiados do PDT	Interna
13/nov	Lupi usou avião alugado por dono de ONGs, afirma revista	Chamada
14/nov	-	Ausente
15/nov	Ministro aprovou 7 sindicatos fantasmas	Manchete
16/nov	Planalto já discute com líderes do PDT a saída de Lupi	Destaque
17/nov	PDT abandona Lupi para manter Trabalho	Manchete
18/nov	Lupi recebe diária por viagem com agenda partidária	Manchete
19/nov	Apenas metade da bancada do PDT apóia Lupi no cargo	Chamada
20/nov	-	Ausente
21/nov	Cúpula do PDT se reúne para discutir futuro do ministro	Interna
22/nov	Lupi lança ofensiva para enquadrar PDT	Interna
23/nov	Lupi deveria sair antes de reforma, diz pedetista	Interna
24/nov	-	Ausente
25/nov	PT cobra de Dilma afastamento de afilhados de Lupi	Interna
26/nov	Lupi foi funcionário fantasma da Câmara	Destaque
27/nov	Câmara estuda cobrar Lupi por salários recebidos como 'fantasma'	Chamada
28/nov	-	Ausente
29/nov	-	Ausente
30/nov	Assessores jamais pisam na Câmara, afirma Vacarezza	Destaque
01/dez	Lupi acumulou cargos ilegalmente	Manchete
02/dez	Dilma diz que Lupi só fica se explicar cargo duplo	Destaque
03/dez	Dilma diz que a partir de 2ª define situação de Lupi	Destaque
04/dez	Situação de Lupi é insustentável, avisa o governo	Manchete
05/dez	Lupi é o sexto ministro de Dilma a cair sob suspeita	Manchete

Prévia dos resultados obtidos:

- O escândalo político midiático tende a ocupar maior posição de destaque na edição na medida em que caminha para seu clímax. A Folha de S. Paulo tende a privilegiar a cobertura de um escândalo político midiático por vez, nos casos de episódios concomitantes (ver Considerações Finais para descrição detalhada dos resultados).

**4.4. QUARTA CATEGORIA DE ANÁLISE: construção de personagens**

*Proposta e síntese do método utilizado:*

A quarta categoria de análise visa compreender o mecanismo de construção de personagens envolvidos na narrativa dos escândalos políticos midiáticos. Para alcançar este objetivo, optou-se por estudar o perfil construído pela Folha de S. Paulo para a presidente Dilma Rousseff, por ser a personagem constante nos seis escândalos políticos midiáticos que compõem a amostra, bem como por ocupar posição central nos acontecimentos e estar diretamente envolvida em seus desdobramentos.

O método utilizado foi levantar, dentre todas as reportagens da Folha de S. Paulo do Caderno Poder compreendidas nos períodos dos escândalos, aquelas que possuíam a palavra “Dilma” no título da notícia ou na linha fina. Foram desconsideradas nesta seleção, as notícias que faziam referência à expressão “governo Dilma”, já que esta construção geralmente faz referência a ações ou fatos relacionados ao gabinete da presidência e não à pessoa da presidente em si mesma.

Feito este recorte, foram localizadas 88 reportagens que satisfizeram ao critério de seleção. Com a amostra selecionada, o conteúdo das reportagens foram submetidas a três categorias de observação:

- **Referências e caracterização de Dilma:** nesta categoria foram isolados excertos, expressões e vocábulos utilizados pela Folha para se referir ou caracterizar a presidente Dilma.
- **Declarações veiculadas de Dilma:** nesta categoria foram relacionadas declarações da presidente relativas aos escândalos que a Folha optou por veicular, de forma direta ou indireta.
- **Relação Dilma x Lula:** nesta categoria foram relacionadas as referências feitas pela Folha a relação entre Dilma e Lula no contexto dos escândalos estudados.

Abaixo, a tabulação dos dados obtidos. Em alguns casos houve necessidade de inclusão

de informações entre [] (colchetes), sempre com intenção de conferir ou esclarecer o sentido do trecho.

<b>Categoria de análise - Referências e caracterização de Dilma</b>		
<b>Item</b>	<b>Data</b>	<b>Página</b>
“O ritmo lento das decisões do governo, segundo a Folha apurou, também é atribuído por auxiliares ao estilo centralizador da presidente (...)”	21/05/2011	A8
“A ideia é retomar a imagem de gerente de governo conquistada nos primeiros meses de mandato”	28/05/2011	A9
“(...) pemedebistas concluíram que a crise surgiu no modo de Dilma de lidar com o Legislativo”	01/06/2011	A7
“(...) a presidente acredita que, por sua aliança ser majoritária no Congresso, os aliados têm obrigatoriamente de votar com o governo”	01/06/2011	A7
“Segundo a Folha apurou, ela [Dilma] cogita, num cenário de queda de Palocci, trocá-lo por um ministro de perfil ‘técnico’, o que assessores da presidente tratam reservadamente como escalar a ‘Dilma da Dilma’”	04/06/2011	A4
“Segundo assessores, a presidente sente falta de um ministro voltado para o comando do dia a dia do governo, papel que ela desempenhou no governo Lula”	04/06/2011	A4
“Presidente quer que escolhida seja ‘Dilma da Dilma’ no cargo”	08/06/2011	A1
“Estilo solitário de decidir deixa aliados no escuro”	09/06/2011	A6
“A demissão de Antonio Palocci revelou um estilo quase solitário da presidente Dilma Rousseff na hora de trocar um ministro de sua equipe”	09/06/2011	A6
“Segundo assessores, Dilma fez questão de restringir o número de pessoas para evitar vazamentos e pressões de última hora”	09/06/2011	A6
“Dilma foi direta e a convidou [Gleise Hoffmann]”	09/06/2011	A6
“A imagem de ‘decidida’ de Dilma caiu 17 pontos (...)”	12/06/2011	A4

“Houve queda também entre os que consideram Dilma ‘muito inteligente’ (85% para 76%) e ‘sincera’ (69% para 62%). A imagem de ‘autoritária’ também diminuiu”	12/06/2011	A4
“Dilma demite logo para se preservar na classe média”	18/07/2011	A1
“Dilma age rápido na crise de olho na classe média”	18/07/2011	A1
“Interlocutores descreveram a cena, afirmando que a decisão de afastar rapidamente os suspeitos de irregularidade na pasta ‘pegou bem’ entre os entrevistados com melhor remuneração, justamente a base social que Dilma quer pavimentar como ativo político neste mandato”	18/07/2011	A1
“Tanto que a imagem de ‘indefesa’ de Dilma pulou de 15% em março para 34% em junho”	18/07/2011	A1
“Como houve lentidão para definir o destino de Palocci, Dilma decidiu ter pressa com Alfredo Nascimento e alguns de seus comandados”	18/07/2011	A1
“(…) Lula disse ter medo que o rito sumário nas demissões e o temperamento de Dilma imponham riscos à governabilidade, levando-a ao isolamento”	20/07/2011	A8
“Integrantes da corrente majoritária do partido [PT] reclamam que a fórmula de Dilma contraria o princípio da ala de costurar amplo arco de alianças”	20/07/2011	A8
“A mensagem é de alerta: Dilma diz que privilegiará técnicos no governo, então afasta-se da classe política”	20/07/2011	A8
“Na opinião de petistas, a personalidade de Dilma contribui para este distanciamento”	20/07/2011	A8
“Colaboradores constantemente se queixaram dos arroubos de Dilma, a ponto de temê-la. No PT, diz-se que Dilma é pouco aberta a críticas, também confia em poucos”	20/07/2011	A8
“Segundo a Folha apurou, Dilma ouve poucos aliados antes de tomar decisões”	20/07/2011	A8
“O grupo de ministros de Planalto (...) adotou um procedimento atípico até aqui: ensaiar um discurso comum para tentar convencer”	20/07/2011	A8
“A presidente procurou sempre um tom de neutralidade para agradar aliados e oposição (...) Dilma tem se esforçado nos últimos dois meses para melhorar seu relacionamento com o meio político”	23/07/2011	A4
“Imprensa não pauta Dilma, diz Carvalho”	01/08/2011	A6

“A presidente Dilma Rousseff ficou, segundo a Folha apurou, ‘furiosa’ ao ver, logo pela manhã de ontem, foto de um dos detidos chegando algemado a Brasília”	11/08/2011	A6
“Apesar de ter se irritado [Dilma] com o ministro [José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça] por ele ter poucas informações da ação nas primeiras horas do episódio (...)”	11/08/2011	A6
“O vazamento de fotos que exibem presos da operação Voucher da Polícia Federal sem camisa na cadeia, no Amapá, irritou a presidente Dilma Rousseff (...)”	13/08/2011	A8
“FHC e Marina aderem a faxina de Dilma”	20/08/2011	A1
“Com os movimentos opostos e combinados, [Dilma] mostra que pretende ter uma relação melhor com a base, mas sem ceder a chantagem em troca de apoio”	21/08/2011	A10
“Aos jornalistas, ela [Dilma] demonstrou irritação com o termo ‘faxina’ e com a ideia de que responde a denúncias da mídia demitindo ministros”	25/08/2011	A4
“Conforme relatos obtidos pela Folha, a presidente ficou irritada ao tomar conhecimento de mais uma polêmica envolvendo o auxiliar [Pedro Novais]”	14/09/2011	A6
“Ministro se retrata após bronca de Dilma”	10/11/2011	A6
“Presidente pavio curto”	13/11/2011	A1
“Nem ministros queridinhos escapam das broncas de Dilma”	13/11/2011	A1
“Broncas frequentes de Dilma introduzem tensão na relação com ministros e colaboradores”	13/11/2011	A16
“Quem tem medo de Dilma Rousseff? A julgar pelos relatos do dia a dia na Esplanada dos Ministérios, a resposta é simples: todo mundo”	13/11/2011	A16
“A lista dos fatores que provocam a ira da presidente vai do desconhecimento dos assuntos do governo a tentativas de enrolá-la ou dar palpites sobre áreas dos colegas”	13/11/2011	A16
“Alguns ministros se abalam emocionalmente com os pitos. Duas ajudantes de ordem e uma secretária da presidência pediram demissão”	13/11/2011	A16
“Alguns assessores evitam levar problemas a Dilma por temer o mau humor presidencial (...)”	13/11/2011	A16
“Outra senha para gritaria é alguém levar um ‘contrabando’ para uma reunião”	13/11/2011	A16

“Com Dilma a coisa é pessoal, olho no olho, em público e quase sempre aos gritos”	13/11/2011	A16
“Quando o tempo fecha, a presidente cruza os braços, põe as mãos sob as axilas, inclina a cabeça de lado e mira alguém”	13/11/2011	A16
“O bordão ‘meu querido’ é outro sinal de encrenca”	13/11/2011	A16
“Um traço de estilo que tenciona o ambiente é que Dilma não faz confraternizações”	13/11/2011	A16
“Apesar do temor, os assessores veem o estilo ríspido como demonstração de que ela está ‘investida da função’ e ‘leva o cargo a sério’”	13/11/2011	A16
“Explosões que inspiram quadros humorísticos”	13/11/2011	A17
“O temperamento explosivo da presidente Dilma Rousseff inspirou vídeos que se espalharam como vírus na internet e até um perfil falso no microblog Twiter”	13/11/2011	A17
“Dilma tolera menos a corrupção, afirma perfil na ‘New Yorker’”	29/11/2011	A11
“(…) na visão de alguns políticos, ela pode ter promovido a faxina como ‘uma maneira de demonstrar independência de Lula’”	29/11/2011	A11
<b>Categoria de análise - Declarações veiculadas de Dilma</b>		
<b>Item</b>	<b>Data</b>	<b>Página</b>
“Não sou refém, diz Dilma”	03/06/2011	A1
“Os desafios não me imobilizam, os desafios não me tornam refém”	03/06/2011	A1
“(…) a presidente disse que ninguém ‘pode se dar ao luxo de ser refém do medo ou da timidez’”	03/06/2011	A6
“Os desafios não me imobilizam, os desafios não me tornam refém, ao contrário, sempre foram eles que me fizeram avançar na vida, sempre”	03/06/2011	A6
“Disse ainda que o governo ‘jamais ficará paralisado diante de embates políticos’”	09/06/2011	A1
“Dilma tem dito a interlocutores que deseja ‘sanear’ o ministério e os órgãos a ele vinculados” [sobre o Ministério dos Transportes]	07/07/2011	A6
“Dilma afirmou que demissões ocorrerão independentemente dos ‘endereço partidários’. ‘Não se pode demonizar a política’, afirmou”	23/07/2011	A1

“Presidente diz que faxina nos Transportes não poupará nenhum partido”	23/07/2011	A1
“Apesar da ‘faxina’ nos Transportes, a presidente disse que não se pode ‘demonizar a política’”	23/07/2011	A1
“Pelo fato de ser do PT não significa que esteja certo. Por ser da oposição não significa que esteja errado”	23/07/2011	A1
“Presidente aponta ‘rigorosa presunção da inocência’ e ‘respeito aos direitos individuais’ como princípios a seguir”	16/08/2011	A8
“(…) a presidente Dilma Rousseff disse ontem que a ‘rigorosa presunção da inocência’ e o ‘respeito aos direitos individuais’ são ‘valores que balizam a Justiça’”	16/08/2011	A8
“Farei tudo o que estiver ao meu alcance para coibir abusos, excessos e afrontas à dignidade de qualquer cidadão que venha a ser investigado’, disse a presidente”	16/08/2011	A8
“O meu governo quer uma Justiça eficaz, célere, mais sóbria e democrática, senhora da razão e incontestável nas suas atitudes e providências’, completou”	16/08/2011	A8
“Dilma nega faxina e diz que Brasil não é ‘Roma Antiga’”	25/08/2011	A4
“Presidente afirma que combate o malfeito, mas que isso não é uma meta”	25/08/2011	A4
“A presidente Dilma Rousseff disse ontem que seu governo não é ‘Roma Antiga’ - época na qual os cristãos eram jogados aos leões no Coliseu – e que não aceita a criação de um ‘ranking’ de demitidos entre os ministros”	25/08/2011	A4
“Essa pauta de demissões (em) que fazem ranking, não é adequada para um governo. Essa pauta eu não vou jamais assumir. Não se demite, nem se faz escala de demissão, nem sequer demissão todos os dias. Isso (aqui) não é de fato Roma Antiga’ (...)”	25/08/2011	A4
“Ontem Dilma disse que tomará providências ‘sempre que houver malfeitos’, mas que se guiará pela presunção da inocência. ‘Se combate o malfeito, não se faz disso meta do governo. Faxina, no meu governo, é faxina contra a pobreza, o resto são ossos do ofício da Presidência, e isso não se interrompe’, disse”	25/08/2011	A4

“Ontem, Dilma reafirmou sua defesa do respeito aos ‘preceitos da Justiça moderna’ e dos ‘direitos individuais e liberdades’”	25/08/2011	A4
“Na TV, Dilma diz não se sentir refém de aliados e nega faxina”	12/09/2011	A1
“Dilma nega política do ‘toma lá, dá cá’ com o Congresso”	12/09/2011	A7
“Em entrevista à TV Globo, presidente afirma que não distribuiu cargos do governo contra sua vontade”	12/09/2011	A7
“A presidente Dilma Rousseff disse não se sentir refém dos aliados do governo (...). Ela negou, mais uma vez, ter promovido uma faxina contra a corrupção, dizendo entender que o termo passa a ideia de que é simples acabar com o problema”	12/09/2011	A7
“A presidente afirmou que sua base no governo é composta de ‘pessoas de bem’ e que é preciso ‘ter muito cuidado no Brasil para a gente não demonizar a política’”	12/09/2011	A7
“Eu não dei nada a ninguém que não quisesse. Nós montamos um governo de composição, caso não seja de composição, não conseguimos governar”	12/09/2011	A7
“A presidente falou também sobre a ação de combate à corrupção, e explicou porque evita falar em faxina. ‘Acho a palavra errada, porque faxina você faz às 6h da manhã e às 8h ela acabou. Atividade de controle de gasto público, na atividade presidencial, jamais se encerra’”	12/09/2011	A7
“É por isso que não é faxina. Você não acaba com ela de uma vez por todas. Você torna ela cada vez mais difícil”	12/09/2011	A7
“Escolhas políticas não desmerecem nenhum governo. É com políticos e partidos políticos, com técnicos e especialistas, que se governa um país complexo como o Brasil’, afirmou Dilma”	17/09/2011	A8
“Dilma defendeu maior rigor com ONGs”	18/10/2011	A6
“Dilma condena ‘apedrejamento’ de ministro”	21/10/2011	A6
“‘Eu vou olhar [a conjuntura] com imensa tranquilidade e tomarei as posições necessárias para preservar não só o governo, mas os interesses do país’”	21/10/2011	A6

“Temos que apurar os fatos, investigar e, se apurada a culpa da pessoa, puni-la”, disse. ‘Isso não significa demonizar quem quer que seja, muito menos partidos que lutaram pela democracia’”	21/10/2011	A6
“Eu li com muita preocupação as notícias do Brasil pelo grau de imprecisão nas observações. É interessante que vazam frases com aspas minhas que eu não falei com ninguém”	21/10/2011	A6
<b>Categoria de análise - Relação Dilma x Lula</b>		
<b>Item</b>	<b>Data</b>	<b>Página</b>
“Com derrotas, ameaças e enfraquecimento de Palocci, ex-presidente Lula é chamado para ocupar ‘vazio político’”.	26/05/2011	A4
“Lula foi chamado para ocupar o que está sendo chamado de ‘vazio político’”	26/05/2011	A4
“Depois de ouvir reclamações de aliados, [Lula] recomendou anteontem à presidente (...) ‘abrir mais seu governo’ para os partidos de sua base de apoio”	26/05/2011	A4
“Dilma seguiu a receita dada pelo antecessor”	27/05/2011	A8
“Em seguida, a presidente ofereceu almoço aos 15 senadores do PT, atendendo a uma recomendação de Lula”	27/05/2011	A8
“Dilma segue roteiro traçado por Lula e investe em agenda positiva”	28/05/2011	A9
“A presidente Dilma Rousseff aprofundará o receituário prescrito pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva: dialogar mais com a base e fazer aparições públicas”.	28/05/2011	A9
“Dilma decide ouvir Lula sobre destino de Palocci”	05/06/2011	A1
“A presidente Dilma vai ouvir seu antecessor, Luis Inácio Lula da Silva, antes de decidir se demite ou não o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci”	05/06/2011	A1
“Dilma ouvirá Lula antes de decidir futuro de Palocci”	05/06/2011	A4
“Ele [Luis Inácio Lula da Silva] e Dilma tinham combinado conversar durante o fim de semana, algo que tem se tornado rotineiro”	05/06/2011	A4
“Lula afirma que decisão cabe à Dilma”	07/06/2011	A6

“Ele [Luis Inácio Lula da Silva], que evitou falar do caso em público, atuou nos bastidores e negociou a demissão [de Antonio Palocci] com a presidente”	09/06/2011	A1
“Ele [Luis Inácio Lula da Silva] evitava declarações à imprensa, mas agiu intensamente nos bastidores e negociou com Dilma os termos da demissão de Palocci”	09/06/2011	A4
“A atuação ostensiva do ex-presidente na crise gerou críticas a Dilma pela suposta existência de duplo comando no Palácio do Planalto. Após as reações, ela pediu ao aliado que se afastasse da capital nesta semana, na qual daria desfecho à crise”	09/06/2011	A4
“(…) o ex-presidente Lula foi contatado para tratar da troca”	09/06/2011	A9
“Maioria aprova atuação de Lula no governo”	12/06/2011	A6
“(…) o ex-presidente Lula foi a Brasília para tentar estancar a primeira grande crise política do governo de sua sucessora, Dilma Rousseff”	12/06/2011	A6
“Para 64% dos brasileiros, Lula deveria mesmo participar das decisões de Dilma. 4 de cada 5 pessoas acreditam, inclusive, que o ex-presidente já esteja fazendo exatamente isso” [pesquisa Datafolha]	12/06/2011	A6
“Lula teme que o estilo de Dilma a isole da base governista”	20/07/2011	A1
“O ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva manifestou a interlocutores sua preocupação com o estilo de Dilma Rousseff na condução da crise dos Transportes”	20/07/2011	A8
“Petistas afirmam que Lula apoia o rigor de Dilma, mas discorda dos métodos”	20/07/2011	A8
“Na última semana, Lula tentou convencer a presidente a procurar siglas melindradas com a faxina”	01/08/2011	A6
“Medida [liberação de verbas para aliados] ocorre após Dilma ser aconselhada por Lula e por seus assessores a atender pedidos do Congresso”	12/08/2011	A7
“O ex-presidente [Lula], que nunca esteve tão ativo na articulação política, reiterou a disposição de viajar o país em campanha em 2012”	21/08/2011	A10

Prévia dos resultados obtidos:

- O perfil dos envolvidos é construído de forma a tornar mais pessoal e dramática a narrativa sobre a qual o escândalo político midiático se desenrola, a fim de manter o enredo fluído. (ver Considerações Finais para descrição detalhada dos resultados).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar o escândalo político midiático inserido em um panorama comunicacional como o brasileiro representa tarefa desafiadora, seja pelo volume de casos revelados diariamente (que, embora já em elevado número, tendem a aumentar com o desenvolvimento cada vez mais acelerado de ferramentas de informação que amplificam vozes de atores sociais historicamente marginalizados ou, dir-se-ia, silenciados pela grande mídia por muitas décadas), seja pela complexidade dos episódios, que se expandem, se desenvolvem e se imbricam com outros escândalos, numa teia de personagens e acontecimentos que põem à prova a própria memória de pesquisadores e acadêmicos e, para além deles, dos próprios cidadãos diretamente afetados pelos fatos.

Parece razoável afirmar que três fatores sociais relevantes possam ser apontados como a causa deste cenário: em primeiro lugar, um sistema político viciado e fisiologista que, por um lado, favorece a conduta repreensível ou antiética, na medida em que não é transparente para a sociedade em geral e permite, ou ao menos não inibe na proporção adequada, a consecução de interesses particulares na operacionalização do interesse público e, por outro, dota agentes políticos profissionais de uma incrível resiliência diante de escândalos políticos (muitas vezes com fatos comprovados por instâncias legalmente competentes) e que permanecem ativos nos quadros do poder, a despeito de qualquer indignação que possa ter sido causada.

Em segundo lugar, pode-se apontar a fragilidade das instituições sociais responsáveis pela fiscalização, controle e punição de desvios de conduta, debilitadas tanto pela insuficiência de recursos humanos e materiais (vejam-se os gargalos enfrentados pelo sistema judiciário e policial), quanto pela pequena capacidade de refração a interferências externas, representadas especialmente pela dificuldade de imputar as responsabilidades devidas àqueles que dominam os meios econômicos e do poder no país.

Em terceiro lugar, a imprensa brasileira, que apresenta postura combativa no exercício de sua atividade. Some-se a isso, o ethos profissional jornalístico que se reconhece como fiscal dos poderes instituídos, o que por si só configuraria uma solução plausível para os problemas anteriormente citados, mas somente se desconsiderássemos completamente o fato de que a mídia – ela também – se constitui de núcleos privados de natureza e trato empresarial, que possuem também sua própria agenda e objetivos não identificáveis por meio de páginas, telas e ondas sonoras.

É na efervescência deste intrincado caldeirão social que o escândalo político midiático surge diante do pesquisador tal qual esfinge cobrando também ser decifrado. O ponto de partida para fazê-lo – e um dos mais fundamentais – é ser capaz de analisar o escândalo despido de amarras, encará-lo como produto midiático resultante de um processo reificado pela prática profissional da imprensa e extrato, como visto anteriormente, de uma realidade em que os campos sociais da mídia e da política se interceptam numa relação simbiótica.

Desta perspectiva de produto e processo, o escândalo político midiático apresenta uma série de características que o definem e o distinguem de outras notícias, algumas das quais foram analisadas neste trabalho e cujos resultados são relatados na seqüência.

A primeira constatação possível a partir das verificações efetuadas é a de que o escândalo político midiático guarda em si um elemento narrativo na medida em que ele se constrói na imprensa numa lógica de começo, meio e fim. Note-se que, mais uma vez, o que se aponta aqui não é a cronologia do fato material que deu origem ao escândalo (o esquema de corrupção, a cobrança de propina, o desvio de recursos, etc.), mas a estrutura discursiva midiaticamente organizada e lapidada para atender aos fins jornalísticos.

Neste sentido, foi possível comprovar, por meio da primeira categoria de análise proposta, de que assim como sintetizado por Thompson (2002, p. 104 a 106), o escândalo político midiático construído na Folha de S. Paulo obedece a uma estrutura seqüencial determinada, composta pelas fases do pré-escândalo, do escândalo propriamente dito, do clímax e das conseqüências.

A fase do pré-escândalo é marcada, nos seis episódios aqui estudados, pela atuação da imprensa na descoberta dos fatos considerados moralmente repreensíveis ou mesmo criminosos. É neste período que a imprensa acompanhou investigação policial que desencadeou o escândalo no Ministério do Turismo, entrou em contato com informantes, como o policial João Dias Ferreira e o administrador Oscar Jucá Neto, que acabaram por se tornar os delatores que inaugurariam os escândalos no Ministério do Esporte e da Agricultura, respectivamente, e também executou investigações por conta própria, inquirindo fontes e levantando documentos, que resultaram na descoberta do enriquecimento de Antonio Palocci, nas irregularidades no Ministério do Turismo e de suspeita de cobrança de propina no Ministério do Trabalho.

É necessário salientar que esta primeira fase, embora seja condição *si ne qua non* para o surgimento do escândalo político midiático, é sempre uma fase dos bastidores do fazer jornalístico, e que só é identificável, na notícia, pelo trabalho de inferência. Esta fase pode ser instantânea, por uma descoberta acidental de um profissional da mídia, bem como pode

arrastar-se por anos até render algum material. O ponto em comum, nos dois casos, é que o extrato do trabalho representará a revelação que deflagrará o escândalo.

Após a revelação pela imprensa (revelação parece uma palavra mais adequada do que denúncia), tem início a segunda fase proposta por Thompson: o escândalo propriamente dito. Na construção dos escândalos políticos midiáticos estudados na Folha, esta fase é inaugurada pelas reportagens “Palocci multiplica patrimônio por 20 em 4 anos” (15/05/2011) no episódio envolvendo o ministro chefe da Casa Civil; “Após denúncias, governo afasta cúpula dos Transportes” (03/07/2011), para o caso que derrubou o ministro Alfredo Nascimento; “Demitido, irmão de Jucá acusa ministro” (31/07/2011), que deflagrou o escândalo no Ministério da Agricultura; “Devassa no Turismo leva a PF a prender 35 pessoas” (10/08/2011), no episódio que atingiu o Ministério do Turismo; “Ministro Orlando Silva é acusado de corrupção” (16/10/2011), que colocou em cheque a posição do ministro do Esporte; e “Trabalho cobraria propina, diz revista” (06/11/2011), no caso envolvendo o ministro do Trabalho.

É na fase que se segue a publicação inicial que se encontra o campo mais fértil para o jornalismo no terreno do escândalo. A partir deste momento, o conteúdo sobre o assunto se desenvolve, novas informações são agregadas, outras revelações vêm à tona e fontes surgem com visões diametralmente opostas do fato. Há uma escalada de tensão entre a mídia, que faz as revelações, e os envolvidos, que tentam desqualificar ou provar infundados os dados revelados.

Nos escândalos estudados, este embate se evidencia em vários momentos, dentre os quais podem ser destacados: a constante pressão da Folha para que Antonio Palocci declare o nome das empresas a que prestou consultoria e a firme recusa do ministro em fazê-lo, não divulgando os dados mesmo durante entrevista exclusiva ao veículo após 20 dias de silêncio; o ataque de Orlando Silva à imprensa, rotulando as notícias divulgadas sobre si de “trama farsesca” e acusando a mídia de querer tira-lo “no grito”; e o mais emblemático dentro todos, a ordem expressa de Carlos Lupi para que todos os e-mails de jornalistas com questionamentos enviados ao Ministério do Trabalho fossem integralmente publicados na internet, solapando o interesse dos profissionais pela exclusividade da informação e pelo “furo”.

Mais além das escaramuças entre acusadores e acusados, outra fonte de conflito que se escancara na construção do escândalo político midiático são as relações que se desenrolam nos bastidores da política. Nos seis episódios estudados, uma parte significativa das notícias compreendidas na fase do escândalo propriamente dito foram referentes às movimentações

do governo para acalmar a insatisfação de aliados (quase sempre à base de favores e benesses) e manobras para conter táticas de opositores, como convocação de CPIs, denúncias ao Ministério Público, etc.

Outra característica específica da segunda fase do escândalo observada no objeto de estudo foi a recorrência das transgressões de segunda ordem. Conforme já visto anteriormente, a transgressão de segunda ordem se define, em termos simples, pelo desmascaramento público de um envolvido no escândalo, que age de forma ilícita para negar, ocultar ou descaracterizar um fato reprovável que lhe fora imputado anteriormente. Nestes casos, a postura da imprensa tende a ser tanto mais combativa quanto mais resistente seja um denunciado em assumir a culpa.

Reconhecer a presença das transgressões de segunda ordem é de primeira importância neste trabalho porque ela dá mostras de uma capacidade distintiva da imprensa no trato do escândalo político midiático: sua inigualável memória. De fato, os envolvidos neste tipo de fenômeno são traídos, via de regra, por desafiar a habilidade da mídia em estabelecer conexões entre fatos dispersos no tempo, resgatar histórias do passado e restaurar informações.

Nos escândalos analisados, dois episódios se destacam como transgressões de segunda ordem. O primeiro deles surge na cobertura do escândalo envolvendo o Ministério da Agricultura. A Folha reporta a descoberta da revista *Veja*, de que um alto funcionário do Ministério exigia propina de um lobista chamado Julio Fróes. A reportagem afirma que o lobista tinha livre trânsito no órgão, possuindo inclusive uma sala própria no prédio na Esplanada, em que elaborava editais e fraudava licitações.

Diante da revelação, o ministro Wagner Rossi rechaça categoricamente a informação, afirmando não manter qualquer relação com o lobista. Mas a versão do ministro cai por terra quando a Folha noticia, dias depois, que a filha do lobista ocupava cargo comissionado na pasta há meses, e que o pai acessava as dependências do prédio pela entrada privativa de autoridades. A tentativa desastrada do ministro em atribuir o fato a um “descuido” de uma “equipe acolhedora” é noticiada deixando transparecer um tom de ironia e minando a credibilidade do titular da Agricultura.

Um caso ainda mais emblemático ocorre em novembro, quando a Folha revela que Carlos Lupi havia utilizado um avião alugado por um dono de entidade com contratos irregulares no Ministério do Trabalho. Lupi nega terminantemente conhecer o empresário citado ou ter utilizado seu avião. Dias mais tarde, a Folha publica foto do ministro

desembarcando da citada aeronave, no Maranhão. A fotografia evidencia que Lupi mentira, o que ele próprio atribui a uma “falha de memória”.

A terceira fase apontada por Thompson é o clima da narrativa, que traduz o momento em que o episódio encontra seu desfecho e, a partir daí, a tendência é que o escândalo perca força e deixe de figurar nas páginas do jornal. Nos seis casos analisados, o clímax do escândalo é atingido com a demissão dos ministros, que figuravam como os principais “acusados”.

A partir das demissões, os casos deixam os holofotes, com exceção do episódio do Ministério dos Transportes, que desenvolve um grande número de ramificações que levam a novas revelações. Os novos escândalos que daí surgem se estenderiam por semanas a fio e culminariam em mais 22 demissões nos quadros do Ministério, embora este fato não descaracterize a demissão do ministro como ápice do episódio (os outros demitidos eram todos pertencentes ao segundo e terceiro escalão do órgão).

A quarta fase da construção do escândalo, as conseqüências, quando existentes, dizem respeito, sobretudo na imprensa brasileira, às revisões de cunho normativo, jurídico ou legal, que se propõem a alterar o contexto político que gerou o escândalo. Também podem ser referentes a processos judiciais que visam punir aqueles que cometeram os fatos em que se basearam os episódios. O que se deve frisar é que o fato de as conseqüências não ocorrerem ou não serem concretas não as descarta como parte integrante do escândalo político midiático; é, antes, parte potencial ou latente da narrativa que, em alguns casos, se torna efetiva.

Nos casos analisados, não houve cobertura sobre as conseqüências dos escândalos. A Folha de S. Paulo chega mesmo a antecipar possíveis conseqüências nos seis episódios, embora nenhuma delas tenha se concretizado: inquéritos instalados foram arquivados; averiguações policiais não obtiveram provas para indiciamento criminal; e mesmo a tão propalada reforma ministerial, a que a Folha faz referência por diversas vezes, jamais ocorreu. Todas as reposições de cargos comandadas por Dilma foram feitas de forma pontual.

Outro ponto crucial que mereceu atenção nesta pesquisa foi a origem das revelações que compõem o escândalo político midiático, conteúdo da segunda categoria de análise proposta. O levantamento mostrou que, do total de 61 revelações catalogadas para os seis escândalos estudados, 45 delas, isto é, 74% do total têm como origem o trabalho investigativo da própria imprensa, representada pela Folha relatando informações obtidas por si mesma ou descobertas por outros veículos; as outras duas origens – investigação por órgão competente e delação – responderam por 8 revelações cada, perfazendo, ambas, 13% do total.

Entretanto, é interessante notar que, quando se isolam na amostra apenas as revelações que inauguraram os escândalos, o quadro apresenta uma perspectiva diferente. Das seis revelações iniciais, apenas 3 tiveram como origem a atuação solo da imprensa, isto é, 50 % delas. Uma revelação é referente à cobertura da investigação de órgão competente (17%) e as outras duas foram frutos de delação (33%).

A obtenção dos números derruba um dos pressupostos da análise, o de que o trabalho autônomo da imprensa é responsável pela grande maioria dos escândalos deflagrados. O cenário que se apresenta indica uma outra tendência: embora a mídia não seja, em termos absolutos, a fonte da totalidade dos escândalos, ela é indubitavelmente – e este é o ponto mais importante da constatação – o seu principal combustível. Isso significa dizer que, embora a Folha não tenha tido a primeira palavra nos seis episódios estudados, a partir do momento em que o caso vem à tona, o jornal se empenha em não permitir que o assunto esmoreça, sendo constantemente realimentado com novas informações e desdobramentos, sendo revisto, atualizado, inflamado, até que o caso encontre o seu desfecho.

O levantamento efetuado torna claro o papel preponderante que a mídia ocupa como geradora de revelações / denúncias, que mantêm em andamento o escândalo político midiático, sendo responsável, na presente amostra, por quase dois terços das revelações apresentadas. A este respeito, é importante ressaltar que os casos de delação, embora nem sempre sejam produto de provocação do veículo que recebe e transmite a denúncia, é uma origem que é indissociável do trabalho midiático. Somados, as revelações cuja origem são Investigação da Imprensa e Delação respondem por 87% dos novos episódios que vêm à tona.

Mas outra lógica paralela também se observa: escândalos políticos midiáticos têm grande potencialidade para colocar em movimento processos administrativos e criminais. Nos três escândalos deflagrados pela mídia (caso Palocci, caso Alfredo Nascimento e caso Carlos Lupi), houve reflexos nas instâncias administrativas (sendo a mais contundente as demissões dos titulares das pastas e, em alguns casos, outros servidores) e na esfera criminal, com abertura de inquéritos pelo Ministério Público (mesmo que as apurações não tenham resultado em acusações formais).

Concluimos também que, nas revelações de sua iniciativa, a imprensa tem à sua disposição dispositivos de construção que, até certo ponto, a eximem ou atenuam a sua responsabilidade. É o caso de denúncias que se utilizam das expressões “suposto(a)” ou “supostamente”, bem como a utilização de verbos no futuro do pretérito do indicativo (“teria” cobrado, “estaria” envolvido, etc.). O uso destes recursos permite que seja divulgada uma

informação, sem torná-la realmente uma acusação, pois uma sombra de dúvida paira sobre aquilo que se afirma.

Resta necessário um estudo de recepção a fim de averiguar se, para o leitor do texto, os recursos citados implicam no benefício da dúvida para com os denunciados ou se a mensagem é prontamente apropriada como verdade / realidade.

A terceira categoria de análise, que trata da prevalência do escândalo, foi definida com o propósito de por à prova a hipótese de que o escândalo político midiático sempre ocupa no veículo de comunicação posição de destaque em relação ao conjunto do conteúdo da edição. Verificamos, pela tabulação dos dados, que esta afirmação não é exata: de fato, o escândalo político midiático, embora seja um produto muito presente no dia-a-dia da Folha não tem, por si só, lugar cativo na manchete principal do jornal. Ao contrário, o escândalo político midiático disputa as posições privilegiadas com notícias de outras editorias, sobretudo caderno Mundo (Internacional) e a editoria de Economia.

Entretanto, embora não se tenha comprovado uma regra lógica para explicar tal fato, atribuindo-se a seleção dos assuntos de destaque a uma decisão puramente editorial, foram identificadas tendências que merecem registro neste trabalho: a primeira tendência observada é a de que o escândalo político midiático ganha tanto mais destaque na edição quanto mais se aproxima de seu clímax. Os gráficos apresentados na terceira categoria demonstram a curva ascendente à medida em que o episódio é inflado pela tensão e se encaminha para o desfecho. E, mais do que isso, em todos os seis casos, o clímax do escândalo foi noticiado como manchete principal da capa, isto é, a notícia mais valorizada da edição.

A segunda observação digna de nota é que, quando dois escândalos políticos midiáticos se desdobram concomitantemente, a Folha tende a privilegiar um deles em detrimento do outro, numa lógica própria de revezamento de ênfase. Este argumento se sustenta pela verificação dos gráficos relativos ao escândalo envolvendo os Ministérios da Agricultura e do Turismo, que ocorreram paralelamente durante parte do mês de agosto.

O escândalo envolvendo Wagner Rossi, que eclodira no final de julho, atinge seu ápice em 07 de agosto, ocupando manchete principal da capa e mantendo-se em destaque no dia seguinte. A partir do dia 09, a cobertura perde fôlego e se manterá numa posição secundária até o dia 15. Ora, é este (de 09 a 15 de agosto) justamente o período em que estoura o escândalo no Turismo, e as denúncias contra a pasta de Pedro Novais serão privilegiadas pela Folha. Este segundo escândalo apresentará declínio a partir do dia 15, exatamente o momento em que o escândalo da Agricultura se aproxima de seu clímax.

Este fato denota que a Folha tende a manter seus holofotes em um escândalo de cada vez, mesmo que os acontecimentos sejam concomitantes. Isso pode ser interpretado como um artifício para manter claro para os leitores a diferenciação entre as narrativas, evitando que os escândalos se tornem mutuamente confusos.

Uma terceira observação importante é a de que a origem da revelação tem um impacto direto sobre a posição de destaque da mesma na edição: a Folha tenderá a privilegiar sempre as revelações de sua própria autoria, em detrimento das descobertas de outros veículos da imprensa. Tome-se como base o escândalo da Casa Civil: a revelação envolvendo Antonio Palocci parte da própria Folha e foi do jornal a responsabilidade pela maior parte das informações obtidas. Como resultado, pode-se notar que o caso, que esteve presente em 25 edições da Folha (de 15 de maio a 08 de junho), ocupou manchete principal em 13 delas e figurou na capa em outras 08 edições, totalizando 21 dias em posição de destaque.

Em contraposição, o escândalo do Ministério da Agricultura, por exemplo, que foi noticiado em primeira mão pela revista Veja, permanece em posição secundária na Folha por sete edições, até finalmente ganhar a manchete principal da capa em 07 de agosto, por conta de uma reportagem investigativa levada a cabo pela própria Folha.

Outro ponto fundamental de discussão nesta obra foi a dinâmica da construção dos personagens envolvidos na narrativa do escândalo político midiático, tópico tratado pela quarta categoria de análise proposta. Esta empreitada surge da percepção de que o processo de produção do escândalo requer também um elemento de dramaticidade, que mantenha o interesse do leitor no enredo que se desdobra. Como já justificado anteriormente, optou-se por estudar a caracterização da presidente Dilma Rousseff por ser a personagem constante nos seis escândalos e uma das mais diretamente atingidas pelas informações relatadas pela imprensa.

A análise dos dados tabulados permite identificar Dilma como uma peça na narrativa que é marcada por tentar se equilibrar em um complexo conflito entre sua posição pessoal e profissional e o contexto que a envolve e pela qual é a principal responsável.

O perfil profissional de Dilma relatado pela Folha de S. Paulo pode ser definido em termo de habilidade técnica. Expressões como “direta”, “solitário”, “centralizador”, “gerente”, “perfil técnico” e “distanciamento”, dão mostras de que o veículo reconhece na presidente competências para lidar com assuntos administrativos e burocráticos, mas deixam transparecer a pouca familiaridade com as questões relacionadas ao relacionamento político, ao trato com aliados e desafetos e um certo desconforto com as manobras e arranjos necessários ao papel desempenhado.

Indissociável das questões profissionais, emerge na narrativa a construção de um perfil pessoal em que Dilma aparece como alguém de trato difícil. Esse fato se denota pela opção da Folha de S. Paulo em se referir à presidente por expressões lexicais tais como “temperamental”, “explosões”, “arroubos”, “a ponto de despertar medo”, “furiosa”, “irritou”, “gritaria”, “encrenca” e “Dilma não faz confraternizações”.

Especialmente nos três primeiros escândalos – em que Dilma, enquanto Presidente da República, ainda representava uma incógnita para a imprensa – as narrativas ganham seu efeito dramático ao reportar o conflito que Dilma Rousseff enfrenta para equilibrar seu perfil profissional técnico e seu perfil pessoal inflexível com a dinâmica da vida política, sofrendo pressões de outros agentes e tendo que negociar soluções que atendam à sanha de aliados, às exigências da oposição e às expectativas do público em geral.

É neste contexto que se insere a importância de apontar o discurso da Folha de S. Paulo sobre a interferência de Lula nas questões de governo. O ex-presidente compõe a narrativa como uma sombra que paira sobre Dilma, aconselhando, recomendando, negociando em seu nome, prescrevendo, agindo nos bastidores, tentando convencer, etc. Parece razoável afirmar que a Folha vê com restrição esta interferência, chegando mesmo a fazer menção a “duplo comando” no governo.

Este incômodo da Folha pode se justificar pelo fato de que o veículo entendeu que Dilma tem uma postura mais rígida do que a de Lula em relação à punição de desvios. A menor tolerância de Dilma transparece na narrativa como uma chance concreta de combate à corrupção. Há de se lembrar que, no caso do Mensalão, a Folha foi um dos veículos envolvidos na deflagração do escândalo e um dos mais combativos nos questionamentos à postura de Lula frente aos desvios, visto como leniente ou pouco firme. Dilma aparece como a possibilidade de que a história não se repita.

As declarações veiculadas da presidente demonstram seu esforço em preservar uma imagem de equilíbrio entre suas atitudes, as reivindicações populares representadas pela contestação da imprensa e as necessidades impostas por seu cargo para manter a governabilidade de seu gabinete.

Um último ponto que merece destaque nesta análise é a insistência da Folha de S. Paulo em utilizar o léxico “faxina” para descrever as demissões levadas a cabo por Dilma nos desdobramentos dos escândalos, a despeito de a própria presidente refutar terminantemente o termo. Esta estrutura, baseada na rotulação de um determinado caso, é um recurso muito útil ao noticiário relacionado ao escândalo político midiático, pois encerra em si um elemento de identificação para o leitor, que consegue se situar no caso ao ter contato com a expressão,

bem como consegue fixar os episódios na memória da imprensa, à semelhança do que ocorreu nos casos do Watergate e do Mensalão, assim batizados pela imprensa e que carregaram esta identidade para a História.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros, artigos e publicações científicas

- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Trad: Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Antropos, 1981.
- BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luis Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003. Coleção Comunicação.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. A produção da crença. **Contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.
- GUARESCHI, Pedrinho. **Introdução à edição brasileira**. In: THOMPSON, John B. O escândalo político. Poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MARKOVITZ, Andrey; SILVERTEIN, Mark. **The politics of scandal: power and process in liberal democracies**. New York: Holms and Meier, 1988.
- MARTINO, Luis Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Visibilidade na Mídia e Campo Político no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, pp. 695 – 735.
- PAIXÃO, Bruno. **O escândalo político em Portugal – 1991 a 1993 e 2002 – 2004**. Coimbra: Minerva, 2010.
- PRESIDENT Nixon's resignation speech**. Disponível em [http://www.pbs.org/newshour/spc/character/links/nixon\\_speech.html](http://www.pbs.org/newshour/spc/character/links/nixon_speech.html). Acesso em 26/08/2014.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Visibilidades e estratégias nas eleições presidenciais de 2002: política, mídia e cultura**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). Eleições presidenciais em 2002 no Brasil. Ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, 2004.
- SILVA, Tomaz T. da. **O que é, afinal, estudos culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e Cultura Moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O escândalo político**. Poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TRAQUINA, NELSON. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3 ed. Florianópolis: Insular, v.II, 2013.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

### Notícias de jornal

- AÇÃO do Planalto barra convocação de Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 mai. 2011. Capa, A1.
- ACUSAÇÕES de desvio são uma ‘trama farsesca’, afirma Orlando Silva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011. Poder, A4.

ACUSADOS usavam sala de Ministério, diz PF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2011. Poder, A5.

ADVOGADO de ministro define investigação como irregular. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2011. Capa, A1.

ADVOGADO de Palocci diz que investigação é ilegal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2011. Poder, A4.

ADVOGADO do Ibrasi diz que ‘todas as empresas contratadas são idôneas’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Poder, A4.

‘AGENDA positiva’ inclui programa antimiséria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jun. 2011. Capa, A1.

ALIADOS do governo pedem afastamento imediato de Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Poder, A7.

ALIADOS temem estender desgaste com Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jun. 2011. Capa, A1.

AMORA, Dimmi. Governo cobra ONGs R\$ 26,5 mi por desvios no Esporte. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 2011. Poder, A4.

AMORA, Dimmi; CABRAL, Maria Clara. Turismo foi avisado sobre investigação do TCU há quatro meses. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 2011. Poder, A6.

AMORA, Dimmi; CABRAL, Maria Clara; COUTINHO, Felipe. Copa era alvo de esquema, afirma juiz. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2011. Poder, A6.

AMORA, Dimmi; COSTA, Breno. Transportes elevou verba de 11 obras sob suspeita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jul. 2011. Poder, A4.

AMORA, Dimmi; COSTA, Breno; SARRES, Carolina. Sob suspeita, Transportes suspende novas licitações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 2011. Poder, A4.

AMORA, Dimmi; MATAIS, Andreza. Convenio suspeito do Turismo foi assinado em tempo recorde. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 2011. Poder, A7.

AMORA, Dimmi; MATAIS, Andreza. Ministro diz que obra em andamentos após emenda sua não foi nem licitada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2011. Poder, A4.

AMORA, Dimmi; MATAIS, Andreza. Ministro pagava governanta com dinheiro público. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 2011. Capa, A1.

AMORA, Dimmi; MATAIS, Andreza. Ministro pagou governanta com verba pública por 7 anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 2011. Poder, A4.

AMORA, Dimmi; MATAIS, Andreza. Ministro usa servidor como chofer particular da mulher. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 2011. Poder, A4.

AMORA, Dimmi; MATAIS, Andreza. Mulher de ministro usa servidor como chofer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 2011. Capa, A1.

AMORA, Dimmi; MATAIS, Andreza; SELIGMAN, Felipe. Emenda de ministro libera R\$ 1 mi a empresa fantasma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 2011. Poder, A4.

APENAS metade da bancada do PDT apoia Lupi no cargo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2011. Capa, A1.

APÓS atritos na base, PMDB ainda prevê embates com Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 jun. 2011. Poder, A7.

APÓS denúncias, governo afasta cúpula da pasta dos Transportes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jul. 2011. Capa, A1.

APÓS derrota, Dilma cede a aliados no Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2011. Capa, A1.

APÓS suspeita de corrupção, número 2 da Agricultura cai. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 ago. 2011. Poder, A7.

ASSESSOR de ministro ajudou a livrar ONG de investigação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 out. 2011. Poder, A4.

- ASSESSORES jamais pisam na Câmara, afirma Vaccarezza. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 nov. 2011. Capa, A1.
- BRAGON, Ranier; CRUZ, Valdo. Estrelas do PT defendem Palocci para esfriar crise. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 mai. 2011. Poder, A4.
- BRAGON, Ranier; CRUZ, Valdo; FLOR, Ana. Sob pressão, Dilma faz concessão ao Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2011. Poder, A4.
- BRAGON, Ranier; ODILLA, Fernanda. Longe dos holofotes, petista foi a voz do Planalto na Câmara. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 mai. 2011. Poder, A4.
- CABRAL, Maria Clara. Líderes da oposição articulam criação da CPI da corrupção. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 ago. 2011. Poder, A7.
- CABRAL, Maria Clara. Oposição afirma que cobrará ida de Palocci à Câmara. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jun. 2011. Poder, A6.
- CABRAL, Maria Clara; CRUZ, Valdo. Planalto promete liberar verbas para acalmar aliados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2011. Poder, A7.
- CABRAL, Maria Clara; FALCÃO, Marcio. Um terço do PDT no Congresso defende a demissão de Lupi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2011. Poder, A12.
- CABRAL, Maria Clara; FLOR, Ana. Bronca de Lula cria desconforto em deputados petistas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2011. Poder, A9.
- CABRAL, Maria Clara; GUERREIRO, Gabriela. Com cargo em risco, ministro antecipa ida ao Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 2011. Poder, A6.
- CABRAL, Maria Clara; GUERREIRO, Gabriela. Oposição insistirá na ida de ex-ministro ao Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Poder, A8.
- CABRAL, Maria Clara; MACHADO, Renato; SADE, Andréia. Oposição pede afastamento de ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 out. 2011. Poder, A6.
- CABRAL, Maria Clara; MAGALHAES, Vera; ODILLA, Fernanda. Novo revés no Congresso agrava situação de Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jun. 2011. Poder, A4.
- CABRAL, Maria Clara; NERY, Natuza. Dilma diz a aliados insatisfeitos que não fará novas demissões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 ago. 2011. Poder, A4.
- CABRAL, Maria Clara; NERY, Natuza. Dilma espera que Pedro Novais se demita do Turismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 2011. Poder, A6.
- CABRAL, Maria Clara; SEABRA, Catia. Senadora petista defende saída de Palocci do governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 jun. 2011. Poder, A4.
- CÂMARA deve anular hoje convocação de ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Poder, A4.
- CÂMARA estuda cobrar Lupi por salários recebidos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2011. Capa, A1.
- CANTANHEDE, Eliane; SEABRA, Catia. Temer afirma que elevou o tom de voz com Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 2011. Poder, A4.
- CANZIAN, Fernando. Aprovação de Dilma resiste à sua primeira crise política. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2011. Poder, A4.
- CARAZZAI, Estelita Mass. Contrato federal suspeito de fraude tem clone no Paraná. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2011. Poder, A4.
- CARDOZO diz que não foi avisado antes de operação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Poder, A10.
- CARNEIRO, Mariana. Bancos estrangeiros lamentam saída de ex-ministro do cargo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 2011. Poder, A9.
- CARNEIRO, Mariana. Mercado passa ao largo da crise política. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jun. 2011. Poder, A6.

- CASA Civil fica mais 'técnica' com Gleise. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Poder, A7.
- COBRANÇA resulta de fiscalização, afirma Ministério. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 2011. Poder, A4.
- COM A saída, investigação sobre Orlando Silva correrá no STJ. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 2011. Poder, A9.
- COMISSÃO de ética diz que Palocci não relatou bens. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 mai. 2011. Capa, A1.
- COMISSÃO de ética sugere a Dilma que exonere ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2011. Capa, A1.
- COMISSÃO do Planalto pede saída de Lupi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2011. Poder, A6.
- CONSULTORIA afirma que não comentará valores. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2011. Capa, A1.
- CONSULTORIA não comenta faturamento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Poder, A4.
- CONVÊNIO de ONG com Turismo é alvo de suspeitas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Poder, A4.
- COSTA, Breno. Agricultura pagou R\$ 6,5 mi a empresa em nome de laranjas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 2011. Poder, A4.
- COSTA, Breno. Investigação do TCU revela descontrole de gastos da Agricultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 ago. 2011. Poder, A4.
- COSTA, Breno. Ministro atribui acesso de lobista a 'descuido' da equipe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2011. Poder, A7.
- COSTA, Breno. Para Planalto, assunto está 'encerrado'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 mai. 2011. Poder, A6.
- COSTA, Breno; CREDENDIO, José Ernesto. Rossi atribui crise à disputa entre grupos em Ministério. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 ago. 2011. Poder, A10.
- COSTA, Breno; CRUZ, Valdo. Planalto define estratégia contra a crise. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Poder, A8.
- COSTA, Breno; FALCÃO, Marcio. Comissão de ética afirma que Palocci não informou bens. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 mai. 2011. Poder, A4.
- COSTA, Breno; FLOR, Ana. Dilma condena 'apedrejamento' de ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 2011. Poder, A6.
- COSTA, Breno; FORIQUE, Flávia. Relatório contra Lupi foi elaborado em apenas 7 dias. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2011. Poder, A9.
- COSTA, Breno; MELLO, Fernando. Convênio suspeito beneficiou empresas de filiados do PDT. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2011. Poder, A16.
- COSTA, Breno; MELLO, Fernando. Ministro deu verba a ONG de aliado que era alvo da PF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2011. Poder, A4.
- COUTINHO, Felipe; MACHADO, Renato; MELLO, Fernando. Esporte esvaziou apuração contra ONGs sob suspeita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 out. 2011. Poder, A8.
- COUTINHO, Felipe; MATAIS, Andreza. Pastor afirma que Esporte cobrou 10% para PCdoB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Poder, A4.
- COUTINHO, Felipe; MATTOS, Rodrigo. Crise no Esporte gera jogo de empurra entre ministro e ex. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 out. 2011. Poder, A4.
- COUTINHO, Felipe; MELLO, Fernando. Ministro ajudou ONG de delator acusado de fraude. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 2011. Capa, A1.
- COUTINHO, Felipe; MELLO, Fernando. Ministro ajudou ONG sob suspeita em novo contrato. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 2011. Poder, A4.

- CREDENDIO, José Ernesto; LEITÃO, Matheus; ODILLA, Fernanda. Ministro faturou mais às vésperas do novo governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 2011. Poder, A4.
- CREDENDIO, José Ernesto; MATAIS, Andreza. Agricultura teve licitações ‘corrompidas’, diz servidor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 2011. Poder, A4.
- CREDENDIO, José Ernesto; MATAIS, Andreza. Em meio à crise, PT faz acusações a Aécio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 jun. 2011. Poder, A8.
- CREDENDIO, José Ernesto; MATAIS, Andreza. Ministro ajudou aliados a criar sindicatos fantasmas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2011. Poder, A4.
- CREDENDIO, José Ernesto; MATAIS, Andreza. Ministro da Agricultura usa funcionários de estatal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 ago. 2011. Poder, A4.
- CREDENDIO, José Ernesto; MATAIS, Andreza. Palocci multiplica seu patrimônio por 20 em 4 anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 2011. Capa, A1.
- CREDENDIO, José Ernesto; MATAIS, Andreza. Palocci multiplicou por 20 patrimônio em 4 anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 2011. Poder, A4.
- CREDENDIO, José Ernesto; MATAIS, Andreza; NERY, Natuza. Agricultura vira cabide de emprego da cúpula do PMDB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 ago. 2011. Poder, A4.
- CREDENDIO, José Ernesto; MATAIS, Andreza; VALENTE, Rubens. Empreiteira com negócios públicos contratou Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2011. Poder, A8.
- CRESCIMENTO de contratos em 2010 foi ‘natural’, diz empresa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2011. Poder, A4.
- CRISE derruba Palocci; Dilma põe senadora novata na Casa Civil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Capa, A1.
- CRISE em Ministérios não altera aprovação de Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 ago. 2011. Poder, A9.
- CRUZ, Valdo. Dilma já discute como será governo sem Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 jun. 2011. Poder, A4.
- CRUZ, Valdo. Estilo solitário de Dilma decidir deixa aliados no escuro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 2011. Poder, A6.
- CRUZ, Valdo; D’AVILLA, Sérgio. Dilma não sabe quem foram meus clientes, diz Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jun. 2011. Capa, A1.
- CRUZ, Valdo; FLOR, Ana. Governo vai reter verbas para ONGs por um mês. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 out. 2011. Poder, A7.
- CRUZ, Valdo; FRANCO, Bernardo Mello. Dilma demitiu Palocci no ‘momento certo’, diz Lula. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 2011. Poder, A4.
- CRUZ, Valdo; MATAIS, Andreza; SADE, Andréia. Lupi muda versão e culpa memória fraca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2011. Poder, A6.
- CRUZ, Valdo; NERY, Natuza. Acusado na Câmara, Palocci é cobrado por Dilma e Lula. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jun. 2011. Capa, A1.
- CRUZ, Valdo; NERY, Natuza. Dilma cobra explicações sobre algemas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2011. Poder, A6.
- CRUZ, Valdo; NERY, Natuza. Lula e Dilma avisam que agora cabe a Palocci se defender. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jun. 2011. Poder, A6.
- CRUZ, Valdo; NERY, Natuza; SEABRA, Catia. Dilma já acertou demissão com Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Poder, A6.
- CRUZ, Valdo; SADE, Andréia. Ministro diz que só deixa o governo ‘abatido à bala’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 nov. 2011. Poder, A4.
- CRUZ, Valdo; SADE, Andréia. Ministro se retrata após bronca de Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 nov. 2011. Poder, A6.
- CUNHADO de ministro é afastado em Campinas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 2011. Poder, A6.

CUTISTA afirma que pasta cobrou propina de R\$ 1 mi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2011. Poder, A4.

DECISÕES ‘nem sempre agradam’, afirma Gurgel. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Poder, A8.

DECLARAÇÕES são ‘caluniosas’, diz Fátima Pelaes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2011. Poder, A5.

DEFESA de ex-assessor de Marta diz que não há provas contra ele. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 2011. Poder, A4.

DELATOR diz que ministro não aparece em gravações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 2011. Poder, A6.

DELATOR diz que Orlando o ajudou para acalmá-lo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 2011. Poder, A10.

DEMITIDO planeja agora emagrecer, viajar de férias e retomar empresa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Capa, A1.

DEMITIDO, irmão de Jucá acusa ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 jul. 2011. Poder, A8.

DENÚNCIAS derrubam 4º ministro do governo Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 2011. Capa, A1.

DENÚNCIAS derrubam o 2º ministro de Dilma em 1 mês. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jul. 2011. Capa, A1.

DEPUTADO admite reuniões nos Transportes para tratar do PR. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jul. 2011. Poder, A7.

DEPUTADO afirma que mãe deixou ONG em 2009. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2011. Poder, A12.

DEPUTADO do Maranhão assumirá a pasta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 2011. Poder, A6.

DEVASSA no Turismo leva PF a prender 35 pessoas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 2011. Capa, A1.

DIÁLOGO está fora de contexto, diz defesa de Costa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2011. Poder, A5.

DILMA chama de ‘acinte’ ação da PF e questiona uso de algemas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2011. Capa, A1.

DILMA cobra explicações de Ministro do Esporte. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 2011. Capa, A1.

DILMA critica ‘abusos’ em investigações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 2011. Poder, A8.

DILMA decide ouvir Lula sobre destino de Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jun. 2011. Capa, A1.

DILMA defende maior rigor com ONGs. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 2011. Poder, A6.

DILMA demite logo para se preservar na classe média. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jul. 2011. Capa, A1.

DILMA demite Palocci e muda governo após cinco meses. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Poder, A4.

DILMA demitiu mais que Lula e FHC no 1º ano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 2011. Poder, A7.

DILMA demitiu Palocci na hora certa, diz Lula. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 2011. Capa, A1.

DILMA diz a ministro que exposição dos presos é inaceitável. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Poder, A8.

- DILMA diz que a partir da 2ª define situação de Lupi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2011. Capa, A1.
- DILMA diz que Lupi só fica se explicar duplo cargo público. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2011. Capa, A1.
- DILMA diz que Lupi só fica se explicar emprego duplo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2011. Poder, A8.
- DILMA e ministro chegaram a acertar carta de demissão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Capa, A1.
- DILMA indica confiança em Palocci e ataca 'politização'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mai. 2011. Poder, A8.
- DILMA mantém aprovação, apesar de Palocci e inflação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2011. Capa, A1.
- DILMA mede risco político de faxina na pasta do PMDB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 ago. 2011. Poder, A4.
- DILMA nega política do 'toma lá, dá cá' com o Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 2011. Poder, A7.
- DILMA ouve Lula e defende ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mai. 2011. Capa, A1.
- DILMA ouvirá Lula antes de decidir futuro de Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jun. 2011. Poder, A4.
- DILMA promete que 'sairão todos'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jul. 2011. Capa, A1.
- DILMA se confunde e cita nome de demitidos durante discurso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 2011. Poder, A8.
- DILMA vê oportunidade de endurecer negociação com a Fifa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 2011. Poder, A4.
- DINHEIRO para empresa no fim do ano é muita 'coincidência', diz OAB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 mai. 2011. Poder, A7.
- DIRETOR do Dnit será exonerado ao voltar de férias. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 2011. Poder, A6.
- DONO de imóvel que petista aluga nega ser laranja. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jun. 2011. Poder, A4.
- 'É PRO GOVERNO, joga o valor vezes três', diz foragido. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Capa, A1.
- EM BLOG, delator faz ameaças a Orlando Silva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 2011. Poder, A4.
- EM NOTA, ministro afirma que PDT organizou viagem. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2011. Poder, A10.
- EM PROGRAMA na TV, PMDB mostra Lula e oculta Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jun. 2011. Poder, A7.
- EMPRESA afirma que não participa de obras públicas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Poder, A8.
- ENRIQUECER sem explicação pode configurar crime. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Poder, A4.
- ENTIDADE ligada a assessor de ministro recebeu 9,4 milhões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 2011. Capa, A1.
- ENTIDADE nega irregularidades em convênio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2011. Poder, A4.
- EQUIPE de ministro orientou policial a driblar investigação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 out. 2011. Capa, A1.

- ESPORTE abre sindicância para apurar suspeitas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 2011. Poder, A6.
- ESPORTE aponta desvio de R\$ 17 milhões em relatório. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 out. 2011. Poder, A4.
- ESPORTE cobrou 10% de propina, afirma pastor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Capa, A1.
- ESPORTE deu 9,4 mi a ONG ligada a assessor de ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 2011. Poder, A4.
- ESTATAL libera R\$ 14 mi para trocar bueiros de ferrovia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 2011. Poder, A4.
- EX-MINISTRO vale muito no mercado, diz Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 mai. 2011. Capa, A1.
- EXPLOSÕES que inspiram quadros humorísticos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2011. Poder, A17.
- FALCÃO, Marcio; FLOR, Ana; NERY, Natuza. Aliados cobram mais poder de decisão no governo Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mai. 2011. Poder, A4.
- FALCÃO, Marcio; FLOR, Ana; NERY, Natuza. Dilma dá tempo a ministro, mas cogita troca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jul. 2011. Poder, A6.
- FALCÃO, Marcio; MATAIS, Andreza. Governo diz ter feito alerta a Lupi sobre denúncias. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 nov. 2011. Poder, A5.
- FALCÃO, Marcio; NERY, Natuza. Dilma segue roteiro traçado por Lula e investe em agenda positiva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2011. Poder, A9.
- FERRAZ, Lucas. Cardozo vê ‘muita fumaça e pouca fagulha’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mai. 2011. Poder, A6.
- FERREIRA, Flávio. Metade de repasses a ONGs não foi registrada em sistema de convênios. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2011. Poder, A6.
- FERREIRA, Flávio; LIMA, Daniela. Servidor preso cuidava da execução de obra em SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2011. Poder, A7.
- FERREIRA, Flávio; LIMA, Daniela; NAVARRO, Silvério. PF diz que grupo teve acesso privilegiado a dados do TCU. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2011. Poder, A4.
- FHC e Marina defendem faxina da presidente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 2011. Capa, A1.
- FHC insinua que ministro se tornou ‘peso’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 nov. 2011. Poder, A5.
- FIFA já ‘demitiu’ ministro, e Temer cita nome de Pelé. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Capa, A1.
- FILHA de lobista trabalha na pasta desde fevereiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 ago. 2011. Poder, A10.
- FIRMA atuou para empresas com negócios públicos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2011. Capa, A1.
- FLOR, Ana. Dilma defende nomeações políticas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 2011. Poder, A8.
- FLOR, Ana. Dilma nega faxina e diz que Brasil não é ‘Roma Antiga’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 2011. Poder, A4.
- FLOR, Ana. Presidente diz que não ‘será refém do medo’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jun. 2011. Poder, A6.
- FLOR, Ana; FORIQUE, Flávia. Em visita ao Brasil, Chávez recomenda ‘fuerza’ ao ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Poder, A6.
- FLOR, Ana; MAGALHAES, João Carlos. Lançamento de plano de combate à miséria foca agenda positiva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jun. 2011. Poder, A6.

- FOLHA revelou irregularidade em março de 2009. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 2011. Poder, A4.
- FOTOS de presos vazam, e Dilma considera o caso 'inaceitável'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Capa, A1.
- FRAGA, Erika. Caso pode afetar a confiança de investidores estrangeiros no país. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Poder, A8.
- FRANCO, Bernardo Mello. 'Maldição' da Casa Civil já derrubou três petistas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Poder, A8.
- FRANCO, Bernardo Mello. PT cobra de Dilma afastamento de afilhados de Lupi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2011. Poder, A6.
- FRANCO, Bernardo Mello; LIMA, Daniela. FHC e Marina aderem a faxina de Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 2011. Poder, A10.
- FRANCO, Bernardo Mello; SEABRA, Catia. PMDB se rebela por prisão de ex-deputado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 ago. 2011. Poder, A6.
- FREITAS, Luis Carlos. Interferência de Lula na crise foi um erro, afirma Ciro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mai. 2011. Poder, A6.
- FUNCIONÁRIA diz não saber o que empresa faz. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 2011. Poder, A8.
- GOVERNADOR do PT afirma que renda de Palocci 'chama atenção'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2011. Capa, A1.
- GOVERNO acusa prefeitura de vazar dados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mai. 2011. Poder, A6.
- GOVERNO agora admite rever pontos da lei anti-homofobia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 jun. 2011. Poder, A6.
- GOVERNO beneficiou empresa que pagou Palocci, diz PSDB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2011. Poder, A10.
- GOVERNO define tática para evitar paralisia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Capa, A1.
- GOVERNO Dilma perde 5º ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 2011. Capa, A1.
- GOVERNO diz ter alertado Lupi sobre denúncias. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 nov. 2011. Capa, A1.
- GOVERNO faz esforço para conter crise no Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 mai. 2011. Poder, A4.
- GOVERNO suspende licitações de obras dos Transportes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 2011. Capa, A1.
- GRAMPO mostra foragido ensinando a superfaturar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Poder, A4.
- GRUPO suspeito teve acesso à investigação do TCU, diz polícia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2011. Capa, A1.
- GUERREIRO, Gabriela. Oposição acusa Gurgel de agir como governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Poder, A4.
- GUERREIRO, Gabriela. Senadores cobram 'faxina mais ampla' no governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 2011. Poder, A8.
- GUERREIRO, Gabriela; GUIMARAENS, Larissa. Governo manobra e barra convocação de Palocci pela Câmara. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 mai. 2011. Poder, A4.
- GUERREIRO, Gabriela; GUIMARAENS, Larissa. Palocci justifica seu patrimônio citando ex-ministros de FHC. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 mai. 2011. Poder, A4.
- GUIBO, Fábio. 'É uma obra polêmica como as do Niemeyer'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2011. Poder, A9.

- ‘HÁ UMA semana sou submetido à execração pública’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Capa, A1.
- ‘HOVE pedido, houve pressão’, afirma pastor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Poder, A4.
- IRREGULARIDADES estão no ‘DNA do DNIT’, diz ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jul. 2011. Capa, A1.
- KELLY, Cíntia. Imprensa age como oposição, diz Padilha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jun. 2011. Poder, A6.
- LIMA, Daniela. Imprensa não pauta Dilma, diz Carvalho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 ago. 2011. Poder, A6.
- LIMA, Daniela. Vereadores tucanos cobram informações sobre empresa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mai. 2011. Poder, A6.
- LONGE da calmaria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2011. Poder, A10.
- LUCRETE, Felipe; NAVARRO, Silvério. Foragido critica PF e diz que diálogos foram editados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 ago. 2011. Poder, A6.
- LUCRETE, Felipe; NAVARRO, Silvério. Foragido da PF está em Miami, diz família. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 2011. Poder, A6.
- LUCRETE, Felipe; NAVARRO, Silvério. Procurador denuncia cúpula do Turismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 set. 2011. Poder, A9.
- LULA afirma que decisão cabe à Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Poder, A6.
- LULA declara que detidos não são ‘bandido qualquer’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Capa, A1.
- LULA teme que estilo de Dilma a isole da base governista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jul. 2011. Capa, A1.
- LUPI acumulou cargos ilegalmente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2011. Capa, A1.
- LUPI afirma que desconhecia a investigação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2011. Poder, A4.
- LUPI ajudou ONG de colega do PDT investigada pela PF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2011. Capa, A1.
- LUPI é o sexto ministro de Dilma a cair sob suspeita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2011. Capa, A1.
- LUPI recebeu diária por viagem com agenda partidária. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2011. Capa, A1.
- LUPI usou avião alugado por dono de ONGs, afirma revista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2011. Capa, A1.
- LUPI usou avião pago por dono de rede de ONGs, afirma revista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2011. Poder, A10.
- MACHADO, Renato. Para se defender de acusações, ministro quer ser investigado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 2011. Poder, A6.
- MACHADO, Renato; SADE, Andréia. Ministro diz que querem tirá-lo ‘no grito’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 out. 2011. Poder, A8.
- MAGALHAES, Vera. Lula diz que presos não são ‘bandido qualquer’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Poder, A10.
- MAGALHAES, Vera. Ministro diz a senadores que recebia ‘taxa de sucesso’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mai. 2011. Poder, A4.
- MAGALHAES, Vera. Presidente pavio curto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2011. Poder, A16.
- MAGALHAES, Vera; SADE, Andréia. Rivalidade na área sindical acirra disputa por ministério. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2011. Poder, A4.

- MAIORIA aprova atuação de Lula no governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2011. Poder, A6.
- MAIORIA vê e quer participação de Lula no governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2011. Capa, A1.
- MALDIÇÃO ronda ministros que Dilma herdou de ex-presidente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jun. 2011. Poder, A4.
- MARREIRA, Flávia. Dilma diz que define permanência de Lupi na próxima semana. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2011. Poder, A8.
- MARTA diz que ex-assessor é ‘corretíssimo’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 2011. Poder, A5.
- MATAIS, Andreza. Deputada do Amapá suspeita de desvio nasceu em presídio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Poder, A8.
- MATAIS, Andreza; LOBATO, Elvira. Ministro destinou R\$ 4 mi para ONG de mãe de pedetista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2011. Poder, A12.
- MATAIS, Andreza; MELLO, Fernando. Lupi foi assessor fantasma da Câmara por quase seis anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 2011. Poder, A4.
- MATAIS, Andreza; MELLO, Fernando. Lupi foi funcionário fantasma da Câmara. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 2011. Capa, A1.
- MATAIS, Andreza; MELLO, Fernando. Ministro acumulou ilegalmente cargos em Brasília e no Rio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2011. Poder, A4.
- MATAIS, Andreza; NERY, Natuza. Governo foi avisado de aparelhamento na pasta da Agricultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 ago. 2011. Poder, A9.
- MATAIS, Andreza; ODILLA, Fernanda. Procuradoria abre investigação sobre os bens de Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mai. 2011. Poder, A4.
- MATAIS, Andreza; SELIGMAN, Felipe. Câmara estuda abrir processo contra Lupi por desvio de salário. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2011. Poder, A8.
- MATTOS, Rodrigo. Dirigente da Fifa já trata Orlando como ex-ministro, e Temer cita Pelé. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Poder, A8.
- MEDO de desgaste amplia pressão para afasta Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jun. 2011. Poder, A6.
- MESMO após alerta, ONG teve contrato prorrogado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2011. Poder, A7.
- MESMO após escândalo, Dilma deve manter Ministério com PR. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jul. 2011. Poder, A8.
- MINISTÉRIO amplia verba de contratos irregulares. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jul. 2011. Capa, A1.
- MINISTÉRIO confirma encontro de delator com cúpula do Esporte. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 out. 2011. Poder, A8.
- MINISTÉRIO diz que ‘palavras isoladas’ induzem leitores. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 out. 2011. Poder, A4.
- MINISTÉRIO diz que está em processo de melhorias do controle interno. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 ago. 2011. Poder, A4.
- MINISTÉRIO e entidades negam relação de partido com liberação de recursos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 2011. Poder, A4.
- MINISTÉRIO foi avisado sobre investigação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Poder, A8.
- MINISTÉRIO indicava empresas, diz delator. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 out. 2011. Poder, A6.
- MINISTÉRIO nega que projeto foi recusado por falta de propina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Poder, A4.

- MINISTÉRIO publica e-mails de jornalistas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2011. Poder, A6.
- MINISTÉRIO Público decide investigar ganhos de Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mai. 2011. Capa, A1.
- MINISTÉRIO vira cabide familiar da cúpula do PMDB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 ago. 2011. Capa, A1.
- MINISTRO afasta cúpula dos Transportes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jul. 2011. Poder, A6.
- MINISTRO afirma que assessorava liderança do PDT. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 2011. Poder, A11.
- MINISTRO afirma que funcionário precisa exibir 'nomes e provas'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 2011. Poder, A6.
- MINISTRO aprovou 7 sindicatos fantasmas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2011. Capa, A1.
- MINISTRO ataca Veja e Folha em carta de demissão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO cai após acusações de propina nos Transportes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jul. 2011. Poder, A6.
- MINISTRO cogita sair e suspende convênios. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 2011. Poder, A5.
- MINISTRO da Agricultura usou jatinho de empresa do setor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO descarta faxina na Agricultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 ago. 2011. Poder, A6.
- MINISTRO diz que assessorava liderança do PDT. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO diz que desconhece indenização. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mai. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO diz que exibirá até terça contas do convênio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2011. Poder, A12.
- MINISTRO diz que fica no cargo, mas sua situação não é tranquila. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Poder, A8.
- MINISTRO diz que foi perseguido pela imprensa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO diz que não há nenhum fato novo no caso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 out. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO diz que nomeou 'pessoas qualificadas'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 ago. 2011. Poder, A6.
- MINISTRO diz que poderá devolver valor recebido. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 dez. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO diz que saiu para 'preservar diálogo'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO do Esporte cai e é o 5º a sair sob suspeita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO do Esporte recebeu recurso desviado, diz revista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO do Turismo é o 5º a deixar o governo Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO ganhou diária em agenda do PDT. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2011. Poder, A7.

- MINISTRO Orlando Silva é acusado de corrupção. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011. Capa, A1.
- MINISTRO recebeu R\$ 1 milhão em fusão, diz Suplicy. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 jun. 2011. Poder, A4.
- MINISTRO se encontra com Dilma e ganha outra chance de se explicar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2011. Poder, A6.
- MINISTRO tenta reagir à crise com agenda positiva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 out. 2011. Poder, A6.
- MINISTRO traça estratégia de defesa com presidente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2011. Poder, A9.
- MINISTRO usa avião de empresa agrícola. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2011. Capa, A1.
- MINISTRO usa funcionários da estatal em seu gabinete. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 ago. 2011. Capa, A1.
- MINISTRO usou servidor para cuidar de consultoria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2011. Poder, A9.
- NA TV, Dilma diz não se sentir refém de aliados e nega faxina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 2011. Capa, A1.
- NÃO HÁ indícios contra ministro, diz procurador. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 nov. 2011. Poder, A4.
- NÃO SOU refém, diz Dilma; Palocci promete respostas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jun. 2011. Capa, A1.
- NAVARRO, Silvério. Ministro pagou R\$ 370 mil à vista por terreno em Campinas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 out. 2011. Poder, A7.
- NAVARRO, Silvério. PMDB ameaça tirar cargo de petista na Agricultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 2011. Poder, A7.
- NAVARRO, Silvério. Verba desviada ia para deputada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2011. Poder, A5.
- NERY, Natuza. Dilma age rápido na crise de olho na classe média. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jul. 2011. Poder, A4.
- NERY, Natuza. Dilma convoca ministro do Esporte para dar explicações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 2011. Poder, A4.
- NERY, Natuza. Escândalo aborta plano eleitoral de Palocci para 2014. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jun. 2011. Poder, A7.
- NERY, Natuza; SEABRA, Catia. Governo indica a Lupi que sua situação é insustentável. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2011. Poder, A4.
- NERY, Natuza; SEABRA, Catia. Lula teme que Dilma se isole da base governista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jul. 2011. Poder, A8.
- NERY, Natuza; SEABRA, Catia. Lupi deixa o Trabalho, e governo perde 7º ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2011. Poder, A4.
- NERY, Natuza; SEABRA, Catia. Marta diz que prisão de aliado pode prejudicar sua candidatura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2011. Poder, A6.
- NERY, Natuza; SEABRA, Catia. Tensão na Esplanada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2011. Poder, A10.
- NERY, Natuza; SELIGMAN, Felipe. Supremo ordena devassa no Esporte e complica ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 out. 2011. Poder, A4.
- NOVAIS afirma que não era ministro quando verbas foram carimbadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 2011. Poder, A4.
- NOVAIS diz que empregou chofer como deputado e não responde sobre mulher. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 2011. Poder, A4.

NOVAIS diz que servidora atuava no Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 2011. Poder, A4.

NÚMERO 2 ensina a criar empresa de fachada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2011. Poder, A5.

OBJETIVO não é abalar governo, diz Aécio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 mai. 2011. Poder, A6.

OBRAS foram autorizadas em 2003, diz pasta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2011. Poder, A9.

ODILLA, Fernanda. Pena mais dura para enriquecimento ilícito empaca no Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 mai. 2011. Poder, A4.

ODILLA, Fernanda; PATU, Gustavo. Gastos públicos com consultorias chegam a R\$ 2 bilhões ao ano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jun. 2011. Poder, A9.

ONGS do Esporte têm de devolver R\$ 26,5 milhões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 2011. Capa, A1.

OPOSIÇÃO aposta em apuração para instaurar CPI. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2011. Poder, A4.

OPOSIÇÃO diz que explicações são insuficientes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jun. 2011. Poder, A11.

OPOSIÇÃO e OAB cobram Palocci sobre aumento de patrimônio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 mai. 2011. Capa, A1.

OPOSIÇÃO e OAB cobram Palocci sobre patrimônio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 mai. 2011. Poder, A8.

OPOSIÇÃO irá ao STF caso a Câmara anule convocação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 jun. 2011. Poder, A6.

OPOSIÇÃO quer CPI para investigar evolução de bens. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Poder, A8.

OPOSIÇÃO quer investigação de faturamento no ano eleitoral. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 mai. 2011. Poder, A4.

ORLANDO Silva diz que querem tirá-lo ‘no grito’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 out. 2011. Capa, A1.

PALOCCI daria ‘opinião de mercado’, diz dono de WTorre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 mai. 2011. Poder, A7.

PALOCCI deu verba para projeto de cunhada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 mai. 2011. Poder, A4.

PARA barrar convocação de petista, governo telefona até para oposição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2011. Poder, A9.

PARA Cardozo, crise tem ‘muita fumaça’ mas poucos fatos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Poder, A8.

PARA FORAGIDO, investigação da PF no Turismo é um ‘circo’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 ago. 2011. Capa, A1.

PARA SERVIDOR, Ministério de Rossi está corrompido. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 2011. Capa, A1.

PARECER de Comissão desagrada Planalto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2011. Poder, A9.

‘PARENTE pode ser bom de serviço’, afirma dirigente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 ago. 2011. Poder, A6.

PARTIDO não teve influência no contrato, diz ONG. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2011. Poder, A16.

PASTA diz que Orlando seguiu parecer técnico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 2011. Poder, A4.

PASTA diz que vai recuperar verbas de convênios. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 out. 2011. Poder, A4.

PASTA tem maior parte do orçamento com destinação fixa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2011. Poder, A6.

‘PATRIMÔNIO da empresa é compatível com receitas’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 mai. 2011. Poder, A4.

PATRIMÔNIO de policial inclui casa, academias e carros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 out. 2011. Poder, A6.

PCdoB PREFERE Aldo, mas Dilma estuda outros dois nomes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 2011. Poder, A10.

PDT abandona Lupi e luta para preservar ministério. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2011. Poder, A4.

PDT abandona Lupi para manter trabalho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2011. Capa, A1.

PDT se reúne hoje para discutir novo nome para governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 dez. 2011. Poder, A4.

PERDA de popularidade definiu queda de principal ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Poder, A4.

PETISTA diz que maior parte dos assessores nunca foi à Câmara. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 nov. 2011. Poder, A4.

PETISTAS acusam prefeitura de SP de vazar dados do ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mai. 2011. Capa, A1.

PETISTAS saem em apoio a Palocci para esfriar crise. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 mai. 2011. Capa, A1.

PF PRENDE número dois do Turismo acusado de fraude. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 2011. Poder, A4.

PLANALTO fala que, sem provas, não condena ninguém. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Capa, A1.

PLANALTO já analisa nomes para lugar de chefe da casa civil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jun. 2011. Capa, A1.

PLANALTO já discute com líderes do PDT a saída de Lupi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2011. Capa, A1.

PLANALTO já discute com PDT a saída de Lupi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2011. Poder, A6.

PLANALTO se queixa de silêncio de Palocci sobre empresa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2011. Poder, A4.

PLANOS de Palocci incluem viagem com a família e dieta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Poder, A8.

PMDB cobra mais poder de decisão no governo Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mai. 2011. Capa, A1.

PMDB não pode ser tratado diferente, diz senador do PR. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 ago. 2011. Poder, A10.

PMDB, partido do ministro, pede sua saída do governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 2011. Poder, A7.

POLICIAL dá nome de 4 ONGs que desviavam verbas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 out. 2011. Capa, A1.

POLICIAL diz que entregou provas de esquema à PF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 out. 2011. Poder, A8.

POLICIAL diz que ministro quis negociar silêncio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 2011. Capa, A1.

PRESIDENTE faz uma apela para que o PR retorne á base aliada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 2011. Poder, A10.

PRESIDENTE ordena auditoria informal no Ministério. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 2011. Poder, A6.

PRESIDENTE quer que escolhida seja ‘Dilma da Dilma’ no cargo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Capa, A1.

PRISÕES são ‘abusivas’, afirmam partidos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 2011. Poder, A6.

PROCURADOR-GERAL poupa Palocci de investigação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Capa, A1.

PROCURADORIA decide denunciar a cúpula da pasta do Turismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2011. Poder, A8.

PROCURADORIA denuncia cúpula do Turismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 set. 2011. Capa, A1.

PROCURADORIA do DF pede dados sobre empresa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mai. 2011. Poder, A6.

PROCURADORIA não indaga Palocci sobre o patrimônio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jun. 2011. Poder, A7.

PROGRAMA suspeito dá verba a ONG ligadas ao PCdoB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 2011. Poder, A4.

PROMESSA de cargo de Valdemar é ‘dívida’, afirmam deputados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jul. 2011. Poder, A7.

PSDB diz que Palocci pode ter ajudado WTorre junto à Receita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2011. Capa, A1.

QUEM será o próximo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 2011. Poder, A8.

RELATORA cobra respeito ao ‘jogo democrático’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2011. Poder, A8.

RENDIMENTO de consultoria pagou imóveis, diz Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 2011. Poder, A8.

ROCHA, Graciliano. Faturamento de Palocci surpreende, diz petista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 mai. 2011. Poder, A10.

RODRIGUES, Fernando. ‘Sairão todos’ no comando do Dnit e da Valec, diz Dilma. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jul. 2011. Poder, A4.

RODRIGUES, Fernando. Governador da BA sugere que ministro pela para deixar cargo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 dez. 2011. Poder, A8.

ROSSI cai, e Dilma perde 4º ministro em oito meses. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 2011. Poder, A4.

ROSSI diz que não beneficiou empresa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2011. Poder, A6.

SADE, Andréia. Lupi diz amar Dilma e acusa imprensa de tentar tirá-lo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2011. Poder, A6.

SADE, Andréia; SEABRA, Catia. Lupi deveria sair antes de reforma, diz pedetista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 nov. 2011. Poder, A7.

SADE, Andréia; SEABRA, Catia. Lupi lança ofensiva para enquadrar PDT. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 nov. 2011. Poder, A7.

SADE, Andréia; SEABRA, Catia. Site divulga foto que contraria versão de Lupi sobre carona em aeronave. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2011. Poder, A6.

‘SAÍ para defender minha honra’, diz ex-ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 2011. Poder, A10.

- SCHREIBER, Mariana. Receita é similar à das maiores do país. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2011. Poder, A4.
- SEABRA, Catia. Cúpula do PDT se reúne para discutir futuro de ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 nov. 2011. Poder, A5.
- SEABRA, Catia. Em 2 meses, após a eleição, Palocci faturou R\$ 10 mi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Capa, A1.
- SEABRA, Catia. Empresa de Palocci faturou R\$ 10 mi em apenas dois meses. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Poder, A4.
- SEABRA, Catia. Empresa de Palocci faturou R\$ 20 mi no ano da eleição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2011. Capa, A1.
- SEABRA, Catia. Empresa de Palocci faturou R\$ 20 mi no ano da eleição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2011. Poder, A4.
- SEGUNDO aliados, ação de Lula gerou constrangimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mai. 2011. Poder, A8.
- SELIGMAN, Felipe. Advogado afirma que caso está sob segredo de Justiça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 out. 2011. Poder, A4.
- SELIGMAN, Felipe. Demissão não deve livrar Novais de ser investigado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 2011. Poder, A4.
- SELIGMAN, Felipe. Procurador livra Palocci de investigação criminal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Poder, A4.
- SEM AVAL da CUT, centrais manifestam apoio a Lupi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 nov. 2011. Poder, A9.
- SEM ministro, Dilma almoça com aliados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jun. 2011. Poder, A4.
- SENADORA do PT propõe saída de Palocci do governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 jun. 2011. Capa, A1.
- SENADORES da oposição protestam e levam pizza saber 'Palocci' à Casa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jun. 2011. Poder, A7.
- SERVIDOR que relatou propina é ouvido pela PF. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 ago. 2011. Poder, A6.
- SILVA JR, Orlando. 'Não compactuei com o malfeito, não o admito'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 2011. Poder, A10.
- SIMON pede que Palocci se afaste do cargo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jun. 2011. Poder, A6.
- SIMON vai pedir a Dilma que Palocci seja afastado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 mai. 2011. Poder, A4.
- SITUAÇÃO de Lupi é insustentável, avisa governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 dez. 2011. Capa, A1.
- SOB PRESSÃO, Palocci promete romper silêncio e se explicar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 jun. 2011. Poder, A4.
- SOB SUSPEITA, ministro do Esporte deixa o governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 2011. Capa, A1.
- SÓCIO diz que dinheiro é 'achado de Deus' e Conab nega irregularidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 2011. Poder, A4.
- STF determina devassa em convênios e crise no Esporte piora. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 out. 2011. Poder, A7.
- SUSPEITAS são muito graves, diz procurador-geral. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 out. 2011. Poder, A4.
- SUSPEITOS negam envolvimento em desvios no Turismo e criticam prisões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2011. Poder, A6.

- TALENTO, Aguirre. Turismo destina R\$ 352 mi a cidades que não tem turistas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2011. Poder, A9.
- TEMER diz que elevou o tom de voz com Palocci. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mai. 2011. Capa, A1.
- TEMER indica outro aliado para assumir Ministério da Agricultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2011. Poder, A7.
- TITULAR do Turismo afirma que pasta passa por reavaliação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2011. Poder, A7.
- TRABALHO afirma que seguiu a lei e nega ação política. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2011. Poder, A4.
- TRABALHO cobraria propina, diz revista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 nov. 2011. Poder, A12.
- TRIBUNAL de Contas da União diz que filho de ministro não atua na corte. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2011. Poder, A4.
- TROCA na Casa Civil abre disputa por cargos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 2011. Poder, A6.
- VALENTE, Rubens. Caixa agora culpa Palocci pela quebra de sigilo de caseiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mai. 2011. Capa, A1.
- VALENTE, Rubens. Gabinete de Palocci violou sigilo de caseiro, diz Caixa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mai. 2011. Poder, A4.
- VALENTE, Rubens. Silva propôs acordo para me calar, diz PM. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 2011. Poder, A5.
- VALENTE, Rubens. Testemunha liga petista a delator de ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 out. 2011. Poder, A4.